

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO

THAYENE GOMES CAVALCANTE

**ADOÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da
Paraíba**

Recife

2015

THAYENE GOMES CAVALCANTE

**ADOÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da
Paraíba**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco – Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Alexandre Zarias

Recife

2015

THAYENE GOMES CAVALCANTE

**ADOÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da
Paraíba**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, e aprovada em sua forma final pela Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional – Coordenação de Atividades de Cursos Stricto Sensu (CAC-Stricto) – Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio.

Recife, 22 de Dezembro de 2015.

Prof. Dr. Alexandre Zarias
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Zarias
Orientador
Fundação Joaquim Nabuco

Prof. Dr. Allan Rodrigo Arantes Monteiro
Examinador
Fundação Joaquim Nabuco

Profa. Dr. Juliana Alves de Andrade
Examinadora
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife
2015

Dedico este trabalho aos docentes da educação básica brasileira.

AGRADECIMENTOS

Temo escrever agradecimentos em trabalhos acadêmicos por correr o risco de não contemplar todos aos que devo gratidão. Mas o significado do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio para minha vida me impede de não fazê-los. Destinarei, portanto, meus agradecimentos a alguns grupos de pessoas que participaram desta empreitada.

Inicialmente agradeço à minha família que, mesmo sem entender muito bem a vida acadêmica e meus anseios intelectuais, sempre me apoiaram e torceram.

Aos amigos do trabalho, que tanto me ajudaram no compartilhamento de ideias, nas discussões sobre ensino, sobre a docência e no sonho da educação.

Aos sujeitos da pesquisa, e as escolas que abriram o espaço para a construção debate sobre o livro didático.

À Fundação Joaquim Nabuco, especialmente aos idealizadores deste curso. Iniciativa importante para o fortalecimento da sociologia no ensino médio. Além disso, agradecer por toda estrutura, incentivo e apoio da FUNDAJ para nossa profissionalização e formação.

Aos professores desta instituição, com as aulas motivadoras. Especialmente a Alexandre Zarias, coordenador do curso e meu orientador, cujo trabalho me inspira.

Aos colegas do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, o MPCCS. Uma turma solidária e altruísta, cujos laços constituídos foram a grande conquista do curso.

E aos amigos da vida, de variados grupos. Amigos estes que me acompanharam desde a etapa de seleção, torceram, perguntaram, ajudaram na construção do conhecimento, no debate, nos aspectos formais do trabalho e na companhia essencial nessa fase solitária do mestrado.

Sentindo saudades.

RESUMO

Esta dissertação trata da adoção do livro didático de Sociologia na educação básica pelos docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba, entre os anos de 2014 e 2015, partindo do princípio de que essa atividade revela muitas particularidades com relação à execução do Programa Nacional para o Livro Didático (PNLD). Investiga-se a prática docente do professor de Sociologia observando-se: os critérios utilizados para seleção dos livros didáticos aprovados pelo PNLD, os fatores que influenciam seus métodos e recursos didáticos no planejamento de aula, as estratégias didáticas utilizadas para o trabalho com conceitos e teorias sociológicas e a forma como os professores utilizam o livro didático como ferramenta de ensino. O livro didático possui características e funções bastante peculiares, especialmente no contexto de reintegração da Sociologia nos currículos do Ensino Médio. Pode funcionar como formação de professores, adquirir função de currículo, tem potencial para transpor um discurso científico a um domínio cognitivo apropriado ao Ensino Médio, entre outros atributos. No entanto, alguns professores nem sequer o utilizam com seus alunos ou para leitura própria. Os outros empregam um caráter de centralidade ao livro como recurso didático. Assim, o livro didático ora assume uma função central para o professor, que faz o programa do curso e organiza suas aulas unicamente com base nele, ora a adesão ao livro didático torna-se secundária para muitos professores, que não o utilizam, ou o utilizam pouco, e preferem construir suas discussões partindo da utilização de outros recursos didáticos. Neste sentido, a não utilização pode ser positiva, por permitir autonomia do docente e a possibilidade de contribuição de diversos outros elementos, conforme aconselha o próprio guia do PNLD, ou pode prejudicar as práticas de ensino e aprendizagem, no caso do distanciamento completo das teorias e conceituações sociológicas. Assim, levando em consideração sua utilização pelos docentes nas escolas, o livro didático fica entre um papel central e um papel secundário, entre a hipercentralidade e o desprezo. No caso da não adoção, há ainda uma questão preocupante, especialmente no que tange às escolas públicas brasileiras, que é o amplo investimento do governo federal para a aprovação e distribuição dos livros didáticos.

Palavras-chave: Livro didático. Adoção. Sociologia. Ensino Médio. Programa Nacional do Livro Didático.

ABSTRACT

This work intends to study how a sociology textbook is employed by teachers in public schools from the Paraíba First Regional Education Management. It investigates the educational practice of the sociology teacher, based on the textbook use, observing: criteria for textbook selection approved by the PNLD, and factors influencing their methods e educational resources in class planning, the didactical strategies used to work with concepts and sociological theories, and how teachers use the textbook as a tool for teaching sociology. The textbook has particular characteristics and functions, especially in the reintegration context of this discipline in school. Can function as teacher training, acquire curriculum function, has the potential to cross a scientific discourse to a more comprehensive cognitive domain, among other attributes. Nevertheless, some teachers not even use it with their students or to own reading, while others employ a central character of the book as didactical resource. This, either assumes a central role for the teacher - who plans the program and organizes his classes solely based on it; either the textbook adhesion becomes secondary to many teachers, who do not use it, or do not use it often, and prefer to build their discussions starting from the use of various other didactical resources – which can be very positive, as it allows autonomy of the teachers and the possibility of contribution from many others elements, as advised by the PNLD guide, or it can be harmful in the case of complete detachment from sociological theories and concepts. Thus, taking into account its use by teachers in schools, the textbook stays in between a central and a secondary role, a hyper centrality and contempt, as discussed by Simone Meucci. In case of non-adoption, there is a matter of concern, especially regarding the Brazilian public schools, which is the large investment from the federal government for the approval and distribution of the textbooks for public basic education schools, the PNLD. There is many state spending in this program, and because of this, there is in parallel a great game of interests that permeates the production of textbook and making it a public policy of utmost importance. According to the National Textbook Program Guide (PNLD) teachers exercise a key role in pedagogical work through their creativity and commitment, and recognizes the centrality of the teacher in choosing the Textbook and his action to make it an instrument for stimulating the curiosity and knowledge of students. In this sense, this work discusses the uses of educational sociology book in this new stage, in which the sociology is seeking to understand the meanings attributed to the textbook by the teacher and the various meanings in which this translates to the teaching of the same practice.

Keywords: Textbook; Teachers; Sociology; National Textbook Program Guide.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Perfil socioeconômico dos professores de Sociologia pesquisados - 2015... 57 | 57 |
| Quadro 2: Formação acadêmica dos professores de Sociologia pesquisados - 2015..... 58 | 58 |
| Quadro 3: Dados funcionais dos professores de Sociologia pesquisados – 2015 60 | 60 |
| Quadro 4: Dados sobre o processo escolha do livro didático - 2015 73 | 73 |
| Quadro 5: Conteúdos relevantes de Sociologia presentes e ausentes no livro didático, segundo os professores 78 | 78 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Livros didáticos aprovados pelo PNLD 2015 – Ensino Médio | 25 |
| Figura 2: Coleção didática para o ensino médio – PNLD EJA 2014-2016..... | 26 |
| Figura 3: Apostila organizada pelo Governo do Estado para EJA semipresencial | 85 |
| Figura 4: Materiais didáticos utilizados pelo professor do PRONATEC EJA..... | 87 |
| Figura 5: Livro em braile e obra de referência do PNLD 2012 | 89 |
| Figura 6: Livros didáticos e paradidáticos em Mecdaisy | 90 |
| Figura 7: Recursos didáticos de Sociologia no AEE..... | 91 |
| Figura 8: Estudante deficiente visual lendo o livro de sociologia em braile..... | 91 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| CEB | Conselho de Educação Básica |
| CEE/PB | Conselho Estadual de Educação da Paraíba |
| CEJA | Centro de Educação de Jovens e Adultos |
| CELD | Comissão Estadual do Livro Didático |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CNLD | Comissão Nacional do Livro Didático |
| COLTED | Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático |
| EAD | Educação à Distância |
| ECT | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos |
| EEEM | Escola Estadual de Ensino Médio |
| EEEFM | Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio |
| EEEMI | Escola Estadual de Ensino Médio Inovador |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FNDE | Fundo Nacional do Livro Didático |
| FUNAD | Fundação de Apoio ao Deficiente |
| GRE | Gerência Regional de Ensino |
| LABES | Laboratório do Ensino de Sociologia Florestan Fernandes |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| LES | Laboratório do Ensino de Sociologia |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MESP | Ministério da Educação e Saúde Pública |
| OCNEM | Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PCNEM | Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PDET | Plano Decenal de Educação para Todos |
| PIBID | Programa Institucional de Iniciação à Docência |

| | |
|----------|--|
| PNBE | Programa Nacional Biblioteca na Escola |
| PNLD | Programa Nacional do Livro Didático |
| PNLD EJA | Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos |
| PNLEM | Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| PROEJA | Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos |
| PROEMI | Programa Ensino Médio Inovador |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| RH | Recursos Humanos |
| SINE | Sistema Nacional de Emprego |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SEE | Secretaria do Estado da Educação |
| SRM | Sala de Recursos Multifuncionais |
| SEAD | Secretaria de Administração |
| S.M. | Salário Mínimo |
| TRI | Teoria de Resposta ao Item |
| UFMG | Universidade Federal de Campina Grande |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 A COMPLEXIDADE DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA | 21 |
| 2.1 O livro didático enquanto mercadoria | 28 |
| 2.2 O livro didático enquanto política pública..... | 30 |
| 2.3 O caráter (in)formativo do livro didático | 33 |
| 2.4 O livro didático e a mediação pedagógica: o conhecimento sociológico em discurso inteligível..... | 42 |
| 2.5 O livro didático como currículo | 49 |
| 3 INVESTIGANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES: OPÇÕES METODOLÓGICAS..... | 54 |
| 3.1 Percursos da pesquisa | 55 |
| 3.2 Perfil das escolas e dos professores | 57 |
| 3.2.1 As modalidades de ensino | 61 |
| 3.3 Elementos de práticas pedagógicas..... | 67 |
| 4 “SOU CRIATIVA E TENHO AUTONOMIA”: da escolha à utilização do livro didático de sociologia | 69 |
| 4.1 O processo de escolha das obras didáticas: as intenções do PNLD e as reais possibilidades para os professores | 69 |
| 4.2 Entre a Cidadania e a Ideologia: as sociologias que saem dos documentos e ganham vida nas salas de aulas..... | 75 |
| 4.3 Os usos do livro didático como instrumento para o ensino de sociologia: sutilezas nas práticas cotidianas..... | 80 |
| 4.4 Descrevendo alguns usos do livro didático..... | 83 |
| 4.4.1 Os casos especiais..... | 88 |
| 4.4.1.1 Educação especial..... | 88 |
| 4.4.1.2 Educação em prisões | 91 |
| 4.5 Os livros digitais..... | 94 |
| 5 O PIOR LIVRO É MELHOR QUE A MELHOR APOSTILA”: considerações sobre a adoção do livro didático de Sociologia | 96 |
| 5.1 Os documentos orientadores | 97 |
| 5.2 Questões de formação..... | 98 |
| 5.3 Os usos inusitados do livro didático | 99 |
| 5.4 A política para livros didáticos sob a ótica do Estado..... | 101 |

| | |
|------------------------------|-----|
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| REFERÊNCIAS..... | 114 |
| ANEXO 1 | 117 |
| ANEXO 2 | 118 |
| ANEXO 3 | 119 |

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da adoção do livro didático de Sociologia na educação básica pelos docentes da rede pública de ensino da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba (GRE), entre os anos de 2014 e 2015, partindo do princípio de que essa atividade revela muitas particularidades com relação à execução do Programa Nacional para o Livro Didático (PNLD).

O Guia de Livros Didáticos do PNLD - Apresentação mostra vários sentidos que o verbo “adotar” abarca. Com base no dicionário Aurélio, explicita que adotar envolve: decidir-se por, escolher, preferir, seguir, abraçar, tomar, assumir, aceitar, acolher, pôr em prática, em uso, perfilhar, legitimar, passar a usar, aprovar, outorgar, admitir, aceitar, reconhecer, recorrer, valer-se (BRASIL, 2014a). Em conformidade com o guia, são esses sentidos que a pesquisa trata de adoção do livro didático.

O livro didático tem significado importante para a difusão dos saberes das diversas áreas de conhecimento na escola. Ele possui características específicas e, com estas, funções igualmente vastas, especialmente no contexto de consolidação dos componentes curriculares da educação básica. Mesmo sendo destinado em primeira instância aos estudantes – com sua linguagem, seu caráter imagético, enredo e complexidade –, o livro didático adquire fundamental importância também para os seus professores. Estes fazem a mediação entre a ferramenta didática e o aluno, esclarecendo os conteúdos, estimulando seu uso, leitura, pesquisa, acrescentando dados, explanando suas sugestões didáticas, entre outras formas de intervenção. Essa atuação é importante para o entendimento das políticas públicas educacionais e, nesse caso, das políticas públicas educacionais voltadas para o livro didático de Sociologia.

Assim como outros componentes curriculares do ensino médio, a Sociologia enfrenta vários problemas na educação básica, com destaque para a escola pública que é o foco deste trabalho. Porém, essa disciplina, ao lado da Filosofia, apresenta dificuldades peculiares devido a sua recente reinserção no currículo do ensino médio. Desde a legal e efetiva reinserção de ambas as disciplinas no ensino médio, muitas atividades acadêmicas se desenvolveram no Brasil para discutir a temática. Encontros, congressos e seminários nacionais e regionais, revistas científicas, linhas de pesquisa, projetos de iniciação à docência, etc., todos preocupados em entender e superar as problemáticas gerais e particulares que tais disciplinas passam nessa fase de

institucionalização. Destacam-se como temas principais: problemas de metodologias na adaptação do conhecimento acadêmico para o didático, de carga horária baixa, de formação inicial e/ou continuada, de escolha e disponibilidade de materiais para aula, de definição de um currículo mínimo, de conhecimento e efetivação das orientações e parâmetros para a disciplina, etc. Essas questões parecem ser comuns à maioria das escolas brasileiras.

Nesse contexto de institucionalização, na educação básica no Brasil, a Sociologia permanece buscando legitimação. Trata-se de um histórico intermitente, no qual a Sociologia esteve presente ou ausente, enquanto disciplina no ensino médio, de acordo com o contexto político do país e com as reformas educacionais que dele decorriam. O livro didático, por sua vez, tem grande importância nessa conjuntura (SANTOS, 2004).

Voltemos aos problemas citados no parágrafo anterior. Em certo aspecto, cada um desses problemas pode não ser necessariamente resolvido, mas minimizado por meio do livro didático que, gradativamente, tem sido objeto de pesquisas e de ações no Estado. Muitas vezes, o livro didático é utilizado como a bússola para os professores que não têm formação na área, ou mesmo para os que a têm, posto que as questões supracitadas corroborem para que o ensino de Sociologia, no nível médio, seja executado de forma insólita, necessitando, assim, de alguma orientação básica. Essa orientação muitas vezes é obtida por meio do livro didático que, sendo o instrumento oficial – legitimado, palpável e do cotidiano para o ensino da disciplina – ganha caráter formativo ou funciona como programa de curso. Isso ocorre porque há um grande debate sobre o que lecionar em Sociologia, quais conhecimentos são relevantes e quais os métodos mais pertinentes para a adequação das teorias científicas para os estudantes da educação básica.

O livro didático, aprovado pelo governo federal após criteriosa avaliação de especialistas da área – pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) –, parece esclarecer em muito esses dilemas e atender tais expectativas, dado que foi aprovado nos múltiplos pré-requisitos estabelecidos para sua admissão e distribuição por todo território nacional, conforme será explicitado adiante.

O livro também pode adquirir função de currículo, norteador de quais temas, conceitos, teorias (BRASIL, 2006) e possibilidades de abordagens, metodologias e recursos podem ser empregados nas aulas. Tem potencial para transpor um discurso científico a um domínio mais compreensível, adequado ao ensino médio, entre outros

atributos que ampliam potencialidades para os professores. Além disso, é uma política pública de amplo alcance e de altos investimentos do Estado brasileiro no que tange à avaliação, compra e distribuição de exemplares às escolas públicas.

No entanto, vamos perceber, ao longo dos resultados da pesquisa, que a lógica norteadora da adoção desse recurso didático, na prática cotidiana dos professores, é peculiar e inesperada. Alguns professores optam por não utilizar com seus alunos ou para leitura própria, já outros utilizam excessivamente, empregando um caráter de centralidade ao livro como recurso didático. Tal argumento fora proposto pela autora Simone Meucci (2014), cujo objeto de estudo tem sido o livro didático de Sociologia. Inspirada pelo desafio, conjecturado pela autora, a proposta fora adotada, corroborando com a hipótese de que os livros didáticos podem ser superutilizados ou subutilizados. De acordo com as palavras de Meucci, hipercentralizados ou desprezados.

No primeiro caso, o livro não é central apenas como recurso didático para o docente, mas, muitas vezes, chega a ser a única obra de referência para o mesmo. No segundo caso, ocorre o oposto, eles podem ser ignorados e inutilizados na prática docente. Assim, este trabalho contribui com a realização de pesquisas que possam revelar aspectos dos usos previstos e imprevistos do livro didático pelos professores da educação básica.

Ambos os métodos de condução deste instrumento de ensino-aprendizagem – centralizando ou secundarizando – são práticas legítimas no trato com o livro didático, mas não são prognosticadas pelo PNL D, nem são as únicas maneiras de adoção encontradas. Importa perceber as sutilezas que engendram as vastas possibilidades que o livro oferece, bem como as “engenhosidades” (CERTEAU, 1998) produzidas no tempo ordinário em cada contexto específico, não calculadas pelos documentos orientadores e até mesmo no próprio manual do professor presente no livro didático.

Assim, entre os dois grandes protagonistas da adoção do livro didático na escola, que são os estudantes e professores, estes são o foco desta pesquisa. Considera-se que os professores possuem uma importância na compreensão dos significados atribuídos ao livro didático – e, conseqüentemente, à Sociologia como componente curricular no ensino médio – em contextos escolares específicos. O próprio guia de livros didáticos de Sociologia do PNL D 2015 destaca essa função pedagógica – de condução, orientação e atração para o conhecimento sociológico, através do livro didático – como característica primordial do professor. Daí o porquê desta escolha de pesquisa ter se voltado para suas formas de adoção.

A análise de como se dão os usos do livro didático de Sociologia nessa nova etapa em que esta disciplina se encontra, a partir da variedade de escolas públicas paraibanas, tem o potencial de contribuir para o entendimento de como a Sociologia tem se constituído enquanto componente curricular nas realidades do ensino médio. Assim é possível entender quais são as razões específicas que podem vir a explicar o porquê de algumas orientações dos documentos oficiais do MEC, como as do Guia de livros didáticos do PNLD e do próprio manual do professor nos livros didáticos, não têm sido cumpridas integralmente, conforme suas previsões ou recomendações, mas sim norteadas por lógicas inusitadas no dia a dia da sala de aula.

Desse modo, este trabalho tem como ponto de partida o processo de escolha dos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2015, cujo edital fora lançado no ano de 2013. Período este propício para esta proposta de investigação, dado que o processo se refere à distribuição de obras didáticas para o triênio 2015-2017, e cujo período de escolha dos livros didáticos pelas escolas e professores decorreu no ano inicial de pesquisa (2014). Além disso, é a segunda vez que ocorre a distribuição de livros didáticos de Sociologia pelo referido programa federal, reiterando a importância deste objeto de estudo para o lugar que a disciplina vem firmando na escola básica. A primeira foi no ano de 2012, no qual as duas obras aprovadas e escolhidas pelos professores em cada escola vigoraram até o ano de 2014. Essa presença inédita (no ano de 2012), no referido programa, possuiu um significado importante, especialmente no que tange à circulação do conhecimento sociológico, e vem gradativamente sendo reforçado com as novidades sentidas no PNLD 2015.

O ano de 2012 também fora um marco pessoal para mim, quando iniciei a docência em Sociologia, que me fez interessar pelo presente objeto de pesquisa.

Tendo me inscrito no bacharelado e às vésperas de concluir tal graduação, a Sociologia foi reintegrada como componente curricular no ensino médio. Dois acontecimentos paralelos me encaminham à docência: a Universidade Federal da Paraíba aprovou um curso de licenciatura em Ciências Sociais, pois até então só havia bacharelado, e o governo do estado da Paraíba lançou um concurso público para provimento das vagas dos professores de Sociologia e Filosofia.

Como estudante das ciências sociais, eu não acompanhava as discussões sobre a Sociologia na educação básica. Havia focado no bacharelado e a ele dediquei toda a minha atenção. Muito embora tenha me interessado bastante pela disciplina de Sociologia da educação e tenha cogitado continuidade acadêmica neste âmbito, bem

como na área de meio ambiente – outra preocupação que me despertou no curso – não estava atenta aos debates que permeavam as descontinuidades da Sociologia no ensino médio.

Após os acontecimentos paralelos supracitados precisei, então, concluir o bacharelado instantaneamente para ingressar na primeira turma especial de licenciatura em Ciências Sociais da UFPB, a fim de complementar, com as disciplinas de educação, o que faltava para me tornar bacharel e licenciada em ciências sociais. Ao passo que isso ocorria, prestei concurso público para professora de Sociologia do estado da Paraíba, no município de Cruz do Espírito Santo e fui aprovada. Por dois motivos não pude assumir tal cargo: um é que acabo de ingressar na licenciatura, cujo complemento só conseguiria com o mínimo de dois anos, outro é que o edital impedia que os licenciados em ciências sociais com ingresso no curso após o ano de 1998 estivessem habilitados a assumir. Estariam habilitados apenas os licenciados em sociologia ou ciências sociais com ingresso até o ano de 1998 (Edital 01/2008 SEAD/SEEC), que tomou por base a Portaria 524/1998 do MEC.

Apenas em agosto de 2012 assumi o cargo de professora de Sociologia da Educação Básica e iniciei minha atividade docente na escola a qual fui designada em pleno 3º bimestre desse ano letivo. Experiência esta que tem rendido boas perspectivas profissionais e acadêmicas.

“Os textos, as palavras, as letras” de um determinado contexto, citados em um texto de Paulo Freire em um livro didático de português do ensino fundamental, são a primeira lembrança que me vêm à mente ao pensar minha relação com o livro didático. Se ela é próxima? Sim. Minha relação com os livros didáticos sempre foi próxima. Para acompanhamento na aula, para consulta, informações, estudos em casa, ou pesquisas, o livro didático era praticamente a única fonte a meu dispor para sanar meus anseios por conhecimento.

Acompanhando antecipadamente cada tópico, com raras exceções em algumas disciplinas geralmente da área de exatas, eu utilizava o livro didático de maneira frequente. Não me considero uma exceção à época, dado que os recursos didáticos eram bem mais reduzidos; mas observo que atualmente essa relação tem se distanciado, graças à variedade de opções, proporcionada pela revolução informacional que tem substituído, com recursos cada vez mais lúdicos e interativos, o livro didático para o estudante.

Na docência, uma das primeiras preocupações era com o que lecionar, de onde recomençar, quais capítulos do livro haviam sido trabalhados, já que estávamos no 3º bimestre de ano letivo. No entanto, muito pouco me foi repassado. Na verdade, fui bastante tranquilizada com o que trabalhar, de onde partir no livro, etc. Eu poderia escolher aleatoriamente qualquer capítulo que me despertasse atenção e discuti-lo com os estudantes, sem necessariamente seguir uma sequência lógica. O ano era o de 2012, o primeiro PNLD no qual a disciplina de Sociologia figurava. Não significa dizer que a disciplina vinha sendo ensinada sem o livro didático. O livro “Sociologia: introdução à ciência da sociedade” de Cristina Costa (2005) havia sido escolhido e distribuído pela rede estadual para o ensino das disciplinas nas escolas.

Dois incômodos me perturbaram naquele momento. Um se manifestou ao identificar pilhas de livros “Tempos modernos, tempos de Sociologia” (BOMENY e MEDEIROS, 2010) embalados em blocos da forma com a qual vieram para ser distribuídos nas escolas. Outro foi acerca da adoção eventual, assistemática do livro didático com a qual fui surpreendida.

Posso afirmar que aquele fora um ano prejudicado em termos de construção de conteúdos e discussões planejadas por minha parte. Pouco consegui contribuir, dado o ingresso abrupto no ensino da sociologia no ensino médio, com pouca ou nenhuma orientação sobre tal. Em 2013, já no Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco, e já tendo experimentado lecionar desde o início do ano em outras duas escolas diferentes, tive contato com o outro livro aprovado pelo PNLD “Sociologia para o Ensino Médio” (TOMAZI, 2010). Com um olhar mais aguçado, proporcionado pelos estudos na área, aproprio-me do livro didático e o “devoro” com mais entusiasmo, e este olhar mais apurado ajuda-me a planejar minhas aulas com ele, seguindo muitas das suas instruções. Diferentemente do que vinha fazendo com o livro com o qual tive contato inicialmente, pois pouca consulta a ele fundamentava as aulas, que, por sua vez, vinham sendo realizadas sem planejamento ou – se analisar a situação com um olhar mais positivo, dado o contexto no qual cheguei a ele – com olhar destreinado.

Nesse sentido, posso afirmar o quão necessário se torna uma formação aliada a já corrente prática docente. Ela não pode ser pensada dissociadamente, como se fosse uma fase apenas antes da execução. Deve ser aliada de modo a permitir que os professores possam refletir, durante sua prática, sobre essas questões como eu passei a refletir. Daí o interesse em pesquisar a adoção dos livros didáticos de Sociologia pelos

professores, por pensar que poderia, enquanto estudante da área e docente na prática, contribuir para o entendimento da realidade de adoção dos livros didáticos pelos docentes.

De natureza qualitativa, para realizar a pesquisa com os professores, este estudo usou como critério de escolha das escolas a divisão do ensino por modalidades, feito pela Secretaria do Estado da Educação da Paraíba. Dentre as modalidades de ensino presentes na Paraíba, nove foram selecionadas por estarem dentro da abrangência da Primeira Gerência, mas apenas oito foram pesquisadas. São três modalidades da área de educação profissional e tecnológica: Ensino médio Integrado e Concomitante, PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego); na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) temos, além da EJA comum, a CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) onde se fazem os exames de certificação para ensino médio, como supletivos. As outras modalidades são: Educação Especial – que abarca a variadas deficiências com setores de acompanhamentos nas escolas regulares –, Educação em prisões e PROEMI (Programa Ensino Médio Inovador). A modalidade Educação Normal foi excluída pois não pude efetivar o contato com a docente da escola.

Em cada modalidade de ensino foi selecionada uma escola de nível médio. Dentro desta, por sua vez, foram localizados os docentes da disciplina, ao quais responderam questionários e entrevistas acerca dos usos e das percepções acerca do livro didático de sociologia. Os dados renderam uma reflexão interessante acerca dessas maneiras de adoção que os docentes fazem desse recurso didático e sobre a grande política pública em que está envolvido.

No primeiro capítulo, será discutida a complexidade do livro didático enquanto ferramenta pedagógica e, mais especificamente, do livro didático de Sociologia, com suas peculiaridades. Este capítulo dedica-se a procurar entender as potencialidades do livro didático, de acordo com as prescrições oficiais, por meio de metáforas que traduzam suas prováveis funções, objetivos e a realidade na qual está inserido no Estado brasileiro: o livro didático enquanto mercadoria, o livro didático enquanto política pública, o caráter (in)formativo do livro didático, o livro didático e a mediação pedagógica e o livro didático como currículo.

O segundo capítulo explicita com mais detalhes os caminhos metodológicos da pesquisa. Justifica suas escolhas, apresentando o objeto, os sujeitos, o problema e a

forma como os dados foram coletados. Explica como se deu o processo de chegada aos professores e os itens que foram observados em relação aos seus perfis e suas percepções acerca do livro didático. Além disso, mostra a concepção de cada modalidade de ensino e o que fundamentou cada elemento observado.

O terceiro capítulo tratará do improvável, do oficioso que se identifica no cotidiano escolar. A autonomia do docente ganha destaque nas táticas dos profissionais em seu tempo de trabalho ordinário. Esse processo parte desde as intenções do PNLD, passa pelo processo de escolha, logo após pelo processo de distribuição e desemboca nas reais possibilidades que o contexto das escolas públicas oferece aos professores e, por sua vez, como estes lidam e criam estratégias cotidianas para solucionarem determinadas questões que envolvem a adoção do livro didático como instrumento para o ensino de Sociologia.

Por fim, o último capítulo mostra a política pública do livro didático pela ótica do Estado, realizando o contraponto com o capítulo anterior e demonstrando a significância do referido programa para a educação pública.

2 A COMPLEXIDADE DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA

O livro didático é um material com fins pedagógicos, que abarca muitas funções instrutivas de caráter escolar/educacional, assumindo diversas outras características que o fazem ir além deste âmbito. Trata-se de um somatório de atribuições que tornam o livro didático um complexo de múltiplos potenciais pedagógicos. Quais seriam então esses atributos que dotam tal instrumento de tamanha significância e complexidade? Este é o teor da reflexão deste capítulo: entendermos as potencialidades do livro didático para além de um instrumento de ensino e aprendizagem. A pretensão aqui não é menosprezar esta que é a mais visível, quiçá a principal característica do livro didático, mas alertar que existem muitas outras potencialidades que merecem destaque e que têm relevância educacional, política, histórica, cultural, econômica, etc.

O conceito de livro didático elaborado por Gatti Jr (1997) é um dos mais difundidos entre os estudiosos do livro didático. Para esse autor, o livro didático é dotado de uma complexidade pelo fato de ser simultaneamente:

[...] material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação; materiais caracterizados pela seriação de conteúdos; mercadoria; depositário de conteúdos educacionais; instrumento pedagógico; portador de um sistema de valores; suportes na formação de uma história nacional; fontes de registros de experiências e de relações pedagógicas ligadas a políticas pedagógicas da época; e ainda materiais reveladores de ângulos do cotidiano escolar e do fazer-se da cultura nacional (GATTI JR, 1997).

Silva (2012) reflete que os livros escolares surgiram desde a Grécia Antiga com uma compilação de livros de leitura selecionados, entre os melhores a época, por sugestão de Platão. Tal costume perdurou durante toda história da educação e o ensino passou a ser associado a um livro escolar, partindo desde as seleções de textos em latim, manuais de retórica, abecedários e gramáticas, até as variedades que temos atualmente (SOARES apud SILVA, 2012). No caso do Brasil, Silva (2012) remonta o histórico desde o período imperial, quando o Colégio Dom Pedro II importava e traduzia manuais didáticos da França. Isso ocorria porque tal escola, criada no Rio de Janeiro na década de 1830, tinha inspiração no liberalismo francês e servia às classes privilegiadas, tendo como referência a educação europeia. Além disso, a imprensa instalada na Corte não oferecia condições para produção e publicação de textos didáticos àquela época. Tal

fomento à produção didática nacional só veio a surgir por volta de 1930, com a proposta pedagógica nacionalista. Sob o Governo do Presidente Getúlio Vargas e com o Ministro da Educação e Saúde Pública (MESP) Francisco Campos, os livros didáticos passaram a ser produzidos em larga escala no Brasil por autores brasileiros.

Ainda com Vargas, na Presidência no Estado Novo e com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) dirigido por Gustavo Capanema, criou-se a CNLD (Comissão Nacional do Livro Didático) e as CELD (Comissões Estaduais do Livro Didático), com a intenção de fazer o controle político ideológico da produção e distribuição. No mesmo estilo, nas décadas de 1960-1970, foi criada inicialmente a Companhia Nacional de Material de Ensino e, logo após, a Comissão do Livro Técnico e do livro didático (COLTED), pelos militares com intuito de coordenar as atividades do MEC em relação à produção e distribuição dos livros didáticos. Por fim, em 1985, foi criado o PNLD, com o objetivo de universalizar o acesso gratuito aos livros didáticos a todas as escolas públicas do país (SILVA, 2012).

Essa relação entre escola e livro didático é, segundo Munakata (2012) simbiótica, posto que a expansão da escolarização amplia a “clientela” dos livros didáticos. Estes, por sua vez, possibilitam a escolarização da sociedade. No Brasil a expansão e a democratização do ensino se deram a partir dos anos 1960, e demandou políticas públicas de produção de livros didáticos (SILVA, 2012). Ao passo que elas se desenvolviam, o livro didático ia sendo dotado de complexidade, desde seu processo de formulação aos seus usos.

É esse cenário que favorece a ampla disseminação de livros didáticos que, segundo Batista (1999), constitui-se no principal impresso em torno do qual a escolarização e o letramento de parte significativa da população brasileira organizam-se e constituem-se (HORIKAWA e JARDILINO, 2010).

Quando nos referimos ao livro didático de Sociologia, a complexidade desse objeto ganha ênfase, dadas as diversas problemáticas supracitadas: carga horária baixa, ausência ou falhas na formação em nível de licenciatura e/ou continuada, materiais didático-pedagógicos, mediação didática, currículo, entre outros problemas. Para cada uma dessas problemáticas, o livro didático apresenta uma característica que tem a capacidade de minimizá-las, devido a esse caráter heterogêneo mencionado. É a essa complexidade que me refiro e aqui será destacada.

O Guia de Livros Didáticos de Sociologia do PNLD 2015 (BRASIL, 2014a) explicita que o livro didático de Sociologia é um potente artefato cultural para a difusão do conhecimento escolar e que, pela adoção do professor, o livro pode estabelecer uma rica conexão entre o conhecimento, o próprio professor e o aluno.

Muitos estudiosos da sociologia no ensino médio também discutem a importância de se pensar o livro didático no contexto de reinserção disciplinar na escola e atribuem sentidos a essa presença marcante no ensino médio. Segundo Anita Handfas (2014), o livro didático é um bem cultural importante no processo de escolarização no Brasil, dado que ele contribui para o crescimento da institucionalização e consolidação da Sociologia na escola básica.

Amaury Moraes (2010), por outro lado, aponta o livro didático como um objeto paradoxal, uma vez que nunca deixou de ser produzido, mesmo em períodos de intermitência da disciplina no ensino médio. O livro de Sociologia era destinado a este nível de ensino, porém usado para cursos superiores, onde a Sociologia é geralmente lecionada como componente básico introdutório na maioria dos cursos de nível superior.

Simone Meucci (2014) o considera como um artefato cultural complexo, posto que envolve uma diversidade de atores sociais, como professores, estudantes, autores, Estado, editoras, entre outros. Além disso, segundo a autora, o livro didático ocupa um lugar privilegiado para compreender os mecanismos e estratégias de produção e circulação de conhecimento na sociedade.

Os livros didáticos de Sociologia ganham importância significativa com a reinserção da disciplina na escola básica brasileira, uma vez que, historicamente, é a segunda vez que a disciplina se inseriu no Programa Nacional de Livros Didáticos do governo Federal (PNLD 2015), sendo a primeira em 2012. Embora sempre tenha havido produções de livros de sociologia, e esta produção tenha se intensificado com o retorno oficial da disciplina ao nível médio, não se pode negar que a atual década de produção tem especial significado para o fortalecimento da disciplina.

O PNLD remonta políticas públicas de ensino existentes desde 1929, com outro formato e denominação – Instituto do Livro Didático –, que foi sendo aperfeiçoado até chegar ao formato atual, voltado à educação básica brasileira. Foi resultado, a partir de 1985, de reformatações na distribuição dos livros didáticos às escolas públicas pelo Estado. Agregou diversas comissões, formas de financiamento e maneiras de distribuição, iniciando na educação infantil e fundamental, até agregar o ensino médio

no ano de 2003, com a resolução CD FNDE nº. 38, de 15/10/2003, que instituiu o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)¹.

Paralelamente ao início de tal política para os livros didáticos, também na década de 1930, surgiram os primeiros manuais didáticos da disciplina, inclusive com expressiva produção (MEUCCI, 2000). No entanto, apenas em 2012 o livro didático de sociologia é inserido nessa lógica. Esse lapso temporal – desde a reinserção legal da disciplina, em 2008, até ser contemplado no PNLD, em 2012 – reflete, em mais um aspecto, a instabilidade da disciplina nesse contexto inicial de reinstalação. Nesse período, segundo Meucci (2013) a disciplina passou por três blocos de produções de livros didáticos no Brasil. O primeiro conjunto de obras foi de 1930-1970, passando inclusive pelo período em que a sociologia saiu dos currículos das escolas secundárias, em 1942, e circulavam principalmente nas escolas normais. O segundo bloco foi a partir dos anos 1980, quando surgiram novas obras dentro do contexto da redemocratização e das demandas pelo retorno da Sociologia no ensino médio. Por fim, a inserção da sociologia no PNLD 2012 renovou o repertório de livros didáticos. A autora reflete que esse fator é reflexo das circunstâncias de institucionalização da disciplina no Brasil. Mesmo com essas discontinuidades, a inserção no PNLD é emblemática para o crescimento da institucionalização e consolidação da disciplina na educação básica brasileira, pois possibilita uma maior circulação do conhecimento sociológico para além das universidades.

A produção de livros didáticos de Sociologia fazia-se muito mais intensa na década de 1930. Segundo Meucci (2013), nos anos de 1930 a 1945, foram publicados 30 livros, escritos por 22 autores. A produção para o PNLD 2012 já tem menor produção: 14 livros didáticos de Sociologia escritos por mais pessoas (24 autores), em produções conjuntas, geralmente. Embora esses números revelem uma queda na quantidade de produção de livros didáticos no decorrer dos anos no Brasil, o que pode

¹ Além desta subdivisão, o PNLD também recebe outras nomenclaturas de acordo com os objetivos de distribuição, visando conciliação e fortalecimento de determinada política educacional. São eles: PNLD EJA, em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado; PNLD campo, com material didático específico para o currículo e as especificidades do contexto social, cultural, ambiental, político e econômico das escolas públicas rurais; PNLD obras complementares, que são obras que compõem acervos direcionados às turmas de alunos de 1º ao 3º ano do ensino fundamental, com o objetivo de incrementar a aprendizagem no ciclo de alfabetização; PNLD alfabetização na idade certa, em concordância com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Portaria nº 867, de 04/7/2012) que visa garantir a alfabetização das crianças em Língua Portuguesa e em Matemática até, no máximo, os oito anos de idade, no final do 3º ano do ensino fundamental; PNLD dicionários, por meio do qual são adquiridos e distribuídos acervos de dicionários da língua portuguesa destinados aos alunos da educação básica da rede pública de ensino.

ser reflexo do próprio lugar que a Sociologia vinha ocupando na educação básica brasileira, podemos dizer que o PNLD trouxe a possibilidade de dar visibilidade melhor para a sociologia. O programa tem o caráter de revelar a produção das ciências sociais para os espaços escolares no período pós-reintrodução da disciplina nos currículos, bem como o de suscitar uma renovação na produção ainda escassa de livros didáticos de sociologia, tão importantes para sua consolidação na educação básica. O PNLD 2015, por sua vez, traz uma evolução desse quadro, com o número de 13 livros impressos inscritos no programa e seis aprovados.



Figura 1: Livros didáticos aprovados pelo PNLD 2015 – Ensino Médio

Fonte: Seleção de imagens feita pela autora

Além desses, temos uma obra no PNLD EJA – Ensino Médio, que abarca as quatro disciplinas das Ciências Humanas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Este foi aprovado para os anos 2014-2016, de acordo com o calendário do PNLD EJA².

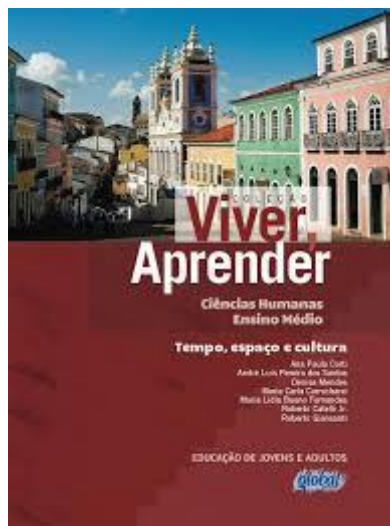


Figura 2: Coleção didática para o ensino médio – PNLD EJA 2014-2016

Fonte: Imagem da internet

O livro didático expressa o conhecimento sociológico produzido inicialmente nas universidades e ajuda a difundi-lo. No estudo sobre os primeiros manuais de Sociologia para o ensino secundário, atualmente denominado como ensino médio, Simone Meucci (2000) apresenta os livros didáticos como expressões evidentes de temas, autores, problemas e conceitos teóricos e empíricos, pois reúnem e sistematizam uma sociologia legitimada academicamente. Segundo a autora, os manuais didáticos possuem uma função pedagógica e persuasiva, posto que têm o potencial e a finalidade de “tornar compreensíveis e legitimar os conhecimentos e os procedimentos fundamentais para a formação dos primeiros portadores da nova ciência” (MEUCCI, 2000).

Desse modo, pode-se afirmar que a escolha pedagógica do livro pelo professor tem relação direta com a complexidade desse programa.

² Importa destacar tal obra, mesmo não fazendo parte do PNLD 2015, pois a modalidade EJA faz parte do campo desta pesquisa e porque, mesmo sendo aprovada um ano antes, está dentro do período de pesquisa abarcado. A metodologia será mais bem esclarecida no tópico 3.1

O Programa nacional de livros didáticos – PNLD é um programa nacional; portanto, de grandes proporções e extremamente complexo, com todas as vantagens e desvantagens dessa envergadura. Isto quer dizer, entre outras coisas, que a escolha do professor não é – nem pode ser – um ato idêntico ao de encomendar um livro em uma livraria. (BRASIL, 2014a)

O guia de livros didáticos do PNLD 2015 quer demonstrar que há um processo complexo, que envolve uma variedade de atores sociais, que submete o livro didático a algumas condições que devem ser conhecidas para que o programa obtenha o resultado mais próximo do esperado. Algumas funções e possibilidades de usos do livro didático ficam claras de acordo com o funcionamento, desde o edital até sua distribuição, e as recomendações do referido programa.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais³ (1998 apud SILVA 2012), o livro didático tem significados específicos para cada agente social. Para o Estado, o livro representa um instrumento de controle e de garantia de qualidade do ensino e difusão de valores. Para o professor, assegura um modelo de prática e segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas curriculares. Para as famílias expressam um sinal de qualidade na educação.

Segundo Chopin⁴ (2004 apud HORIKAWA E JARDILINO, 2010), o livro didático tem quatro funções: referencial, instrumental, ideológico-cultural e documental. Na função referencial, o livro didático é programático, ou seja, aborda conteúdos que um consenso educacional acredita ser necessário transmitir às futuras gerações. Na função instrumental, há um privilégio das atividades didáticas, com intuito de memorização, desenvolvimento de competências e habilidades. A função ideológico-cultural é a mais antiga desenvolvida pelo livro, posto que age como transmissor da língua, da cultura, e dos valores da elite, sendo assim, um instrumento político de construção de identidades. Por fim, a função documental reside no fato de o livro ser um conjunto de documentos com vistas a desenvolver o espírito crítico do aluno.

Meucci (2014), por sua vez, chama de condicionalidades as funções que o livro didático adquire. Segundo ela, “os livros didáticos são, a um só tempo: mercadoria, objeto de política pública, ferramenta de ensino e aprendizagem, artefato intelectual

³ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução. Brasília, DF: SEF, 1998.

⁴ Choppin, A. (2004). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, 30 (3), 549-566.

caracterizado por uma modalidade de escrita bastante singular”. Seguindo esse raciocínio, este capítulo se dedicará a procurar entender as potencialidades do livro didático, de acordo com as prescrições oficiais, através de metáforas que traduzam suas prováveis funções e objetivos: o livro didático enquanto mercadoria, o livro didático enquanto política pública, o livro didático como currículo, o caráter informativo e “formativo” do livro didático e sua relação com a mediação pedagógica.

2.1 O livro didático enquanto mercadoria

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no texto de análise de Ricardo Soares (2007) sobre a eficiência das compras para o PNLD, produção e vendas do mercado editorial brasileiro, denotam a dimensão significativa dos livros didáticos na indústria editorial. De toda produção dos exemplares (na faixa de bilhões), o Estado é responsável por metade dessas compras, ou seja, o governo contribui com a metade de todo o faturamento da indústria editorial de livros didáticos no Brasil. Essa informação é extremamente significativa para compreendermos o subsetor de didáticos que, dentre os outros subsetores de produção das editoras, tais como técnicos, profissionais, científicos, é o que mais fatura. Especialmente graças ao PNLD, um grande responsável por esse feito.

Tal dado nos ajuda a compreender porque as editoras estão sempre muito atentas ao PNLD. Muito frequentemente, a elaboração dos livros didáticos tem como meta o cumprimento das exigências dos editais do Ministério da Educação para imediata ou futura aprovação no PNLD. Por isso, autores, editores e toda equipe responsável pela produção dos livros estão, supostamente, em diálogo com professores e alunos da escola, como também estão dialogando secretamente com pareceristas⁵. Estes, por sua vez, agem como operadores de uma política pública que visa qualificar os livros adquiridos através de recursos públicos para distribuição em escala quase continental (MEUCCI, 2013).

Hofling (2000) coloca que o poder de compra do governo não se constituiu um risco às editoras, mas sim em oportunidades de negócios. Esse incremento no negócio, que envolve livros didáticos, implicou um oligopólio de editoras que centralizaram a

⁵ Este diálogo é chamado de suposto, dado que não é feito necessariamente de forma direta, por isso Meucci (2013) coloca que esse diálogo é feito com professores e alunos imaginários, dentro do ambiente também imaginário da escola.

produção destes e geraram ganhos significativos. No ano de 2004, por exemplo, seis editoras receberam 90% do investimento do governo com livros didáticos, o que demonstra a potencialidade altíssima de lucro com a produção de livros didáticos no Brasil (IPEA, 2007).

É importante destacar que muito do que se encontra dentro do livro didático, em termos de conteúdo, temas, imagético, estética, refere-se a uma indústria que produz atendendo a interesses de venda, Isso pode refletir em estratégias de convencimento que privilegiam algumas editoras de maior renome no mercado editorial, em detrimento das pequenas cujo alcance da divulgação pode não ser tão significativo.

O PNLD é, sem dúvida, um grande negócio para as editoras. Ter um livro de seu catálogo escolhido por diversas escolas brasileiras é a garantia de uma vendagem certa. A produção é feita a partir da encomenda estatal. Mesmo pagando um preço bem menor do que o valor de venda do material em livrarias, as compras do governo federal têm permitido que as editoras ampliem bastante o faturamento, já que o volume de negócios é muito grande. A alta lucratividade do setor vem da enorme quantidade vendida. Neste contexto, as editoras têm procurado atingir a preferência dos professores como meio de garantir um bom volume de vendas. Para isso, diversas estratégias de marketing também são utilizadas, inclusive campanhas publicitárias em rádio e televisão com a participação de artistas populares (SILVA, 2012).

Tal ideia também está expressa no subtítulo desta presente discussão “O livro didático como mercadoria”. Essa discussão fora sugerida por Munakata (2012) e reflete o quanto a ideia capitalista de valor de troca ganha caráter, por vezes, superior ao valor de uso de tal instrumento didático. Trata-se de uma metáfora com o conceito de Marx e com o conceito de “indústria cultural” da Escola de Frankfurt.

Ao se tornar mercadoria, o livro didático acaba por subordinar seu principal objetivo em detrimento de interesses capitalistas. Assim, seus produtores cedem aos formatos vendáveis, o que poderia se comparar aos conceitos de Adorno e Horkheimer de arte séria e arte leve. Esta, por vezes, tende a ser mais simples ou mais vulgar, mas nem sempre o é assim, e não é exatamente o caso do livro didático. A arte leve, produto da indústria cultural, representaria a produção menos autônoma. A arte séria, por sua vez, manteria a integridade e autonomia do autor, ao contrário, por exemplo, dos livros de divulgação, feitos sob encomenda, segundo padrões definidos pelo editor, preparador de texto ou revisor (MUNAKATA, 2012).

Mas o fato de o livro didático ser uma mercadoria, ou produto da indústria cultural, não significa ser necessariamente descartável. Um objetivo primordial reside aí: tornar mais acessíveis conteúdos complexos.

“À primeira vista”, dizia Marx (1996, p. 87), “a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”. No caso do livro didático, essa mercadoria, pelo fato de sê-la, já aparece estigmatizada, carregando consigo todos os vícios da sociedade capitalista. A finalidade de obtenção do lucro e o caráter fragmentário e parcelar, que maculam as atividades da indústria cultural, conferem, por definição, a desqualificação *in totum* de seus produtos – desqualificação que, portanto, transcende a todas as particularidades de cada objeto. Reduzidas à sua forma mercantil, como valor de troca, resultado de trabalho abstrato, todas as mercadorias – e não apenas as da indústria cultural – se equivalem. Saco de batata, refrigerante, serviço odontológico, automóvel, passagem aérea, livro didático, camiseta, eletrodomésticos, livro de Marx, de Adorno, de Hayek ou de pornografia, chácara, filme, ingresso para um concerto de Beethoven ou Berg, caneta, retrato, tudo, tudo que possa ser vendido e comprado, tudo é esse ser-para-o-lucro e possibilita a produção e a reprodução da sociedade capitalista (MUNAKATA, 2012).

No entanto, como sugere Munakata, a mercadoria também pode ser examinada a partir de seu valor de uso, e é justamente neste aspecto que este trabalho se detém.

No caso específico do livro didático, como se viu, ele envolve uma miríade de pessoas que o realizam como mercadoria: autor, editor, chefe de arte, copidesque, preparador de texto, revisor, diagramador, as várias categorias profissionais de gráficos, divulgador, avaliador, diretor de escola, professor, aluno e pais, só para mencionar as mais óbvias. A produção do livro didático serve certamente para a acumulação do capital, mas onde há o capital, há também o trabalho, os trabalhadores e suas práticas. A mercadoria é a síntese, a cristalização de relações sociais entre os seres humanos, mediados por coisas, e, pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie (MUNAKATA, 2012)

2.2 O livro didático enquanto política pública

O programa de distribuição de obras didáticas às escolas públicas se ampliou para o ensino médio no ano de 2005, visando à universalização do acesso ao livro didático, o que fez deste programa um alvo ainda mais direto das grandes editoras. No entanto, embora tenha sido apropriado por muitos dos interesses econômicos, a distribuição de livros didáticos tem por função precípua garantir o acesso dos estudantes

ao conhecimento de forma a estabelecer uma aproximação mais efetiva possível entre o livro didático e o projeto político pedagógico da escola.

O Guia do PNLD Ensino Médio 2015 apresenta, dessa forma, obras marcadas pela compreensão da potencialidade e especificidade do protagonismo juvenil para a atuação nas mais diferentes esferas sociais em consonância com as agendas sociais de defesa dos direitos, do respeito e valorização da diversidade e do usufruto cultural em sua integralidade, articulada sob diferentes parâmetros conceituais e teóricos de forma a proporcionar rico leque à escolha dos docentes em conformidade com os projetos pedagógicos das escolas e com as perspectivas, projetos e condições de atuação dos docentes, também plurais (BRASIL, 2014a).

A política do Programa Nacional de Livros didáticos é complexa e envolve uma série de procedimentos públicos, tendo por objetivo a isenção e a garantia da qualidade na execução. Inicia-se com a publicação do edital pelo FNDE, com a divulgação de normas e prazos para inscrição de livros didáticos. Em seguida, as obras são encaminhadas à Secretaria de Educação Básica do MEC que faz a avaliação pedagógica através da escolha de especialistas responsáveis pela análise das obras e resenha dos livros aprovados. Estes, por sua vez, são impressos e enviados às escolas cadastradas no Censo Escolar para que os professores façam a escolha e que estas sejam compiladas pelo FNDE – que os compra nas editoras, respeitando os devidos direitos autorais. Depois, os exemplares são distribuídos nas escolas (IPEA, 2007). A sucinta exposição desse processo já demonstra o quão complexa e criteriosa é essa política, com vistas a garantir o acesso ao conhecimento de forma universal e com qualidade para as escolas públicas brasileiras.

O livro didático, enquanto política pública, mantém uma inevitável relação com o livro didático enquanto mercadoria.

A política do livro didático empreendida pelo Estado brasileiro ao longo das quatro últimas décadas, coincide com uma série de prerrogativas das principais agências internacionais de financiamento educacional dos países em desenvolvimento. Neste sentido, é interessante observar o crescimento dos recursos destinados à rubrica para compra de material didático, no interior dos empréstimos do Banco Mundial para o desenvolvimento de políticas na área educacional (...) Parece-nos evidente que a combinação destes interesses ocasionou o "afunilamento das funções do Estado", que se limitou ao empreendimento de uma "política distributivista de livros", sem no entanto ocupar-se dos problemas nevrálgicos do sistema educacional brasileiro (GATTI JR, 1997).

Segundo Gatti Jr (1997) as políticas públicas para o livro didático sempre atendem interesses. No caso, ele se refere aos interesses do Estado, por um lado, e da indústria editorial, por outro. Para o Estado, a distribuição de livros didáticos funciona como um paliativo útil na redução dos índices educacionais deficientes. Os interesses da indústria editorial, por sua vez, são atendidos quando vêm suprir as lacunas de vendas de livros no Brasil, existentes devido a uma cultura de pouco consumo de livros.

Sandra Regina do Amaral (2012) demonstra que as políticas públicas envolvem programas, projetos ou ações que visam à construção ou manutenção de uma sociedade capaz de viver em harmonia com os valores e princípios ideológicos que regem o ideário do grupo que estabelece as referidas políticas. Segundo tal autora, as políticas públicas educacionais no Brasil se orientaram por movimentos, ao mesmo tempo, de expansão e focalização, posto que se ampliou o atendimento, mas se determinou um público-alvo. Amaral (2012) diz que esse movimento resulta em políticas de caráter compensatório, posto que tenham objetivo de corrigir desequilíbrios sociais anteriores. Aliadas a esses dois movimentos, o Brasil e demais países da América Latina vivenciaram programas de governos, entre as décadas de 1990 e 2000, três tendências: descentralização, privatização e focalização. Estas tendências foram marcadas pela interferência de organismos financiadores, como o Banco Mundial, no caso do livro didático.

Essas organizações internacionais tiveram suas intenções traduzidas no PDET (Plano Decenal de Educação para Todos) de 1993/2003. O objetivo deste plano era “assegurar, até o ano de 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam as necessidades elementares da vida contemporânea” (MEC, 1993 apud AMARAL, 2012). E qual a relação deste plano com as políticas públicas para o livro didático? Acontece que o PDET se estruturou sobre quatro eixos: 1. Situação e perspectivas da educação fundamental; 2. Obstáculos a enfrentar; 3. Estratégias para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo; e 4. Medidas e instrumentos de implementação. No primeiro eixo aparece o livro didático dentre os pontos considerados críticos e sobre os quais deveria se debruçar para a formulação de estratégias de desenvolvimento da educação básica para todos⁶ (AMARAL, 2012). Segundo Amaral (2012) o livro didático tem uma

⁶ O livro didático aparece no subtópico “Desempenho do Sistema Educativo” juntamente com outros pontos críticos, quais sejam: qualidade e heterogeneidade da oferta; a efetividade e relevância do ensino; Magistério: formação e gestão; Apoio ao Educando; financiamento; Integração vertical dos sistemas de

proporção significativa no que tange à política pública, mais especificamente de política pública compensatória.

O Programa Nacional do Livro Didático merece uma reflexão, dada sua proporção tanto no que se refere à Política Pública, ao ideário que representa, ou ao seu processo e escolha e distribuição, pois se trata também de uma estratégia de atendimento ao estabelecido nos programas, projetos, planos e legislação em geral que visam minimizar as desigualdades sociais, mediante a oferta de educação de qualidade, mantidos mediante ações suplementares de material didático, transporte, alimentação, e também assistência à saúde. Deste modo, evidencia-se o caráter de política pública compensatória assumido pelo livro didático, quando se apresenta enquanto um instrumento capaz de levar aos filhos das classes populares o saber ao qual não tem acesso mediante livros paradidáticos, literatura variada, cinema, teatro, viagens e qualquer outra atividade sociocultural. (AMARAL, 2012).

Assim, o PNLD vem evoluindo enquanto política pública por excelência que estrutura o livro didático no Brasil. Política esta que consegue distribuir o livro didático para as escolas públicas no Brasil. No entanto, mesmo com o fato do livro didático chegar às escolas públicas antes do início do ano letivo, o programa enfrenta muitos entraves no que diz respeito à sua eficácia que o próprio guia julga como principal: seu uso. Refiro-me a outras políticas públicas que devem ser pensadas para que o livro não seja apenas bem elaborado, bem avaliado e bem distribuído, mas que ele seja também bem escolhido e bem utilizado.

2.3 O caráter (in)formativo do livro didático

O fato da reintegração disciplinar da Sociologia como componente curricular obrigatório no ensino médio, ao lado de Filosofia, pelo Parecer CNE/CEB nº 22/2008, ter ocorrido em uma estrutura despreparada para abarcar a demanda, contribuiu para que a disciplina não fosse inserida com propriedade nas escolas. Refiro-me ainda aqui a questões quantitativas, ou seja, à falta de profissionais especializados na área das Ciências Sociais para o atendimento da demanda legal.

Na Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) só iniciou o curso de licenciatura em Ciências Sociais no ano de 2009, após o parecer do CNE de 2008. O governo do Estado lançou o edital no final do ano de 2008 e realizou concurso público

ensino; e continuidade e sustentação das políticas educacionais e da gestão dos sistemas e das unidades escolares.

para a seleção de profissionais em 2009, porém pouquíssimos aprovados puderam assumir o cargo, pois apenas a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) já tinha licenciatura em Ciências Sociais e disponibilizava profissionais enquadrados nas normas do edital.

Apenas em 2012, alguns dos outros profissionais classificados no concurso puderam assumir, dado que estes puderam concluir as disciplinas da área de educação que complementavam o curso. Porém, questões como carga horária insuficiente, ausência de currículo nacional, intermitência da disciplina na educação básica, entre outros, configuraram um panorama inapropriado para dar estabilidade ou credibilidade à disciplina como componente curricular importante de ser discutido no ensino médio.

O cenário era formado pela inclusão de duas disciplinas, aos estudantes, com natureza até então desconhecida para muitos e, por isso, podendo soar como dispensável. Gestores escolares tendo que providenciar professores para lecionar as desconhecidas matérias, na maioria das vezes improvisando situações de ensino com profissionais com formação distinta para cumprir seu prazo de inclusão, que era gradativo. E os professores, da área das Ciências Sociais ou não, tendo que encarar um desafio no ensino médio: a Sociologia como matéria escolar.

A incumbência para lecionar Sociologia nas escolas gerou várias inquietações em muitos docentes, pois a Sociologia na escola básica se tratava de uma “novidade” no ensino médio brasileiro⁷. Muitos professores foram pegos de surpresa e tiveram que despender muito esforço para responder aos desafios que o contexto impunha. Assim, muitos que receberam a função de lecionar Sociologia⁸ tiveram que lidar com a improvisação. Tornou-se, assim, bastante frequente a emissão de opiniões pessoais, “achismos”, especulações sem necessária fundamentação teórico-científica, discussões assistemáticas sobre o social, e não necessariamente sociológicas, etc. Gilberto Freyre já refletia sobre esse dilema metodológico, em que a sociologia tendia a ser improvisada:

⁷ Mesmo tendo um grupo de disputa que vinha reivindicando o retorno da disciplina escolar, tratou-se de uma novidade, pois há muitos anos a sociologia não tinha mais obrigatoriedade no nível secundário de ensino no Brasil: destacam-se a Reforma Capanema em 1942 e a Reforma Jarbas Passarinho em 1971 (SANTOS, 2004). Muitos profissionais da educação nem sequer tiveram contato com a disciplina em sua formação no ensino secundário.

⁸ Na Paraíba, a Resolução Nº 101/2008 do Conselho Estadual de Educação habilita quais os profissionais podem lecionar as disciplinas na escola. No caso da Sociologia, os habilitados são os licenciados em Ciências Sociais ou em Sociologia. Porém, na prática, a maioria dos profissionais não tem formação específica.

É o que leigo nenhum distingue bem: o sociológico do social. Para o leigo tudo o que se refere ao social é Sociologia; todo indivíduo que se ocupa de assuntos sociais é sociólogo. Dessa confusão a Sociologia resulta: ora engrandecida em excesso, espécie de rainha não só das ciências sociais em particular, como de tudo que é preocupação com os problemas sociais em geral; ora diminuída em estudo fácil e considerado um campo docemente acessível a quantos, sem outra especialização, se aproximam com a pressa descuidada dos puros *dilettanti*. Dizem-se esses aventureiros nem sempre de gênio, sociólogos, com a maior sem-cerimônia e o maior simplismo do mundo. É hoje frequente no Brasil a improvisação de *dilettanti* – atraídos para as atividades técnicas que ofereçam aspectos sociais, principalmente os interessantes e pitorescos – em sociólogos (FREYRE, 2009).

A preocupação de Freyre em esclarecer essa comum confusão também se aplica a um dos grandes problemas da sociologia na escola básica: “a distinção entre o que é propriamente sociológico do vago e difusamente social, a matéria sociológica do mundo enorme de coisas sociais com fins práticos” (FREYRE, 2009).

A improvisação da implementação da Sociologia no ensino médio conduziu ao juízo, que foi muito popularizado, de que o pensamento sociológico era algo fácil de se construir, mesmo sem estudá-lo ou sem formação na área. Isso levou ao aproveitamento dos profissionais das mais variadas formações – especialmente os de história, geografia, filosofia – para lecionarem as aulas de sociologia nas escolas.

Assim, o professor que não tem formação na área de Ciências Sociais ou que teve uma formação pouco específica na licenciatura, por exemplo, tem no livro didático um material de apoio com bastantes elementos que podem contribuir para amenizar, embora que superficialmente – mas devido ao caráter e emergência se torna significativo – uma das grandes problemáticas que o ensino de Sociologia enfrenta na educação básica: o de docentes sem formação específica. O professor pode lê-lo, estudá-lo e, assim, se inteirar das temáticas e teorizações selecionadas como importantes de serem repassadas aos estudantes.

O livro didático apresenta um potencial bastante significativo para suprir alguns vazios que sua reintegração curricular na educação básica acabou provocando. Funciona como um norte para docentes que têm dúvidas acerca de como direcionar suas aulas de sociologia; quais temas, teorias, conceitos (BRASIL, 2006) construir com seus alunos na ausência de uma formação específica ou de um currículo nacional.

Silva (2012) destaca o livro didático no ensino brasileiro como fonte de (in)formação dos professores, a partir de sua pesquisa com professores de história.

Estes, em sua grande maioria, afirmaram que o livro didático não seria apenas um instrumento didático-pedagógico, mas também uma fonte de consulta pessoal, assim “livro acaba sendo também o grande responsável pela informação e formação dos professores” (SILVA, 2012).

Os livros didáticos ganharam esse status de condutores “exclusivos” dos professores por volta da década de 1960, com a ampliação do público escolar e as condições de trabalho cada vez mais precárias devido a esse aumento. Assim, os materiais didáticos rapidamente deixaram de ser obras de referência, como haviam sido até então, e passaram a orientar e conduzir a ação docente (BEZERRA⁹, 2006 apud SILVA 2012). Por isso, há uma grande atenção dos autores e pareceristas do PNLD ao manual do professor, o que vai além de mera apresentação de respostas prontas aos exercícios formulados na coleção. A demanda era que os manuais passassem a apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos da obra e servir como uma ferramenta auxiliar à reflexão e prática docentes. Essa demanda reforça a ação formadora que os livros didáticos possuem para cobrir algumas lacunas neste âmbito. “Se o livro didático já é um instrumento de destaque excessivo no cotidiano das salas de aula, acredita-se a ele também responsabilidades adicionais como a de formação do professor” (SILVA, 2012).

Não podemos fazer para a escola pública um material que dê trabalho para o professor, que implique preparação de aula, pesquisa além do livro. Porque ele não tem onde, não tem recursos, não tem formação para isso. A gente tem que fazer livros mais mastigadinhos, com aula prontinha do começo ao fim, que tenha estratégia já indicada para o professor, que não implique preparação de aula, pesquisa além do livro (MUNAKATA, 1997).

Nos manuais dos livros didáticos de sociologia do PNLD, encontra-se um material rico, com uma série de encaminhamentos para o professor de Sociologia. Inclusive discussões muito preliminares da licenciatura em Ciências Sociais, como “Sociologia é difícil?” ou “Como estudar as Ciências Sociais?” (ARAÚJO et al, 2013). Este livro nos diz em sua apresentação ao manual do professor:

No lugar da prática educacional instrumental, pretendemos promover uma educação que vise à formação cidadã, por meio da qual possamos

⁹ BEZERRA, Holien Gonçalves. Em Busca da Qualidade: PNLD História – 1996-2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Livros Didáticos de História e Geografia**: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. P. 27-53.

vislumbrar esperanças de um futuro melhor, mais justo, igualitário, pacífico. Para tal é necessário definir quais conteúdos precisam ser priorizados (por que esses e não outros), para que devemos ensiná-los (seus objetivos, o que queremos com eles) e de que forma podem ser bem trabalhados em sala (como ensiná-los de maneira significativa para o aluno). Propomos, portanto, um projeto didático-pedagógico do qual **professores e estudantes são sujeitos** (ARAÚJO et al, 2013).

Vejamos alguns elementos dos manuais dos livros didáticos que ilustram o caráter formativo e informativo dos mesmos:

- Livro: Sociologia (ARAÚJO et al, 2013, Editora Scipione)

| Proposta de Desenvolvimento da Sociologia no Ensino Médio | | |
|---|---|---|
| Ano do Ensino Médio | Capítulos | Eixos de conteúdos |
| 1º | 1. Viver na sociedade contemporânea: a sociologia se faz presente 2. Sociologia: uma ciência da modernidade 3. A família no mundo de hoje 4. Trabalho e mudanças sociais | - Visão geral das ciências sociais: Sociologia, Antropologia, Ciência Política - Sociologia: base científica, objeto de estudo, métodos - Sociologia e transformações sociais no contexto da modernidade - Estrutura social e desigualdades - Grandes questões sociais e globalização - A família como instituição social - Mudanças sociais e trabalho |
| 2º | 5. A cultura e suas transformações 6. Sociedade e religião 7. A Cidadania, política e Estado 8. Movimentos Sociais | - Cultura, civilização e diversidade cultural - O fenômeno religioso sob a ótica da sociologia - Poder, participação política, estado e Cidadania - Dinâmicas dos movimentos sociais |
| 3º | 9. Educação e transformação social 10. Juventude: uma invenção da sociedade 11. O ambiente como questão global | - Educação como processo social - A juventude como uma categoria sociológica - A sociedade capitalista e a questão global do meio ambiente |

Fonte: ARAÚJO et al, 2013

Essas autoras mostram a disposição dos capítulos, explicando o porquê de tais sugestões temáticas. Ainda abordam como se fazer diálogo com outras disciplinas, como planejar e organizar o tempo, estratégias para ensino em cada capítulo, dentre outras abordagens.

Optamos por apresentar os capítulos com um título central e vários subtítulos e boxes de aprofundamento, buscando uma visão mais totalizante das diferentes temáticas, todas inter-relacionadas. O aparecimento de fragmentos de uma temática em diferentes capítulos

facilita a aprendizagem e envolve o estudante, para que ele enxergue os fenômenos na multiplicidade de suas dimensões (ARAÚJO et al, 2013).

- Livro: Sociologia para jovens do século XXI (OLIVEIRA, 2013, Editora Imperial Novo Milênio)

I – A didática no ensino de sociologia
 II – Reflexão sobre materiais e livros didáticos
 III – Planejamento de ensino e pressupostos metodológicos
 IV – A avaliação da aprendizagem
 V – A estrutura do livro
 VI – Propostas de atividades para aprendizagens significativas
 VII – Atividades interdisciplinares
 VIII – Objetivos dos capítulos, propostas de atividades e leituras complementares para o professor
 IX – Gabaritos das subseções revendo o capítulo e verificando seu conhecimento (OLIVEIRA, 2013)

Esta obra também apresenta uma sequência didática, incluindo os anos de escolaridade, os semestres, as unidades, os capítulos e as abordagens teóricas, conceituais e temáticas e as justifica, para que o professor compreenda e possa reorganizar seu planejamento de acordo com as necessidades. Aborda ainda a questão da interdisciplinaridade e dialoga com o professor em cada capítulo, lançando objetivos, justificando as escolhas e propondo atividades.

- Livro: Tempos modernos, Tempos de Sociologia (BOMENY et al, 2013, Editora do Brasil)

“Apresentando” e “Utilizando” o livro são as formas que Bomeny (et al, 2013) mostram a proposta pedagógica, a concepção do livro, os roteiros possíveis, a composição dos capítulos, formas de construção do conhecimento, práticas inter e multidisciplinares de ensino, processo de avaliação, metodologias, adoção de recursos, bem como orientações e comentários sobre cada capítulo. Em um tópico chamado “Formação continuada do professor de Sociologia” as autoras colocam a necessidade de iniciativas formativas para professores de ensino médio:

Visando estimular os professores de sociologia a usufruírem dos espaços existentes em ambientes virtuais, indicamos alguns portais

nos quais estão disponíveis materiais de diversas naturezas que certamente serão úteis para a formação continuada do docente.

Laboratório de Ensino de Sociologia (LES) – USP

<<http://ensinosociologia.fflch.usp.br>>

Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LABES) – UFRJ

<www.labes.ufrj.br>

Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia – UEL

<www.uel.br/projetos/lenpes>

FGV ON-line – Curso Gratuito EAD de Sociologia (30h)

<www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/Sociologia/OCWSOCEAD-01slsh2009-1/OCWSOCEAD_00/SEM_TURNO/387>

(BOMENY et al, 2013)

- Livro: Sociologia em Movimento (SILVA et al, 2013, Editora Moderna)

Essa obra divide o suplemento do professor em duas partes. Parte 1 - Orientações pedagógicas e metodológicas: mostra os componentes didáticos, a organização e articulação de conteúdo, a prática em sala de aula, etc. Parte 2 – Encaminhamentos didáticos e pedagógicos: em cada capítulo do livro, faz a apresentação, sugestões de encaminhamento das aulas, orientações para o trabalho com as seções, respostas e comentários de atividades, atividades complementares, leituras complementares de autores apresentados no capítulo, sugestões de livro para o docente.

Na página de abertura do capítulo estão listados os objetivos relacionados ao tema em questão. Os objetivos do capítulo vinculam-se aos domínios cognitivos de conhecimento utilizados para a construção dos objetivos educacionais. Os objetivos da educação devem sempre contemplar todos os domínios cognitivos. Logo, os objetivos listados servem como parâmetro, não constituem uma norma rígida. O objetivo “identificar as desigualdades sociais decorrentes das relações raciais” (capítulo 5), por exemplo, não se esgota em si, mas suscita a compreensão do que sejam as relações raciais em nosso país, a utilização desse conhecimento para debater políticas públicas que podem ser aplicadas em sua própria escola, e induz a planejar medidas criativas para combater as desigualdades produzidas pelas diferentes formas de discriminação racial (SILVA et al, 2013)

- Livro: Sociologia Hoje (MACHADO et al, 2013, Editora Ática)

Esta obra também apresenta uma discussão sobre o ensino de sociologia, seus pressupostos teórico-metodológicos, explica sua organização e tem um espaço de orientações didáticas e sugestões de respostas. Ela apresenta as Ciências Sociais por

unidades, ou seja, cada unidade representa uma área das Ciências Sociais: a Unidade 1 “Cultura” representa a Antropologia; a Unidade 2 “Sociedade” representa a Sociologia; e a Unidade 3 “Poder e Cidadania” representa a Ciência Política. No manual do professor, há três possibilidades de abordagem que o professor pode escolher:

1. Arco disciplinar: segue a sequência do capítulo 1 ao 15 por área as Ciências Sociais, conforme disposição original das unidades. Primeiro a introdução, depois os capítulos da unidade Cultura (antropologia), após os capítulos da Unidade Sociedade (Sociologia), e por fim a Unidade Poder e Cidadania (Ciência Política).
2. Arco temático: conflui o entendimento das áreas das Ciências Sociais sobre temas em sequência lógica. Por exemplo: Sugere que se inicie com a introdução “O que é sociedade?”; depois parta para o capítulo 6 nomeado de “Pensando a sociedade”, que apresenta os autores clássicos da Sociologia, da segunda Unidade “Sociedade”; em seguida viria o capítulo 11 “Política, poder e Estado”, da terceira Unidade “Poder e Cidadania”; depois viria o capítulo 1 “Evolucionismo e diferença”, que mostra a construção do pensamento sociológico, da primeira Unidade “Cultura”. Assim se segue uma sequência temática confluindo as unidades e mostrando uma sequência para construir o pensamento das Ciências Sociais por temas.
3. Arco misto: esta sequência trabalha com uma sequência de capítulos de cada unidade, de forma cíclica. Assim sugere que se comece com os Capítulos 1, 2 e 3 (unidade da Antropologia), depois os capítulos 6, 7 e 8 (unidade da Sociologia), em seguida os capítulos 11, 12 e 13 (unidade da Ciência Política), e assim sucessivamente.

Mas é recomendável uma boa análise da melhor opção, pois alguns assuntos seriam mais bem apreendidos em determinadas sequências. Os exemplos configuram opções pensadas a partir da ideia de facilitar a compreensão tanto temática, quanto disciplinar. (MACHADO et al, 2013).

- Livro: Sociologia para o Ensino Médio (TOMAZI, 2013, Editora Saraiva)

Este livro apresenta inicialmente, no manual do professor, algumas questões teórico-metodológicas, tais como: estranhamento e desnaturalização; teorias conceitos e temas; pesquisa e ensino; a sociologia e outras disciplinas; recursos didáticos; bases

para a avaliação. Além disso, dá subsídios para o trabalho em sala de aula em cada capítulo, propõe trabalhos com projetos e apresenta a pesquisa como forma de ensino.

No tópico sobre recursos didáticos o autor reflete:

Ler o mundo, pesquisá-lo e também pensar a realidade do seu dia a dia é um caminho que pode desafiar o estudante a apreender a realidade social e construir um patrimônio que carregará para sempre. Esse caminho requer debate, formação de opinião e troca de ideias dos alunos entre si e com o professor. Requer a possibilidade de ler criticamente um jornal, de ver televisão – novela, noticiário, propaganda – e entender a lógica do que está sendo apresentado. O texto do livro didático é, assim, um dos gêneros do discurso utilizado no processo educacional. Outros gêneros, no entanto, podem contribuir para o ensino de sociologia, como poema, reportagem, crônica e notícia de jornal. Além dos textos de diversos gêneros, há obras em linguagens distintas às quais o professor pode recorrer, como filmes de ficção ou documentários, clips, canções e humor gráficos (tiras e charges). Esses recursos não devem ser utilizados para ilustrar, mas para abordar determinado tema sociológico, incentivando a reflexão acerca da realidade a ser estudada (TOMAZI, 2013).

- Livro: Tempo, Espaço e Cultura – Ciências Humanas (CORTI et. al, 2013, Editora Global)

Feito para a Educação de Jovens e Adultos, este livro apresenta – além da concepção, organização e funcionamento da obra – a discussão sobre currículo e avaliação na educação de jovens e adultos, e outros tópicos sobre a EJA, tais como: “Educação de Jovens e Adultos (EJA) e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da ‘segunda chance’”; “Desafios da Educação de Jovens e adultos no Brasil”; “O currículo e as questões de gênero, etnia e orientação sexual”; “A infantilização como regra: experiências vividas e trabalhos escolares”. Tópicos muito interessantes para professores que foram contemplados com a EJA se situarem no debate.

No tópico em que os autores fazem as indicações específicas sobre as abordagens construídas em cada uma das disciplinas das ciências humanas, o ensino da sociologia é apresentado como desafio:

O desafio maior para o ensino de Sociologia no ensino médio é trabalhar em sala de aula com autores e textos clássicos que são, muitas vezes, de difícil compreensão. Nossa tarefa, como professores da área, é preciso fazer isso sem, no entanto, simplificar demais o pensamento desses autores. É necessário encontrarmos os caminhos

para que os alunos consigam refletir a partir dos conceitos, das teorias e das metodologias que são próprios das ciências sociais. Para que essas teorias e esses conceitos contidos nos textos façam sentido para os alunos e contribuam para uma melhor compreensão da sociedade na qual eles vivem, é fundamental a mediação do professor, que estabelecerá as conexões entre as teorias sociológicas e a experiência dos estudantes. As mediações são, nesse sentido, formas de traduzir o conhecimento produzido pelos cientistas sociais para os alunos do ensino médio (CORTI et. al, 2013).

Como percebemos, os livros didáticos são ferramentas não apenas informativas, mas ganham caráter formativo desde a sua concepção até chegar às mãos do docente. Seus textos instruem não só os estudantes, mas os professores que fazem a mediação didática a partir deles, conforme abordagem a seguir.

2.4 O livro didático e a mediação pedagógica: o conhecimento sociológico em discurso inteligível

Uma das grandes questões que estão permeando o debate nos estudos acerca da Sociologia no ensino médio tem sido a abordagem do conhecimento das Ciências Sociais nas salas de aula da educação básica. Discute-se muito sobre a viabilidade de adaptar um conhecimento, produzido majoritariamente com vistas à universidade, para o nível intermediário de ensino¹⁰.

Essa questão é pertinente para ser discutida porque o discurso sociológico é permeado de peculiaridades que o distinguem dos debates e discussões acerca da sociedade que as outras disciplinas e outras formas de produção de conhecimento fazem. Muito se questiona acerca da necessidade de inserção de uma disciplina voltada para a análise social no currículo escolar, quando já se tem a Geografia, a História e a Literatura, às quais se atribui essa função na escola de forma estabilizada. A relevância da Sociologia no ensino médio perpassa justamente pela peculiaridade de sua análise enquanto um discurso científico. E qual seria essa peculiaridade analítica que torna a Sociologia tão imprescindível como disciplina nos currículos escolares do ensino médio, no sentido de compreensão da sociedade? A grande especificidade da sociologia nesse sentido, pode ser explicada pela própria origem da Sociologia como ciência

¹⁰ Estudiosos como Ileizi Fiorelli Silva, Mário Bispo dos Santos, Flávio Sarandy, Anita Handfas, Amurabi Oliveira, Amaury Moraes, Simone Meucci, Alexandre Zarias, são exemplos do grupo que vem desenvolvendo importantes estudos acerca da sociologia no ensino médio.

social. Os seis livros didáticos aprovados e distribuídos às escolas públicas pelo PNLD 2015 retratam a questão da peculiaridade da Sociologia.

Como lembrou o sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1916-1962) a sociologia contribui ainda para desenvolver nossa imaginação sociológica, isto é, nossa capacidade de analisar experiências cotidianas e estabelecer relações entre elas e situações mais amplas que nos condicionam e nos limitam, mas que também podem explicar o que acontece em nossa vida. A sociologia nos ajuda a pensar de modo independente, oferecendo instrumentos para analisar o conteúdo dos jornais e de sites da internet, as novelas de televisão, os telejornais, os programas de rádio e as entrevistas das autoridades. Por meio da análise e do questionamento, percebemos que os meios de comunicação ocultam e formamos nosso ponto de vista sobre os fatos (TOMAZI, 2013).

Em “Tempos modernos, tempos de sociologia” (2013) as autoras parecem propor uma abordagem baseada justamente na peculiaridade da Sociologia enquanto ciência originada para entender as constantes configurações e reconfigurações sociais determinadas pela dinâmica social:

O século XVIII se destacou no processo de mudanças que caracterizou os “tempos modernos” porque importantes revoluções tiveram nele o seu berço: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. A primeira trouxe para as cidades novos contingentes originários das vilas rurais, o que gerou um profundo impacto social. A cidade foi o espaço privilegiado para as transformações sociais, econômicas e políticas na era moderna. O ritmo urbano acelerado e as mudanças econômicas e políticas, bem como o desenvolvimento da ciência e da técnica, alimentaram a ideia de que a vida em sociedade é fruto do trabalho e da invenção humana. Essa nova mentalidade contribuiu para o desenvolvimento, em meados do século XIX, de um campo de estudos dedicados a compreender o sentido das transformações sociais e a maneira como os indivíduos a elas reagem. Com essa promessa nasceu a sociologia (BOMENY et al, 2013).

Em Sociologia (2013), as autoras se referem ao surgimento da Sociologia como uma ciência capaz de, através de pesquisas, entender a posição dos indivíduos na sociedade, para além de uma explicação naturalista, biológica ou religiosa.

A fundação de uma ciência da sociedade rompeu com essa visão, mostrando como as mudanças nas formas de conviver e de trabalhar repercutiram e repercutem nas condições de vida da população. Explicar porque a sociedade é desigual e como ela se altera ao longo do tempo era, e ainda é, uma questão crucial para a Sociologia. Nessa reflexão sobre a realidade das relações sociais, as diferentes áreas das

ciências sociais puderam identificar como se produziam e produzem desigualdades em diferentes momentos da história da nossa sociedade. (ARAÚJO et al, 2013)

Machado, Amorim e Barros (2013) trazem a peculiaridade das ciências sociais, destacando também a Antropologia e Ciência Política, com o objetivo de desenvolver o pensamento crítico, na desnaturalização do mundo, na saída do senso comum e na sistematização do conhecimento.

As ciências sociais se estruturam de modo tão complexo quanto seu objeto de estudo, a sociedade. Mas esse emaranhado de perspectivas e teorias diferentes pode ser sistematizado. Podemos identificar algumas formas preponderantes de pensar o social, identificar essas linhagens e, assim, chegar a uma ideia geral do que são as ciências sociais (MACHADO et al, 2013).

No livro “Sociologia em Movimento” (2013), os autores colocam que a Sociologia possibilitou a compreensão das estruturas da sociedade contemporânea e contribuiu para que os indivíduos e coletividades pudessem se entender como partes determinadas e determinantes das estruturas sociais nas quais são capazes de interferir.

No momento em que os problemas da sociedade passam a ser percebidos como passíveis de solução, ela se torna objeto de estudo científico. O francês Auguste Comte é considerado o pai da sociologia, ele foi o primeiro a defini-la como a ciência que busca a compreensão das estruturas, dos significados e das relações sociais (SILVA et al, 2013).

Freyre (2009) corrobora com o entendimento da especificidade do olhar das Ciências Sociais para a análise social. Para este autor, vários fatos podem ser estudados em diferentes aspectos particulares por diversas outras ciências, tais como economia, Geografia Humana, Filosofia, História, Psicologia Social, Ética. No entanto, a Sociologia estuda-os em seus aspectos “sócio funcionais ou sócio pessoais dinâmicos”, enquanto as outras Ciências Sociais ocupam-se mais dos conteúdos e produtos sociais e culturais da interação social. O guia do PNLD reforça essa especificidade das ciências que devem ficar claras nos livros didáticos:

Cada disciplina tem uma forma característica de construir conhecimentos e, portanto, de organizar o pensamento e estruturar a explicação e a argumentação próprias da área. Um problema matemático, uma explicação gramatical, um conceito científico, um fato histórico ou uma paisagem geográfica não se formulam dessa

maneira; tampouco se argumentam nos mesmos moldes, em cada uma dessas áreas. Reconhecer e entender essas maneiras particulares de dizer/escrever, na construção do conhecimento, faz parte da aprendizagem dos conteúdos específicos de cada disciplina. Por isso mesmo, será mais adequado e mais recomendável, uma coleção ou livro que souber ensinar a linguagem própria com que cada disciplina trata seus conteúdos. Nesse sentido o livro didático funcionará melhor como instrumento para a mediação de leitura que é parte do ensino de qualquer área (BRASIL, 2014a).

O livro didático tem sido o principal recurso didático utilizado na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Isso ocorre porque grande parte dos professores brasileiros, marcados por inúmeras situações adversas no cotidiano, o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula (SILVA, 2012).

Os livros didáticos têm essa característica, que é a de possibilitar acesso maior à população fora dos ambientes estritamente acadêmicos. A esse elemento Meucci nomeia de rotinização de um pensamento social que, possivelmente, seria desconhecido ou, no mínimo, menos palpável sem essa transposição didática.

O valor dos livros didáticos no campo da sociologia do conhecimento não tem sido reconhecido. Consideradas obras de pouco valor porque dedicadas à síntese escolar, são, porém, recurso valioso para a compreensão da dinâmica de constituição de um repertório estável de conceitos, autores, temas e problemas de determinada disciplina entre membros da sociedade em geral. São reveladores do modo como uma disciplina especializada é tornada visível para o público amplo. É a isso que damos o nome de 'rotinização' de uma área de conhecimento. Em outras palavras, os livros didáticos são fonte de análise que permitem reconhecer condições de circulação ampliada de um determinado campo de conhecimento, os agentes protagonistas desta tarefa e principalmente a natureza dos processos de seleção e 'canonização' de certos conteúdos, autores, temas, teorias e abordagens. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo, um 'lugar' privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade (MEUCCI, 2013).

Para alcançar os objetivos de adequação linguística das teorias sociológicas, os livros didáticos têm estilos específicos de organização do conhecimento, de modo a torná-lo mais compreensível e mais aplicado à realidade social dos estudantes. Segundo Meucci (2013), há uma grande equipe que envolve a produção industrial de livros didáticos. Além dos autores, há os revisores, pedagogos, diagramadores, ilustradores,

pareceristas, dentre outros profissionais da indústria editorial, responsáveis por transpor os conhecimentos das ciências em discursos mais compreensíveis. Para isso, o livro didático é escrito com estética de revistas semanais, pois seu formato contém ilustrações, recursos, caixas de textos e *design* que fornecem caráter lúdico às informações que ali subsidiam.

Seu formato deve se distinguir dos textos acadêmicos, literários e jornalísticos, porém, ao mesmo tempo, a escrita didática deve contê-los, bem como deve conter citação de filmes, obras literárias, textos de jornais, etc. Meucci (2014) identifica três técnicas de escrita do livro didático. A primeira é chamada topicalismo: consiste numa redação organizada em tópicos, estratégia que visa demarcar um conteúdo num lugar específico.

Livros didáticos têm em suas páginas muitas áreas intituladas, subintituladas, muitas delas isoladas em boxes destacados que, por vezes, permitem a correlação visual simultânea entre o conteúdo do texto básico do livro e um texto complementar. Por vezes, tópicos se repetem em cada capítulo para assinalar a intenção determinada daquele recurso e área do texto: ‘memorizando’, ‘leitura do clássico’, ‘estudando uma situação’. Neste caso, os tópicos são estruturantes e conferem unidade à organização de todo o livro (MEUCCI, 2014).

A outra técnica, chamada nominalismo, é uma estratégia de nomear os fenômenos para possibilitar a compreensão de suas características, correlações e implicações. Seria, por exemplo, o que encontramos na obra de Bomeny (et al, 2013) “Tempos modernos, tempos de sociologia”, que faz uma relação com o filme “Tempos modernos” (1936) de Charles Chaplin, para ilustrar e debater um tema específico. O Capítulo 1, nomeado “A chegada dos tempos modernos”, demonstra que a Sociologia é uma ciência que nasceu no contexto da idade moderna, com suas significativas mudanças. O Capítulo 5, nomeado de “O apito da fábrica”, apresenta os conceitos de Durkheim como solidariedade, coesão social, anomia. O Capítulo 6, “Tempo é dinheiro”, apresenta os conceitos de racionalidade, modernidade, capitalismo de Max Weber. O Capítulo 8, “Trabalhadores uni-vos”, apresenta o comunismo, os conceitos e a teoria de Marx. Citam-se outros títulos instigantes como “A metrópole acelerada”, “Sonhos de civilização”, “Brasil, mostra a tua cara!”, dentre outros.

A terceira técnica destacada por Meucci (2014) é chamada de contextualismo. Por um lado o contextualismo tenta aproximar teoria e experiência ordinária, por outro o

contextualismo é aquele que se caracteriza pela descrição histórica dos fenômenos estabelecendo uma relação com o presente.

Com efeito, as técnicas até agora identificadas – ‘topicalizar’, ‘nomear’, ‘contextualizar’ – não são especificidades dos livros de sociologia, sequer da área de humanas. Não obstante, é um gênero de escrita bastante enquadrado que tem efeito bastante significativo nas disciplinas de humanidades, na medida em que não permite trazer ao conhecimento as dinâmicas sofisticadas e complexas, tensões e contradições dos processos reais. Rigorosamente, é uma forma de escrita que suprime a radicalidade do ato de conhecer. Podemos relacionar esse ‘didatismo’ a uma modalidade de conhecimento que entende a teoria como recurso para classificação e a história como recurso para a genealogia dos fenômenos. E este gênero de escrita é um fenômeno relativamente recente que revela a dominância, não apenas na produção científica, mas também na circulação dos seus resultados desta modalidade de conhecimento (MEUCCI, 2014).

Até os anos 1960, os livros didáticos tinham apenas exercícios no fim dos capítulos para distingui-los dos livros convencionais, mas a partir dos anos 1970 emergiu esse modelo de escrita supracitado. Para Meucci (2014), esse novo modelo pode ter surgido de vários fatores que envolvem as novas teorias educacionais, o ensino apostilado, o surgimento de uma indústria editorial que, com as novas tecnologias de edição, requereu uma nova estética. Modelo este que, inclusive, não foi necessariamente bem aceito. Osman Lins, ao falar dos livros didáticos de comunicação e expressão, diz que estes mimam os alunos e dá a entender que o aluno está aquém das expectativas de aptidão, e que precisaria de estímulos infantis (LINS, 1977 apud MEUCCI 2014).

O guia de livros didáticos de Sociologia do PNL D 2015 reflete sobre essa característica dos livros didáticos. Reconhece-se que as obras aprovadas para o triênio 2015-2017 têm propostas pedagógicas ricas, porém os desafios de mediação entre o conhecimento científico e o escolar persistem.

Um desses obstáculos refere-se à simplificação de teorias e conceitos. Sabemos que é uma meta em todos os níveis de ensino conseguir explicar conceitos complexos de forma compreensível, sem trair seu significado profundo. É um desafio da comunicação científica e da disseminação da ciência para públicos leigos. E certamente esse desafio é ainda maior se considerarmos a própria natureza das ciências sociais que se caracteriza pelo embate permanente entre concepções teóricas distintas. Como tratar então a relação “indivíduo e sociedade” nos autores clássicos sem que se reduzam suas concepções a um mero jogo de primazia entre indivíduo e sociedade? Entendemos que muito embora diferentes entre si, o olhar de Durkheim não se restringiu a pensar essa relação tendo em vista o domínio da sociedade sobre o

indivíduo. Da mesma forma, sabemos que não basta inverter essa relação – o domínio do indivíduo sobre a sociedade – para se entender o pensamento de Weber, nem tampouco, apresentar as concepções teóricas de Marx limitando-as às determinações econômicas. Percebemos que o problema da reificação dos conceitos é um forte risco e constitui-se em um dos maiores desafios do conhecimento escolar da sociologia (BRASIL, 2014b).

Há ainda outro desafio de mediação didática citado pelo Guia de Livros Didáticos de Sociologia do PNL 2015, que é a articulação e interdisciplinaridade entre as três Ciências Sociais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política. A Sociologia aparece como consenso entre as três áreas na educação básica, mas não exclui a abordagem das demais. Além disso, há a questão das escolhas teóricas que permeiam o debate sobre a mediação pedagógica. São desafios epistemológicos e práticos que o docente encontra em sua didatização.

Há outra questão mais profunda, que é uma característica das Ciências Sociais, no que se refere à compreensão das diferentes tradições teóricas, com consequências epistemológicas e políticas muito diferentes e que são legítimas nesse campo. Entretanto, a solução para isso requer uma vigilância epistemológica e cuidados com uma suposta “neutralidade” possível. A escolha por caminhos teóricos e pedagógicos pode e deve estar explícita, sem negar aos estudantes o conhecimento da variedade de teorias e abordagens em suas profundidades. A “tentação” em extrair mensagens comportamentais do estudo dos conceitos e teorias, assim como o ecletismo no tratamento de concepções teóricas diversas e divergentes entre si para justificar uma suposta neutralidade devem ser superados, pois ainda aparecem em textos acadêmicos e didáticos. Como se pudéssemos a todo estudo e reflexão teórica extrair um “dever ser”, prejudicando a explicação do “como é” e o desenvolvimento de um “habitus” propriamente científico de perguntar e investigar, como a matriz principal da aprendizagem dos modos de apropriação dos fenômenos sociais. Isso é polêmico e de difícil realização, mas indicamos como desafio (BRASIL, 2014b).

A apresentação do programa de curso pelo livro didático envolve sugestões de metodologias, leituras, filmes, dinâmicas, debates, charges, ilustrações, exercícios, etc, que também munem o docente de possibilidades de mediação ciência-escola. O livro didático figura, portanto, como espaço para transposição do conhecimento acadêmico ao escolar, ou seja, é responsável pela circulação, difusão, rotinização e popularização de um conhecimento científico – originalmente denso e complexo – e essa função é muito útil para os docentes e sua possível adoção em sala de aula.

2.5 O livro didático como currículo

A reflexão sobre o que, para quem, por que e como ensinar/aprender é uma das grandes preocupações dos professores. Segundo o MEC (BRASÍLIA, 2007) essa preocupação deve levar em conta interesses, diversidades, diferenças sociais e a história cultural e pedagógica de nossas escolas. Assim, a escolha sobre quais práticas pedagógicas adotar é um dilema permanente na escola e nos debates sobre educação.

As indagações sobre currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade (BRASÍLIA, 2007).

O protagonismo juvenil e o desenvolvimento da autonomia intelectual dos alunos são destacados pelo PNLD como o alvo principal dos livros didáticos. Por outro lado, a centralidade do professor na condução desse processo também é destacada, posto que o livro é consultado na elaboração de seu plano de ensino quando a escola adota um exemplar específico. Pensando assim, e na dúvida sobre quais temáticas são mais pertinentes dentro de ampla gama de temas possíveis de serem retratados pela Sociologia no ensino médio, o livro didático pode representar uma orientação para os professores.

Em tese, os currículos escolares deveriam ser o principal elemento regulador dos conteúdos transmitidos nas diversas disciplinas ministradas no interior das escolas, porém, em nosso país, a realidade tem demonstrado que uma determinação curricular só consegue consolidar-se a partir do momento em que surgem livros didáticos, para uso do professor e dos alunos, que a incorporem. O livro didático, no mais das vezes, acaba por ditar o currículo escolar, especialmente nos locais onde os professores são mais desqualificados e despreparados (GATTI JR, 1997).

Na ausência de um currículo oficial nacional e estadual, no caso da Paraíba, e muitas vezes, no desconhecimento ou falta de consulta aos parâmetros e orientações curriculares (PCNEM e OCNEM) para a Sociologia no ensino médio, o livro didático assume a função de currículo, pois consta uma sequência de temas, seguidos de

respectivas possibilidades de autores das ciências sociais, que constroem perspectivas teóricas sobre tais assuntos. O guia do PNLD de Sociologia demonstra que os livros didáticos que chegam à mão do professor na escola pública passam por uma avaliação que faz dele um instrumento didático legítimo.

O livro didático segue uma linha de raciocínio que não precisa necessariamente ser acompanhada em sequência, mas apresenta uma ampla variedade de possibilidades – no caso dos livros aprovados pelo PNLD – avaliados segundo uma série de critérios que podem ser trabalhadas pelo professor. Eis alguns dos princípios exigidos pelo PNLD para o livro de Sociologia: interdisciplinaridade das Ciências Sociais, o rigor conceitual e teórico, a mediação didática, a apreensão do conhecimento sociológico pelo aluno e a autonomia do trabalho pedagógico do professor.

Vejamos o exemplo da sequência de temas da obra “Sociologia em movimento” de Silva (et al, 2013):

Unidade 1: Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo

Capítulo 1- Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas

1. Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas
2. As diferentes formas de conhecimento
3. Conhecimento de senso comum
4. Ciência e senso comum: opostos ou complementares?
5. A contribuição da Sociologia para a interpretação da sociedade contemporânea
6. Métodos de investigação científica nas Ciências Sociais
7. A Sociologia e a interpretação da sociedade do século XXI

Capítulo 2 - A sociologia e a relação entre o indivíduo e a sociedade

1. Primeiras palavras
2. A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas clássicas
3. A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas contemporâneas

Unidade 2: Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas

Capítulo 3- Cultura e ideologia

1. Primeiras palavras
2. Cultura e vida social
3. Cultura, ideologia e indústria culturais
4. Cultura, identidade, rede e fluxos no século XXI

Capítulo 4- Socialização e controle social

1. Primeiras palavras
2. Socialização e instituições sociais
3. Controle social

Capítulo 5 - Raça, etnia e multiculturalismo

1. Primeiras palavras
2. Preconceito, discriminação e segregação
3. Raça, racismo, e etnia: aspectos socioantropológicos

Unidade 3: Relação de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea

Capítulo 6- Poder, política e Estado

1. Primeiras palavras
2. Poder, político e Estado
3. As relações de poder na sociedade contemporânea
4. Formação de Estado brasileiro

Capítulo 7- Democracia, cidadania e direitos humanos

1. Primeiras palavras
2. Democracia
3. Teoria democrática moderna
4. Teoria democrática contemporânea
5. Cidadania e direitos humanos
6. Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil

Capítulo 8- Movimentos sociais

1. Primeiras palavras
2. Movimentos sociais como fenômeno histórico
3. Características estruturais dos movimentos sociais
4. Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais

Unidade 4: Mundo do trabalho e desigualdade social

Capítulo 9 – Trabalho e sociedade: explicando as bases da sociedade de classes

1. Primeiras palavras
2. A questão do trabalho em Marx, Weber e Durkheim
3. As experiências de racionalização do trabalho
4. Sistemas flexíveis de produção
5. Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos

Capítulo 10 – Estratificação e desigualdades sociais

1. Primeiras palavras sobre a desigualdade social
2. Formas de estratificação
3. Brasil: interpretação da pobreza e o cenário de mudanças e permanências socioeconômicas

Unidade 5: Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas

Capítulo 11- Sociologia do Desenvolvimento

1. Primeiras palavras
2. Capitalismo internacional: crises e desenvolvimento
3. Abordagens e perspectivas do desenvolvimento

4. O debate sobre desenvolvimento na era da globalização

Capítulo 12- Globalização e integração regional

1. Primeiras palavras
2. O debate sobre a globalização: um ponto de partida sociológico
3. O mundo se modifica e iniciamos um novo debate
4. Integração regional
5. Juntando e separando países

Unidade 6: A vida nas sociedades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção

Capítulo 13- Sociedade e espaço urbano

1. Primeiras palavras
2. Ordem X conflito: duas perspectivas sobre as cidades
3. Conflitos urbanos: violência e privatização do espaço público
4. Administração das cidades e o mercado

Capítulo 14- Gênero e sexualidade

1. Primeiras palavras
2. O que gênero e o que é sexualidade?
3. Gênero, sexualidade, poder e comportamento
4. A violência contra a mulher, os movimentos sociais e a diversidade sexual

Capítulo 15- Sociedade e meio ambiente

1. Primeiras palavras
2. O contexto histórico da problemática socioambiental
3. Sociologia e meio ambiente
4. Modernização, transformação social e meio ambiente

(SILVA et al, 2013)

Vemos, nesse exemplo, que há uma sequência de temas e discussões pertinentes ao âmbito da Sociologia, que são julgadas, em consenso, como temas relevantes de serem abordados no ensino médio. Além do conteúdo programático que indica pistas para o currículo da sociologia na educação básica, há a seleção de autores e abordagens que auxiliam o docente na preparação de suas aulas (informação, formação e didatização). Os docentes têm no livro didático aprovado pelo PNLND uma ferramenta segura para fazer o seu planejamento anual com os três anos do ensino médio.

Desse modo, o livro didático sugere elementos suficientes para uma abordagem temática em sala de aula. No entanto, mesmo com o profundo trabalho dos autores e das editoras na elaboração dos livros didáticos, muitas vezes os usos dos livros didáticos não atendem as expectativas de seus elaboradores e dos elaboradores da política pública para o livro didático. Pressupõem-se, aqui, duas possibilidades para isso ocorrer: uma é a de que pode haver ausência de habilidade do professor em lidar com suas propostas, ou pode também ser considerado muito sintético. Por outro lado, muitos professores

seguem à risca excessivamente os livros didáticos, por razões talvez explicadas pela ausência de formação específica, tomando como verdade absoluta tudo o que nele contém, sem considerar outras possibilidades, ou outros pensamentos, outros autores, outros recursos didáticos. No entanto, o PNLD funciona como uma garantia de preparação de conteúdos básicos adequados ao estudante, pois é para isto que o livro é desenvolvido, e não para limitar a autonomia do professor.

É importante reiterar a ideia de que o livro didático de Sociologia tem a envergadura para adaptação do conhecimento científico para uma realidade escolar, a uma linguagem adequada ao desenvolvimento cognitivo do estudante que não tinha tido contato prévio com a linguagem da disciplina no ensino fundamental. Ele apresenta um enfoque temático bastante peculiar, mas voltado para atender o nível básico de ensino.

3 INVESTIGANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES: OPÇÕES METODOLÓGICAS

Tendo como objetivo a análise da adoção do livro didático de Sociologia pelos docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba, esta investigação buscou entender a prática docente do professor de sociologia, a partir da adoção do livro didático no seu cotidiano escolar, observando: os critérios utilizados para seleção dos livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os fatores que influenciam seus métodos e recursos didáticos no planejamento de aula, as estratégias didáticas utilizadas para o trabalho com conceitos e teorias sociológicas e a forma como os professores utilizam o livro didático como ferramenta para o ensino de Sociologia.

A hipótese com a qual esta pesquisa fora iniciada foi a de que o livro didático ora assume uma função central para o professor, que faz o programa do curso e organiza suas aulas unicamente com base nele, ora a adesão ao livro didático se torna desnecessária para muitos professores, que não o utilizam e preferem construir suas discussões partindo da utilização de outros recursos didáticos. Esta última atitude pode soar muito positiva, por permitir autonomia do docente e a possibilidade de contribuição de diversos outros elementos, conforme aconselha o próprio guia do PNLD. Por outro lado, pode ser considerada prejudicial, posto que pode provocar um distanciamento completo das teorias e conceituações sociológicas. Sendo assim, e levando em consideração sua adoção pelos docentes nas escolas, o livro didático ficaria nesta hipótese, ora com um papel central e ora com papel secundário.

Para a compreensão dessas duas possibilidades elencam-se algumas variáveis que podem vir a contribuir para o entendimento dos casos de centralização do livro ou para sua não adoção. Consideram-se aqui como condicionantes de primeira ordem as características socioeconômicas e perfil das escolas e professores, tais como: área de formação do docente, seu regime de trabalho e o tipo de escola e/ou modalidade de ensino desenvolvida nela. Esta última variável implicará identificar também o perfil dos alunos que têm seus estudos orientados pelos professores que serão pesquisados em determinada escola.

Nesse aspecto, cabe mencionar algumas ideias contraditórias e corriqueiras acerca dos usos do livro didático por professores e alunos

no Brasil. Por um lado, se diz que o livro não figura apenas como recurso didático, mas também como única obra de referência para professores e alunos. Esta perspectiva acena para a hipercentralidade do livro didático como um dos efeitos das deficiências de formação intelectual e das condições de acesso aos livros em geral. Por outro lado, afirma-se também, tais livros são bens escolares ignorados tanto por professores e alunos que desprezam seu didatismo e seu conteúdo superficial. Nessa perspectiva, o livro é considerado um artigo inútil, quando não depõe contra o ensino e a aprendizagem de qualidade (MEUCCI, 2013).

Nas três escolas em que fui distribuída para lecionar a disciplina de Sociologia, pude notar uma enormidade de livros plastificados que não foram sequer distribuídos entre os estudantes ainda nos anos finais da validade do PNLD 2012. Essa observação conduziu ao interesse de investigação acerca dos usos do livro didático de Sociologia nas escolas públicas nessa nova etapa em que a disciplina se encontra, considerando o estudo relevante para a compreensão do lugar que a sociologia vem adquirindo no ensino médio e o alcance do PNLD nas escolas públicas.

Assim, entre os dois grandes protagonistas da destinação e adoção do livro didático na escola pública – professores e estudantes – os professores foram os escolhidos para a realização desta pesquisa.

Os professores exercem uma função primordial no trabalho pedagógico (...) Queremos ressaltar a ação do professor por meio de sua criatividade e compromisso, assim como sua condição de agente social de transformação da escola, reconhecendo que o livro didático se insere em um contexto mais amplo de políticas públicas educacionais que por si só não pode caminhar sozinho. Queremos afirmar nosso compromisso com a escola pública e, sobretudo, nosso reconhecimento da centralidade do professor na escolha do Livro Didático e na sua ação para fazer dele um instrumento de estímulo à curiosidade e ao conhecimento de nossos alunos (BRASIL, 2014a).

Considera-se aqui o potencial do docente na direção do significado que o livro adquire para os estudantes, no trabalho de convencimento, utilidade e pertinência do livro, assim como destaca o Guia do PNLD.

3.1 Percursos da pesquisa

O corpus de pesquisa constituiu-se por análise de legislações educacionais, mais especificamente para o ensino médio e para o ensino de Sociologia; documentos orientadores para o ensino da Sociologia; documentos orientadores para o

funcionamento das escolas estaduais paraibanas; Guias de livros didáticos do PNLD; Livros didáticos aprovados pelo PNLD 2015 e 2014 (no caso da EJA); editais do governo; produções bibliográficas, artigos e análises sobre o livro didático, especialmente de Sociologia; sites do governo estadual e federal. Também foram construídos dados de pesquisa de questionários e realização de entrevistas, além da obtenção de informações orais e informais.

O campo de pesquisa escolhido foi a Primeira Gerência Regional de Ensino, pelo fato de eu residir em João Pessoa, onde é sua sede. O primeiro passo da pesquisa foi a seleção das escolas por localidade: centro da cidade e bairros, com a intenção de abarcar variadas condições socioeconômicas. No entanto, ao atentar para as Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas do Estado da Paraíba, a variável “modalidades de ensino” tem o potencial de demonstrar os possíveis direcionamentos educacionais que as escolas da Paraíba podem seguir e, conseqüentemente, as variedades de posicionamento dos professores perante isso. Isso porque, em cada modalidade de ensino há uma diretriz específica, ou um programa governamental a ser seguido, que se traduz no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e, conseqüentemente, no perfil do professor.

Identificadas as modalidades de ensino e os programas educacionais que se desenvolvem na educação básica paraibana, nove tipos se encaixaram dentro da delimitação territorial da Primeira Gerência e do nível médio de ensino. A capital contemplava as nove modalidades e, por isto, todas as escolas pesquisadas se localizaram em João Pessoa.

O contato inicial foi feito com a coordenadora pedagógica da referida gerência de ensino, a fim de que fossem indicadas escolas que desenvolviam tais modalidades/programas. A indicação das escolas foi feita pela coordenadora que autorizou a realização da pesquisa.

Essa indicação seguiu o critério de localidade, privilegiando as escolas dentro de João Pessoa, para facilitar o acesso da pesquisadora. Além disso, as sugestões levam em consideração as poucas escolas que desenvolvem cada modalidade de ensino ou programa e a credibilidade e/ou referência que cada escola representa naquela modalidade educacional no estado.

O passo seguinte foi o contato com as escolas propostas. Algumas vezes foi possível um contato anterior por telefone, mas, na maioria dos casos, a abordagem foi feita pessoalmente com a direção das escolas e, após isso, foi feito o direcionamento aos

professores. Quando a escola possuía mais de um professor de Sociologia, foi priorizado o docente que lecionava no período de desenvolvimento da modalidade de ensino a ser investigada. Quando possível, foram entrevistados mais de um professor de Sociologia da escola.

Duas etapas de investigação se deram com os docentes. A primeira etapa se deu com o levantamento do perfil socioeconômico e profissional dos professores, captados através de questionários (ANEXO 1). A segunda etapa se deu com a realização de entrevistas semiestruturadas que visaram entender a experiência dos professores com o livro didático de sociologia (ANEXO 3). Paralelamente à primeira etapa, foram levantadas também informações acerca do perfil das escolas, com o objetivo de entender como a Sociologia é encarada dentro de cada contexto.

Vejam os a seguir quais as razões que motivaram o levantamento desses perfis e quais são as possibilidades de análises preteridas com as variáveis investigativas.

3.2 Perfil das escolas e dos professores

Levando em consideração que o docente transmite muito de sua personalidade, de seus valores, de sua ideologia, o levantamento dos dados pessoais dos docentes oferecem elementos para o entendimento dos possíveis pormenores que podem vir a justificar algumas posições perante suas escolhas didáticas.

Sendo assim, pretendeu-se, com a identificação da idade, sexo, renda, religião, raça/cor, estado civil/conjugal e quantidade de filhos, perceber se estas características influenciam seu comportamento em sala de aula, a partir das entrevistas realizadas posteriormente.

Segue o perfil socioeconômico tabulado a partir dos questionários respondidos pelos docentes:

Quadro 1: Perfil socioeconômico dos professores de Sociologia pesquisados - 2015

| Identificação | Idade | Sexo | Renda | Religião | Raça/ Cor¹¹ | Estado civil/conjugal | Filhos |
|----------------------|--------------|-------------|---------------|-----------------|-----------------------------------|----------------------------------|---------------|
| Docente 1 | 49 | Masculino | 1 a 3 s.m. | Evangélica | Branca | Divorciado | 4 |
| Docente 2 | X | Feminino | 1 a 3 s.m. | Católica | Parda | Casada | 1 |
| Docente 3 | X | Feminino | 1 a 3 | Católica | Branca | Divorciada | 2 |

¹¹ O questionário utiliza categorias autodeclarativas, o que faz com que apareça a variável raça/cor miscigenada, por exemplo.

| | | | | | | | |
|-------------------|----|-----------|------------------|----------------|-------------|------------|----------------------|
| | | | s.m. | | | | |
| Docente 4 | 37 | Feminino | 1 a 3 s.m. | Católica | Parda | Solteira | 1 |
| Docente 5 | 34 | Masculino | Maior que 3 s.m. | Nenhuma | Parda | Solteiro | Não |
| Docente 6 | 57 | Feminino | Maior que 3 s.m. | Evangélica | Miscigenada | Divorciada | Não |
| Docente 7 | 46 | Masculino | 1 a 3 s.m. | Judaico-Cristã | Branca | Solteiro | Tutor de 3 sobrinhos |
| Docente 8 | 70 | Masculino | Maior que 3 s.m. | Católica | Branco | Casado | 3 |
| Docente 9 | 32 | Feminino | Maior que 3 s.m. | Católica | Parda | Casada | 1 |
| Docente 10 | 28 | Feminino | 1 a 3 s.m. | - | Branca | Solteira | Não |

Fonte: Elaboração Própria

A identificação do perfil de formação acadêmica consiste em conhecer o histórico educacional do docente nos níveis médio e superior de ensino, importando saber se cursou o nível básico em escola pública ou privada e se tem formação acadêmica na área de ciências sociais ou outra área. Aos não formados, importou ainda identificar se a outra área é nas ciências humanas, ou outras. Esta é uma variável importante porque pode revelar se há diferenças nas formas de métodos de ensino da Sociologia de acordo com a formação do docente.

Quadro 2: Formação acadêmica dos professores de Sociologia pesquisados - 2015

| Docente | Formação Ensino Médio | Formação Ensino Superior | Curso Formação Ensino Superior | Pós Graduação | Curso/Nível Pós Graduação |
|----------------|------------------------------|---------------------------------|--|----------------------|---|
| 1 | Pública e Privada | Privada | Licenciatura em História | Sim | Especialização em História do Brasil e da Paraíba |
| 2 | Pública | Pública | Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais | Sim | Especialização em Formação Profissional |
| 3 | Privada | Privada | Geografia | Sim | Especialização em Educação Ambiental |
| 4 | Pública | Pública | História e Direito | Sim | História e Arte |
| 5 | Pública | Pública | Filosofia | X | X |
| 6 | Privada | Pública | Ciências | Sim | Tecnologia na educação |

| | | | | | |
|-----------|---------|---------|--------------------------------|------------|---|
| | | | Sociais | | |
| 7 | Pública | Pública | Ciências Sociais | Incompleto | Mestrado em Antropologia (em andamento) |
| 8 | Pública | Privada | Direito, Psicologia e Teologia | Sim | Psicologia no trânsito |
| 9 | Pública | Pública | Filosofia | X | X |
| 10 | Pública | Pública | Ciências Sociais | X | X |

Fonte: Elaboração própria

A terceira categoria permite identificar características de duas outras condições que poderão influenciar na condução de suas aulas, que são: escola em que está inserido e perfil de alunos a quem leciona. A localização da escola pode revelar características importantes do perfil dos estudantes; e as modalidades de ensino, ou os programas educacionais que desenvolve, revelarão características da escola, que também são passíveis de influenciar na metodologia do professor. Pretende-se aqui contemplar a variedade de modalidades de ensino encontradas na 1ª Gerência Regional da Paraíba no ano de 2015. O regime de trabalho, por sua vez, pode ser efetivo e por meio de contratos. O primeiro pode ainda variar em efetivo com ingresso por meio de concurso público, ou por tempo de serviço; o contrato, por sua vez, pode ser temporário – com tempo determinado – ou não. Esta variável será investigada com o intuito de identificar se o regime de trabalho pode ser relevante ou não na forma de condução da didática de ensino.

Quadro 3: Dados funcionais dos professores de Sociologia pesquisados – 2015

| | Escola de lotação | Bairro | Modalidade/Programa de Ensino | Cargo | Função | Outras escolas que leciona | Disciplinas que leciona | Tempo docência | Tempo docência na sociologia | Regime de trabalho |
|----|---|----------------|--|--|------------------------------------|---|--------------------------------------|----------------|------------------------------|----------------------|
| 1 | CEJA Professor Antônio Severino de Souza | Centro | Exame de Certificação Estadual (Supletivo) | Professor | Professor | x | Sociologia e Filosofia | 5 anos | 3 anos | Prestação de serviço |
| 2 | EEEM Integrado Presidente João Goulart | Castelo Branco | Profissional Integrado e Concomitante ao Médio | Professora | Professora | EMEF David Trindade | Sociologia e disciplinas do PROJOVEM | 25 anos | 7 anos | Efetiva |
| 3 | EEEM Cineasta Linduarte Noronha | Gramame | Regular | Professora | Professora | x | Geografia e Sociologia | 10 anos | 5 anos | Efetiva |
| 4 | EEEM Compositor Luís Ramalho | Mangabeira | EJA | Professora | Professora | x | História e Sociologia | 18 anos | Desde 2013 | Efetiva |
| 5 | EEEMI Liliosa de Paiva Leite | Cristo | Programa Ensino Médio Inovador | Articulador Pedagógico PROEMI/ Professor | Coordenador Instituição/ Professor | Marista Pio X | Filosofia, Sociologia | 8 anos | 8 anos | Efetivo |
| 6 | EEEFM Profa Olivina Olívia Carneiro da Cunha | Centro | Educação especial | Professora | Professora | X | Sociologia | 29 anos | 1 ano | Efetivo |
| 7 | EEEFM Profa Olivina Olívia Carneiro da Cunha | Centro | Educação especial | Professor | Professor | X | Sociologia | 11 anos | 11 anos | Efetivo |
| 8 | Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prefeito Osvaldo Pessoa | Ernani Sátyro | PRONATEC EJA | Professor | Professor | X | Psicologia e Sociologia | 30 anos | 15 anos | Efetivo |
| 9 | EEEFM Almirante Saldanha | Mangabeira | Educação em prisões | Professora | Professora | Escola no estado do Rio Grande do Norte | Filosofia e Sociologia | 3 anos | 1 ano e meio | Efetivo |
| 10 | EEEFM Almirante Saldanha | Mangabeira | Educação em prisões | Professora | Professora | x | Sociologia | Menos de 1 ano | Menos de 1 ano | Prestação de serviço |

Fonte: Elaboração própria

3.2.1 As modalidades de ensino

As escolas foram selecionadas em suas variadas possibilidades de ensino a fim de investigar a variedade dos significados que o livro didático pode adquirir no ambiente escolar, de acordo com o contexto e com as possibilidades de ensino em que os docentes, que conduzirão sua adoção, estão inseridos.

No entanto nem todas estas modalidades estão presentes na 1ª Gerência Regional, como a educação indígena e quilombola. A educação no campo consta nesta gerência, mas apenas no nível fundamental. Por isso a pesquisa se concentrou no município de João Pessoa, dado que as modalidades de ensino presentes disponíveis encontravam representação na capital.

Na Rede Estadual de Ensino Paraibana, 385 escolas funcionam com o Ensino Médio, distribuídas nas 14 Gerências Regionais de Educação, atendendo aos 223 municípios paraibanos. Desse total, 23,1% são escolas exclusivas de Ensino Médio, as demais compartilham com o Ensino Fundamental (PARAÍBA, 2015).

A região escolhida para esta pesquisa possui 14 dos 223 municípios do estado. São eles: João Pessoa, Lucena, Bayeux, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Pitimbu, Conde, Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Sapé, Mari, Sobrado e Riachão do Poço. As Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (2014) distribuem o sistema educacional paraibano a partir de algumas modalidades de ensino. Eis as variedades de modalidades/programas de educação na 1ª gerência de ensino que contemplam o ensino médio.

- Ensino Regular

Trata-se do ensino médio obrigatório, que ocorre durante os três anos letivos completos, com o objetivo de certificar que o estudante concluiu a educação básica. É composta pelas disciplinas curriculares obrigatórias com carga horária semanal habitual: Português (4 h/a), Matemática (4h/a), Geografia (3 h/a), História (3 h/a), Inglês (2 h/a), Biologia (3 h/a), Física (3 h/a), Química (3 h/a), Artes (1 h/a), Sociologia (1 h/a), Filosofia (1 h/a), Espanhol facultativo (1 h/a).

Dentre as escolas de Ensino Médio Inovador, a selecionada foi a EEEM Cineasta Linduarte Noronha, localizada no Conjunto Colinas do Sul, bairro Gramame. Foi criada

no ano de 2012 para atender a demanda dos moradores de um bairro que é afastado do centro. Durante o diurno apresenta ensino regular, à noite desenvolve o profissionalizante para a EJA (PROEJA). À priori a escola foi indicada para a pesquisa desta modalidade, no entanto manteve contato com a docente do período diurno, cuja modalidade desenvolvida é a regular.

- Ensino Médio Inovador

O PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador, instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

O objetivo do ProEMI é oferecer educação integral para jovens do ensino médio, visando entrar em concordância com os projetos de reestruturação curricular que o MEC vem propondo. As dimensões que se pretende desenvolver são trabalho, ciência, cultura e tecnologia, contemplando as diversas áreas do conhecimento a partir de oito macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura Corporal; Cultura e Artes; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Digital; Participação Estudantil e Leitura e Letramento. Em cada um desses macrocampos os professores das escolas que desenvolvem este programa inscrevem seus projetos de intervenção pedagógica para atender as dimensões acima expostas. Assim, as escolas recebem uma verba adicional para desenvolverem tal trabalho através do PDE interativo.

Os projetos de reestruturação curricular possibilitam o desenvolvimento de atividades integradoras que apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea (MEC, 2015).

Dentre as escolas de Ensino Médio Inovador, a selecionada foi a EEEMI Liliosa de Paiva Leite, localizada no bairro do Cristo Redentor, com educação integral para ensino médio no período diurno e EJA no período noturno.

- Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Segundo as Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino, a Educação de Jovens e Adultos é destinada às pessoas que não puderam ter acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, ou não tiveram a possibilidade de continuar os seus estudos em sua “caminhada de cidadão” (PARAÍBA, 2015).

A EJA pode ser oferecida nas escolas nos turnos diurno e noturno, mas é mais comum a ocorrência noturna. Os artigos 37 e 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, estabelece a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade específica da Educação Básica, regulamentada pela Resolução 229/2002 e no Parecer nº247/2002 do Conselho Estadual de Educação - CEE/PB.

A Secretaria da Educação, por meio da Gerência Executiva da Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), oferece Cursos Presenciais, Semipresenciais e Exames de Certificação (PARAÍBA, 2015).

Os Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJAs tem como finalidade ofertar cursos de 2º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na metodologia semipresencial, sem frequência diária obrigatória ao estudante e com avaliação presencial. Já os Exames de Certificação caracterizam-se por certificar conhecimentos e competências em nível Fundamental e Médio, sem exigir comprovação de escolaridade anterior ou frequência a cursos regulares. São definidos pela Lei Nº 9.394/96 – LDB e Regulamentação do CEE/PB – Conselho Estadual de Educação. É exigida a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos para a inscrição e realização dos exames de Ensino Médio (PARAÍBA, 2015).

Dentro das modalidades da EJA, foram escolhidas escolas de duas modalidades: presencial e semipresencial com exame de certificação.

Na EEEM Compositor Luiz Ramalho, foi pesquisada a docente do período noturno, onde se desenvolve a EJA. Mas a escola, localizada no bairro de Mangabeira, também desenvolve ensino médio regular pela manhã e à tarde. Esta escola foi escolha da pesquisadora, devido à localização próxima de onde resido.

Da modalidade semipresencial com exame de certificação estadual, o CEJA Professor Antônio Severino de Souza, se localiza no centro da cidade, na rua da sede da Primeira Gerência Regional de Ensino, e foi indicada por ser referência nessa modalidade.

- Ensino Médio Integrado a Educação Profissional

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida: a) Articulada com o Ensino Médio (Integrada, na mesma instituição; Concomitante, na mesma ou em distintas instituições); b) Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio (PARAÍBA, 2015).

A Escola selecionada para representar o ensino de Sociologia foi a EEEM Integrado Presidente João Goulart. Antes nomeada de EEEM Integrado Presidente Médici, esta escola mudou de nomenclatura em 2014. Com os debates provenientes dos eventos de 50 anos do golpe militar, o governador encaminhou o projeto de mudança do nome da escola – apoiado pelo Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça – na intenção de retirar homenagens aos generais da ditadura militar (WIKIPÉDIA, 2015).

A escola, localizada no bairro do Castelo Branco, possui os seguintes cursos profissionalizantes: manutenção e suporte em informática, turismo, hotelaria, hospedagem e serviço de bar e restaurante. Além desses a escola dispõe de todos os componentes curriculares obrigatórios para o ensino médio regular.

- PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi instituído pela Lei Nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Segundo o MEC (BRASIL, 2013), esse programa tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, além dos cursos de formação inicial e continuada. De acordo com a Resolução CD/FNDE Nº 61 de 11 de novembro de 2011 (apud PARAÍBA, 2015), o PRONATEC objetiva também a ampliação das vagas e expansão das redes estaduais de educação profissional, ofertando a modalidade de ensino médio concomitante com a Educação Profissional (PARAÍBA, 2015).

- PROEJA e PRONATEC EJA

O Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é destinado aos estudantes que já concluíram o Ensino Fundamental e ainda não possuem o ensino médio, mas que pretendem adquirir uma formação geral e profissional. O candidato deverá ter um mínimo de 18 anos completos, na data da matrícula (PARAÍBA, 2015).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC EJA) foi estabelecido pela Portaria nº 125 de 13 de fevereiro de 2014 com o intuito de articular a Educação Profissional com Educação de Jovens e Adultos, a fim de expandir, interiorizar e democratizar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (MEC, 2015c). A SEE/ GEEJA realiza, por sua vez, parcerias com as instituições ofertantes dos cursos de educação profissional e tecnológica e qualificação profissional (PARAÍBA, 2015).

A escola selecionada para representar esse perfil é a EEEFM Prefeito Oswaldo Pessoa, localizada no bairro do Ernani Sátyro. Desenvolve educação regular para ensino fundamental e médio durante o dia, e à noite uma EJA profissionalizante.

- Educação Especial

A Educação Especial é definida, segundo as Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino (2015) como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a educação especial disponibiliza recursos e serviços que visam complementar ou suplementar à formação dos estudantes deficientes.

Os alunos da Educação Especial são os que apresentam deficiência múltipla, física, intelectual, visual, auditiva, surdez, cegueira, transtornos globais de desenvolvimento – como a Síndrome de Asperger ou síndrome de Reet –, transtornos desintegrativos da infância, transtornos do espectro do autismo e altas habilidades ou superdotação (PARAÍBA, 2015).

O aluno da Educação Especial tem duas matrículas na escola: a primeira refere-se a sua inscrição na sala de aula regular e a segunda no Atendimento Educacional Especializado (AEE) que é, prioritariamente, realizado na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM.

O AEE é de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, com o atendimento vinculado ao do professor da sala regular, prestando a mesma carga horária deste e participando do planejamento da escola. O AEE deverá ser realizado na SRM da própria escola ou em escola circunvizinha, quando aquela não dispuser deste atendimento. A Sala de Recursos Multifuncionais oferece equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, para organização desse atendimento e em contrapartida as escolas disponibilizam o espaço físico e designa o professor com formação especializada para atuar no AEE. As escolas deverão comunicar à Fundação Centro Integrado de Apoio ao

Deficiente (FUNAD) o recebimento dos equipamentos e solicitar as orientações para implantação desse serviço [...] O professor da SRM deverá ter formação em Educação Especial, participar de cursos de formação inicial e continuada, presencial e à distância, oferecidos pela FUNAD por meio da Assessoria de Educação Especial. Serão aceitos cursos da mesma natureza ministrados por outras instituições públicas ou privadas. Os profissionais de apoio: Instrutor, Tradutor/intérprete de Libras, Guia Intérprete, bem como o Cuidador são presentes conforme à necessidade (PARAÍBA, 2015).

A escola com educação especial escolhida em parceria com a FUNAD e o Instituto dos Cegos foi a EEEFM Profa Olivina Olívia Carneiro da Cunha, por apresentar um número considerável de estudantes com deficiência visual no ensino médio.

As Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino estabelecem que o aluno com deficiência visual deve ter acesso ao material didático em braile.

Este suporte deverá ser dado através da SRM tipo II, assim como o apoio para reproduzi-lo. Caso a escola não possua SRM tipo II, deve solicitar à FUNAD a transcrição do material didático. Registro de Vida Escolar do aluno com deficiência deverá ser feito de forma descritiva com as competências desenvolvidas por ele e anexado à sua ficha individual (PARAÍBA, 2015).

- Educação em Prisões

A Educação em Prisões é de responsabilidade da SEE-PB e executada pela GEEJA, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária/Gerência de Ressocialização.

Ela atende aos privados de liberdade nas Penitenciárias, Presídios e Cadeias Públicas, com Cursos de Alfabetização e Ensino Fundamental, primeiro segmento, são ofertados de forma presencial e Ensino Fundamental, segundo segmento, e Ensino Médio de forma semipresencial com orientações presenciais. São ofertadas também aulas de Educação Física; o PROJOVEM URBANO em prisões; Exames de Certificação Estadual e Nacional, em nível Fundamental e Médio (PARAÍBA, 2015).

A escola selecionada para esta modalidade de ensino foi o EEEFM Almirante Saldanha. Esta possui três núcleos em diferentes espaços de ressocialização, mas o núcleo escolhido é no bairro de Mangabeira. A modalidade que se desenvolve é a EJA para nível fundamental e médio.

O sentido das escolhas desta metodologia foi abranger a maior diversidade possível de experiências pedagógicas dentro da rede de ensino médio da Paraíba, no intento de identificar possíveis nuances que possam contribuir (ou não) na variação de tais sentidos. No entanto esses dados não apresentam uma parcial de reflexão por si só, eles apenas significarão a partir da análise que se segue abaixo, com as variáveis mais profundas.

3.3 Elementos de práticas pedagógicas

O levantamento das variáveis acima pretendeu contribuir para o entendimento das práticas pedagógicas dos professores com relação à adoção do livro didático de sociologia. O primeiro elemento de prática pedagógica investigado foi o processo de seleção dos livros didáticos – avaliação e critérios de escolha do livro – e o segundo elemento se trata da particular concepção do docente acerca do lugar que a sociologia ocupa no ensino médio. A compreensão desses, por sua vez, poderá nos dar respostas acerca da forma de adoção do livro didático pelo professor de sociologia.

Tal significação do professor acerca do livro didático foi buscada por meio da realização de entrevistas com os professores selecionados, com o intuito de perceber os critérios de escolha, a adoção ou não adoção do livro didático e os sentidos implícitos nestas formas de apropriação deste recurso didático.

A investigação de como se estabeleceram seus critérios de seleção e escolha do livro didático a serem usados pela disciplina na escola pelos próximos três anos (2015 – 2017) é uma fase importante e pertinente com o período da pesquisa, posto que há uma centralidade do professor na escolha do livro didático, etapa importante de um longo processo de adoção do livro didático. Entende-se aqui que as razões dessa escolha repercutirão nas formas de adoção do livro didático.

O passo seguinte foi a realização das entrevistas semiestruturadas com os professores selecionados acerca da adoção do livro didático, inquirindo: como se dá a sua escolha, se individual ou coletiva; como o professor analisa e posteriormente trabalha os conteúdos e temas; de que maneira o livro didático contribui para o programa do professor; o que se usa como complementação ao mesmo; dentre outras questões que venham a esclarecer os sentidos do livro didático na escola, através do significado que seu principal condutor atribui a ele (ANEXO 3).

Foram realizadas entrevistas com dez professores dentro das oito modalidades de ensino pesquisadas, pois em duas escolas foram entrevistados dois professores de Sociologia. Apenas três delas foram gravadas e as outras foram tomadas notas no seu decorrer, devido a preferência dos professores entrevistados.

Três outras entrevistas foram realizadas paralelamente. Uma com a diretora da escola com modalidade 'Educação em Prisões' – que tem formação na área de linguagens, bem como formação curta em sociologia –; outra com a responsável pelo AEE da escola com modalidade 'Educação Especial'; e, por fim, com a responsável pela Gerência de Recursos Didáticos da Secretaria do Estado da Educação. Estas tiveram um papel importante no entendimento do processo de adoção de didáticos nas escolas.

Antes de o livro didático chegar às mãos dos estudantes há um extenso processo de seleção e distribuição que merece ser levado em consideração nesta pesquisa, devido a sua complexidade. Na relação MEC – Secretaria de Educação Estadual – Escola – Professor – Estudante, ocorre um emaranhado de procedimentos distributivos que podem implicar sentidos específicos aos seus usos em cada escola, variando de acordo com a forma com a qual o livro chega a cada uma delas. Tais sentidos diferenciados poderão se manifestar em formas diferenciadas de valorização e adoção do livro didático.

4 “SOU CRIATIVA E TENHO AUTONOMIA”: da escolha à utilização do livro didático de sociologia

Este capítulo trata da adoção dos livros didáticos de Sociologia na prática cotidiana dos professores em sala de aula. Realizada com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino do Estado da Paraíba, a abordagem busca compreender como os professores fazem a mediação pedagógica da Sociologia no ensino médio no tempo ordinário, em sala de aula, com as intempéries e bonanças que o cotidiano escolar pode proporcionar.

As entrevistas e observações revelaram que muita coisa escapa às previsões e indicações dos documentos oficiais, mais especificamente do Guia do PNLD e dos manuais do professor, presentes nos livros didáticos aprovados pelo programa. Demonstram a imprevisibilidade da lógica cotidiana que norteia a adoção do livro didático pelos professores de Sociologia nos seus ambientes de trabalho.

4.1 O processo de escolha das obras didáticas: as intenções do PNLD e as reais possibilidades para os professores

O Programa Nacional do Livro Didático 2015 estabeleceu critérios específicos para a seleção das obras de Sociologia, tendo em vista fortalecer princípios que vem sendo almejados e, aos poucos, consolidados por meio da Sociologia no ensino médio. São, em resumo, os seguintes: a interdisciplinaridade das ciências sociais, o rigor teórico e conceitual, a mediação didática, a apreensão do conhecimento sociológico pelo aluno e a autonomia do trabalho pedagógico pelo professor (BRASIL, 2014b).

Nota-se que há muita subjetividade dentro de alguns desses princípios requeridos pelo PNLD para que o livro didático contemple, e é justamente essa subjetividade que uma apreciação formal de documentos oficiais não consegue traduzir como ocorre na realidade. Para alcançar estes princípios o Guia de Livros Didáticos de Sociologia do PNLD 2015 (2014a) estabeleceu os seguintes critérios para a aprovação das obras didáticas distribuídas nas escolas públicas:

1. Respeito à legislação vigente, como a LDB e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.

2. Qualidade das referências teórico-conceituais, ou seja, rigor na apresentação dos paradigmas e conceitos das ciências sociais (clássicos e contemporâneos).
3. Critérios didático-pedagógicos, que se subdividem em: conteúdos e exercícios. Com relação aos conteúdos se observa a linguagem, os argumentos e as estratégias de mediação didática. Com relação às atividades e exercícios se observa o potencial de despertar diferentes capacidades e a coerência com a abordagem.
4. A viabilidade das imagens (fotos, charges, ilustrações, gráficos, tabelas e mapas) no auxílio à aprendizagem. Observa-se a real potencialidade de reflexão que a imagem pode despertar naquele contexto, bem como se elas não reforçam estereótipos ou ideologias. Além disso observam a qualidade da impressão da imagem e os devidos créditos ou fontes.
5. Cuidados com a ortografia, referências de fontes documentais, a coerência e o projeto gráfico que deve facilitar o manuseio do livro pelo estudante.
6. As orientações que o manual do professor oferece, bem como as possibilidades de uso e sugestões que este apresenta ao professor.

Importa-nos entender em que sentido esses critérios são levados em consideração pelos professores ao escolher o livro que vai trabalhar nos próximos 3 anos. O Guia do PNLD expõe estes critérios de avaliação justamente como pontos que os professores também deveriam observar em suas escolhas.

A sequência ideal do processo de escolha do livro didático nas escolas seria, segundo o documento do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE de 2008, módulo Programas do Livro (PLi): a) orientação pelo guia do PNLD sob a coordenação do diretor e coordenador pedagógico escola; b) escolha coletiva das obras entre todos os professores de cada disciplina; c) preenchimento dos formulários e envio do pedido pela internet; d) negociação, habilitação e contrato com as editoras pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação); e) produção dos livros pelas editoras, no quantitativo definido no contrato; f) editoras distribuem diretamente os livros às escolas, por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); g) chegada dos livros às escolas entre outubro de cada ano e o início do ano letivo seguinte.

No entanto, antes da recepção nas escolas de todas as obras aprovadas pelo programa para o triênio 2015-2017, seria necessário um período de análise considerável

para que o professor pudesse analisar com cautela todas as obras e, por fim, a indicar as obras escolhidas como primeira e segunda opção. No entanto, a realidade de escolha de obras didáticas na prática é mais engessada do que se pensa. Na prática, o processo não caminha desse modo em todos os contextos, fato que dificulta a apreciação do professor de todas as obras e, conseqüentemente, a liberdade em escolhê-las de acordo com os critérios recomendados.

Iniciemos, então, pelo acesso ao Guia do PNLD, cuja leitura e orientação consistem na primeira fase do processo de escolha do livro didático. O MEC (Ministério de Educação e Cultura) distribuiu, em forma impressa para as escolas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, juntamente com os guias do PNLD para as disciplinas. No entanto as escolas pesquisadas não receberam o guia impresso a tempo de os professores terem acesso antes das escolhas dos livros didáticos. Ao contrário, a escolha das obras se deu no fim do ano de 2014 e estas instruções chegaram às escolas apenas no ano de 2015.

Existe uma justificativa para esse atraso na distribuição do guia de livros didáticos impressos, que se discutirá adiante. Mesmo assim, desde já se identifica uma lacuna na política do PNLD. Para suprir essa brecha, o acesso ao guia do PNLD pode ser feito pela internet através do site do FNDE, no período de divulgação dos livros pelas editoras. No entanto o acesso e divulgação desses documentos para os professores é outra problemática. A maioria não tem conhecimento desses instrumentos, não leem os documentos, nem recebem instruções dos gestores escolares para os acessarem pela internet. De todos os docentes entrevistados, apenas uma havia lido o guia de livros didáticos de 2012, graças ao Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), feito durante o seu curso de licenciatura em ciências sociais, mas não acompanhou o PNLD 2015, nem tinha conhecimento da evolução na quantidade de obras aprovadas (Professora, 28 anos, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação em Prisões¹²).

Entendamos, então, os efeitos dessa problemática no processo de escolha. Se o MEC recomenda que os professores façam suas escolhas com autonomia, atentando para seu potencial criativo e condutor; ainda demonstra, no guia de livros didáticos, algumas possibilidades que cada livro aprovado tem em seu potencial. Explicitam-se os critérios supracitados de aprovação do livro didático no PNLD e os colocam como

¹² A identificação dos docentes entrevistados se dará pela exposição da modalidade de ensino, idade, quando informada, e curso de formação acadêmica inicial.

referências a serem observadas pelo professor no processo de escolha. Mas o professor não observa tais recomendações, pelo fato de não ter contato com o guia. Muitos elementos preteridos pelos elaboradores da política pública ficam desprivilegiados no real processo de escolha.

Todavia, há a possibilidade de o docente avaliar as obras segundo seus próprios critérios, mesmo sem atentar para as recomendações do MEC, examinando as obras que chegam as escolas para análise. Porém, trata-se de outro elemento do processo de escolha dos livros didáticos pelos professores que não está previsto pelo curso ideal: o acesso às obras aprovadas no período de escolha.

O Guia traz uma descrição e uma análise de cada livro, bem como suas potencialidades e pontos fracos. Isso é feito para auxiliar numa escolha mais embasada pelo docente. Porém, mesmo supondo que o professor tenha acesso ao guia e se oriente por ele na escolha de sua obra, destacamos outro problema: nem todas as escolas recebem as obras aprovadas. A responsabilidade de divulgação é das editoras, mas não são todas que chegam às escolas. Dentre todas as entrevistas realizadas, nenhum professor recebeu as 6 obras aprovadas para analisar. Esse fator engessa a escolha do professor, ficando “obrigado” a escolher apenas dentre as que lhe foram apresentadas. Além disso, muitas vezes as obras escolhidas pelo professor não são as que chegam às escolas, e o professor tem que trabalhar com o material disponível, mesmo que não tenha sido sua opção.

O manual do professor é outro elemento recomendado pelo PNLD e é um tópico muito importante, observado pelos avaliadores, na aprovação do livro didático. Ele tem a função de orientar a prática pedagógica do professor, situá-lo na abordagem dos conteúdos, sugerir atividades e oferecer possibilidades de dinamização. Porém na maior parte dos casos, ele não é lido, nem é bem visto pelo professor: “*Sou criativa e tenho autonomia. O manual deixa a pessoa presa, Fica mais produtivo o trabalho sem ele*” (Professora, formação inicial em Geografia Educação, modalidade de ensino Regular); “*Não posso nem dizer que é bom ou que é ruim. Nunca li. Não sou dado a trabalhos com receitas*” (Professor, 34 anos, formação inicial em filosofia, modalidade de ensino PROEMI).

Muitos relatos mostraram também que as escolhas das obras didáticas eram feitas de acordo com seus julgamentos e não baseados na análise detalhada das obras: “*Eu já sabia qual livro ia escolher, nem olhei os outros. Há anos sempre escolho os dessa editora*” (Professora, formação inicial em Geografia Educação, modalidade de

ensino Regular). O tempo de trabalho na licenciatura aparece neste discurso como ressaltante da autonomia do professor. Os docentes com mais experiência em sala de aula se apegam menos às recomendações oficiais, do que os professores com menos tempo de carreira, mas ambos apresentam critérios excepcionais de escolha das obras.

Outras razões parecem nortear as escolhas dos professores. Uns parecem se interessar pelo imagético nas suas escolhas, como é o caso da professora: “*Observei a questão didática, as gravuras. Dou importância à imagem porque com ela dá pra dar uma aula e produzir um texto final, e isso enriquece a aula*” (Professora, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação Profissional Integrada e Concomitante ao médio). Outra docente destaca que a preferência pela editora vem do fato dela ter uma linguagem menos técnica, com atividades que estimulam a participação do alunado (Professora, formação inicial em Geografia Educação, modalidade de ensino Regular).

Numa observação geral, a maioria dos casos pesquisados não seguiu o padrão decisório ideal das obras didáticas. Vejamos:

Quadro 4: Dados sobre o processo escolha do livro didático - 2015

| | Acesso ao Guia PNLD | Escolha pessoal ou coletiva | Quantidade de obras analisadas | Quantidade de obras digitais analisadas | Obra escolhida |
|------------------|---------------------|-----------------------------|--------------------------------|---|--|
| Docente 1 | Não | Não participou | Nenhuma | Nenhuma | Sociologia para o Ensino Médio (TOMAZI, 2013) e Sociologia: Ciências Humanas e suas Tecnologias (ALGARVES, 2012) |
| Docente 2 | Não | Pessoal | 2 | Nenhuma | Sociologia (ARAÚJO et al, 2013) |
| Docente 3 | Não | Pessoal | 3 | 1 | Sociologia em Movimento (SILVA et al, 2013) |
| Docente 4 | Não | Pessoal | 2 | Nenhuma | Sociologia para o Ensino Médio (TOMAZI, 2013) |
| Docente 5 | Não | Pessoal | 4 | Nenhuma | Sociologia em Movimento (SILVA et al, 2013) |
| Docente 6 | Não | Não participou | Nenhuma | Nenhuma | Sociologia em Movimento (SILVA et al, 2013) |
| Docente 7 | Não | Pessoal | 4 | Nenhuma | Sociologia em Movimento (SILVA et al, 2013) |

| | | | | | |
|-------------------|-----|----------------|-----------------------|---------|---|
| Docente 8 | Não | Não participou | Nenhuma | Nenhuma | Não informado |
| Docente 9 | Não | Não participou | Nenhuma ¹³ | Nenhuma | Tempo, Espaço, Cultura – Coleção Viver, Aprender (CORTI et. al, 2013) |
| Docente 10 | Não | Não participou | Nenhuma | Nenhuma | Tempo, Espaço, Cultura – Coleção Viver, Aprender (CORTI et. al, 2013) |

Fonte: Elaboração própria

O manual do professor, bem como as outras recomendações do PNLD, não conseguem prever integralmente as lógicas do contexto cotidiano do professor. Faz-se necessário perceber que o programa e suas recomendações representam um discurso oficial. Representam um ideal que não é reflexo do cotidiano da sala de aula, que é o lócus do imprevisto, do frenético. Aquela aula semanal em cada turma, seguidas de outras 5 no mesmo molde, de 45 a 50 minutos, com concretização de apenas 30 minutos – sacrificadas pela mudança de uma sala pra outra, chamada de presença de alunos, registro de cadernetas, etc – dentre outras variadas particularidades da disciplina no cotidiano, mostram que a lógica que vai da escolha à utilização do livro didático é outra.

Um dos fatores que pode vir a explicar a imprevisibilidade dessas práticas pelos discursos oficiais, talvez seja a menor representatividade de profissionais da educação básica na elaboração desses documentos. Com relação aos princípios objetivados pelos avaliadores das obras didáticas, estes podem ponderar sobre a interdisciplinaridade das três ciências sociais, ou o rigor teórico e conceitual presente no livro. Mas como julgar se o aluno está aprendendo Sociologia por meio do livro didático? Somente o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula poderá responder essa pergunta. É aí que reside o potencial inventivo do professor.

A política pública do PNLD ocuparia, segundo Michel de Certeau (1998), em “A invenção do cotidiano: artes de fazer”, um lugar de poder dentro do processo em que brota a inventividade cotidiana. Para este autor há uma diferença entre tática e estratégia. A estratégia esboça as determinações de um “sujeito de querer” que ocupa um “lugar de poder”. Lugar este que aqui é comparado ao lugar da política do PNLD.

¹³ Esta escola recebeu apenas a Coleção Viver, Aprender do PNLD EJA 2014.

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito em algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os objetivos e objetos da pesquisa). Toda racionalização “estratégica” procura distinguir, em primeiro lugar, de um ambiente próprio, isto é, o lugar do poder e do querer próprios (CERTEAU, 1998).

As táticas seriam as ações indeterminadas “aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam” (CERTEAU, 1998), ou seja, se encaixam nas ações heterogêneas dos professores.

Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição (CERTEAU, 1998).

Entretanto, as razões da escolha do livro didático ilustram apenas um aspecto das táticas dos professores nas práticas cotidianas. Estas desviam criativamente das regras e do planejamento estratégico da política pública para o livro didático. Seguem-se outras astúcias.

4.2 Entre a Cidadania e a Ideologia: as sociologias que saem dos documentos e ganham vida nas salas de aulas

As práticas de adoção dos livros didáticos apresentam sutilezas nas abordagens dos professores. Vários fatores influenciam seus métodos e recursos didáticos no planejamento de aula. As abordagens variam de acordo com as modalidades de ensino, de acordo com as formações dos professores, de acordo com os valores, como religiosidades, crenças, etc.

Percebe-se que a maioria dos professores entrevistados encaram a sociologia de acordo com suas noções de cidadania, principalmente. Ao menos essa recomendação dos documentos oficiais – conhecimentos da sociologia como importantes para a preparação para a cidadania (lei 9394/96, parecer CNE/CEB nº 38/2006) – parece ser lugar comum também nas escolas.

No entanto, essa percepção pode gerar grandes confusões no tocante ao que pode ser considerado conhecimento sociológico que contribua para a cidadania dos jovens. Mario Bispo dos Santos (2002) percebe que as concepções de cidadania variavam de acordo com as formações o professor com formação em ciências sociais tendem a enfatizar os conceitos e as teorias, já os de outras áreas do conhecimento destacavam a participação cidadã e a intervenção na realidade. O que não é necessariamente o caso desta pesquisa. Veremos que muitos professores formados em ciências sociais também reforçam um caráter instrutivo e ideológico.

Essas particularidades dos professores repercutem nas suas escolhas pedagógicas. Embora a defesa de uma preparação para a cidadania esteja presente, ela varia de acordo com suas ideologias.

Uma professora entrevistada que tem formação na área ambiental, por exemplo, destaca o tema do meio ambiente como principal a ser discutido pela sociologia. Do mesmo modo, uma professora que tem formação na área de história e de direito, demonstra claramente que uma função importantíssima da sociologia é esclarecer questões referentes à justiça e direitos. Outra que trabalhou anos no SENAI no setor de recrutamento para o mercado de trabalho, e que atualmente leciona sociologia em uma escola profissionalizante, destaca a importância de preparação para o mercado de trabalho.

Eu não gosto muito do livro. Tem muitas coisas interessantes, mas eu prefiro trabalhar com coisa assim muito concreta, trabalhar com questão social mais próxima do aluno. Eu acho justamente por eu ter a formação em Direito também, trabalhar com a questão de direitos e deveres. Acontece alguma coisa e eu termino associando com a legislação em cima disso, trago isso pra sala. Mas eu trabalho muito com coisa extra. Eu sou professora de História e Sociologia, mas em algumas turmas a professora de História é outra e eu fiquei só com Sociologia. Aí eu levo pra andar, levo pra passear e ali eu termino discutindo as questões históricas e junto com as questões sociais. Faço muito um junto e misturado e tem dado certo, eles entram nesse mundo da discussão das questões sociais. Nos terceiros anos eu tô trabalhando Sociologia uma coisa que eu fugi completamente do livro o tema 'Formação e atribuições do Estado', o Estado de Direito, como é que está dividida a questão dos três poderes dentro do Estado, porque aí é interessante e eles terminam perguntando coisas do tipo 'Professores e como foi feito pra esses poderes contrabalancearem o outro?' ou 'Por que não tá funcionando na prática pra inibir a corrupção?'. Aí eu vou explicar porque um poder não está contrabalanceando o outro, onde está o poder judiciário que não está agindo pra frear as aberrações, o que está acontecendo dentro do poder executivo, dentro do poder legislativo e tem sido bem interessante. Então eu fujo do livro didático de Sociologia propriamente dito e trago coisas muito de fora para a sala. Já está planejado para as

próximas aulas discutir a questão da menoridade penal, que é um projeto de lei que está no congresso nacional. E tem muita gente que acha que botar um jovem de 16 anos na cadeia vai resolver o problema da criminalidade. É uma ilusão muito grande. Então eu trabalho muito essas questões, acho que o curso de Direito me ajuda a trabalhar isso e isso torna interessantes, eles gostam, participam, fazem peças. Muitas vezes você ir só pro livro fica uma coisa muito pra lá e eu trago eles pra cá. À vezes eu me questiono ‘Será que um professor com formação em Sociologia trabalharia exatamente desse jeito?’ Não sei. Talvez não. Talvez ele tivesse uma metodologia diferente, pelo fato de ter a formação acadêmica e eu não tenho a formação acadêmica em Sociologia. Mas tem dado certo. Eu tenho gostado, a direção tem gostado. E eles fazem peças teatrais, e fazem encenações com as questões sociais do dia a dia. É uma didática que pode não ser a definida por vocês que são sociólogos propriamente ditos, mas tá funcionando e eu acho que tá legal (Professora, 37 anos, formação inicial História/Direito, modalidade de ensino EJA).

Nessa fala percebe-se – além da influência que a sua formação em história e em direito tem no planejamento de suas aulas – a falta de intimidade com os temas comuns da Sociologia no ensino médio, e com o próprio livro didático. A discussão proposta pela professora, e destacada como ausente no livro didático, se encontra no livro didático adotado pela escola – Sociologia para o ensino médio (TOMAZI, 2013) – em quatro capítulos de uma unidade completa: o Estado Moderno; O poder e o Estado; Poder, Política e Estado no Brasil e A democracia no Brasil.

O professor do CEJA coloca a abordagem com a Sociologia como um trabalho de orientação e contribuição ao aluno em ser uma “pessoa melhor” (Professor, 49 anos, formação inicial em História, modalidade de ensino Supletivo). Este professor lecionara na educação prisional anteriormente e deixa claro que sua abordagem tentava auxiliar o sistema para que o indivíduo se reintegrasse e se adaptasse.

Encarando a Sociologia na mesma linha de raciocínio, a professora que tem formação em Ciências Sociais, mas passou 29 anos da vida lecionando geografia, coloca que o papel da escola é a formação cidadã. Para ela, um dos maiores problemas da escola é a falta de identidade, pois o aluno não conhece seu papel.

A Sociologia não tem só o papel de contestar, deve se colocar nesse processo de formação cidadã e contribuir nele. A escola deve mudar não só com relação às tecnologias, mas tem responsabilidade social. A disciplina serve, então, pra ensinar a gente se relacionar, ouvir o outro. A Sociologia te questiona como ser humano. Não se deve esquecer essa questão: somos seres humanos e temos valores (Professora, 57 anos, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação especial).

Para essa docente, o professor de Sociologia deve priorizar a formação dos valores, mais do que os conteúdos. Assim, o professor de Sociologia deveria priorizar a questão da cidadania, indagando inicialmente “Quem sou eu neste universo?”. Isso deveria, inclusive, ser tema do primeiro capítulo do livro didático.

Na educação em prisões, a cautela com relação aos conteúdos é maior. A diretora da escola Almirante Saldanha relata que, pelo fato de a disciplina lidar com temas da subjetividade do aluno, o planejamento deve ser mais cuidadoso com relação aos conteúdos. O professor é orientado, então, a ter jogo de cintura e cautela. Mas reforça que por ser na modalidade EJA, o fato dos conteúdos serem mais resumidos já ajuda nesse processo.

Em alguns casos, solicitei que os docentes destacassem temas relevantes de serem abordados pelo livro de Sociologia no ensino médio, bem como nos seus planos de curso. Vejamos alguns temas levantados como: temas importantes para a sociologia que o livro didático deveria ter e não tem *versus* temas pertinentes ao livro didático.

Quadro 5: Conteúdos relevantes de Sociologia presentes e ausentes no livro didático, segundo os professores

| | Temas e conteúdos que o livro didático de sociologia deveria ter | Temas adequados presentes no livro didático |
|--|---|---|
| Docente 2 (Educação Profissional Integrada e concomitante, Ciências Sociais) | <ul style="list-style-type: none"> - Violência - Auto estima - Drogas - Valor do corpo (gostar-se) - Solidariedade - Conflitos sociais (com destaque para a família) - Dignidade Humana - Valores - Ética - Cidadania - Direitos e deveres | <ul style="list-style-type: none"> - Globalização - Desigualdade Social - Família - Conceito de Sociologia - Sociologia como objeto de estudo - Movimentos Sociais - Trabalho |
| Docente 3 (Regular, Geografia) | <ul style="list-style-type: none"> - Religião (Ensino religioso) - Educação - Sexologia/Sexualidade - Direitos Humanos - Direito Jurídico | <ul style="list-style-type: none"> - Movimentos Sociais - Desigualdade Social - Cultura/Ideologia - Etnia/Raça - Indivíduo e Sociedade - Meio Ambiente - Globalização - Urbanização |
| Docente 4 (EJA, 37 anos, História/Direito) | <ul style="list-style-type: none"> - Violência doméstica - Maioridade Penal - Direitos - Família - Trânsito - Criminalidade | <ul style="list-style-type: none"> - Poder da mídia - Trabalho - Desigualdade Social |
| Docente 6 (Educação) | <ul style="list-style-type: none"> - Valores - Família | <ul style="list-style-type: none"> - Poder, Política e Estado - Estratificação Social |

| | | |
|--|--|----------------|
| Especial, 57 anos, Ciências Sociais) | - Valorização da mulher - Cidadania para a vida | - Gênero |
| Docente 8 (PRONATEC EJA, 70 anos, Direito/Psicologia, Teologia) | - Educação para o Trânsito - Atualidades - Família - Grupos Sociais | Não informados |

Fonte: Elaboração própria

Observa-se, em muitos casos, o desconhecimento, por parte dos professores, dos conteúdos que os livros didáticos de Sociologia apresentam. Muitos dos temas apontados como necessários, porém ausentes, já existem inclusive com grandes teorizações sociológicas ao seu respeito. É o caso dos temas: Cidadania, Direitos, Religião, Educação, Família, Criminalidade, Violência, Grupos Sociais, dentre outros.

A docente 2 (Educação Profissional Integrada e concomitante, Ciências Sociais) possui especialização em formação profissional, o que se adequa em muito à proposta da escola cuja modalidade é a Educação profissionalizante. Além disso, seu histórico com a disciplina de Sociologia foi sempre voltado à área de recursos humanos. Trabalhou 14 anos no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) inicialmente com pesquisa, mas depois passou ao setor de recrutamento e pré-seleção para o mercado de trabalho. Posteriormente passou ao setor de recursos humanos (RH) selecionando professores. Além disso, coordenou as Unidades Móveis no SENAC, que são cursos profissionalizantes nas cidades do interior, bairros, associações, escolas. Ainda trabalhou no Sistema Nacional de Emprego (SINE) realizando pesquisa com carroceiros. Embora não estivesse mais executando a função de RH, o local de trabalho demonstra a relação sempre presente em sua vida entre a Sociologia e a profissionalização. Desse modo, ela destaca a importância de discutir a questão do trabalho formal e informal, direitos trabalhistas, importância do mercado de trabalho e subemprego. No entanto, ela coloca esses temas como ausentes no livro didático, mesmo estando o tema estando destacadamente no capítulo 4 do livro adotado pela escola (ARAÚJO et al, 2013). Isso pode ser explicado pela falta de planejamento com base no livro didático, ou pelo anseio, demonstrado na entrevista, de que as abordagens do livro didático fossem mais instrutivas, que tivessem o caráter de formar o cidadão.

A docente 3 (modalidade de ensino Regular, formação inicial Geografia) deixa bem claro sua religiosidade durante a entrevista. Tanto é que o primeiro tema que ela destaca como importante é a Religião, mas não a reflexão ou crítica sobre a religião, e sim uma educação religiosa. Para ela, a Sociologia serve como educação para a vida,

para a formação cidadã. Posicionamento similar ao da docente 4 (Professora, 37 anos, formação inicial em História/Direito, modalidade de ensino EJA), conforme já fora exposta em sua fala, e da docente 6 (Professora, 57 anos, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação Especial) coloca que estamos numa “sociedade dos descartáveis”, por isso seria importante utilizar a Sociologia para formar o jovem com base nos “bons valores”. O docente 8, por sua vez, destaca que os temas que discute nas aulas de sociologia “geralmente o livro didático traz, mas não como quero” (Professor, 70 anos, formação inicial em Direito/Psicologia/Teologia, modalidade de ensino PRONATEC EJA).

Tais relatos e propostas de abordagens para o livro didático de Sociologia demonstram, em mais um aspecto, que os professores usam de táticas no seu cotidiano. Táticas estas que, para Certeau (1998), esboçam astúcias e interesses diferentes das estratégias propostas pelos que estão no lugar de poder, lugar este comparado aqui com as políticas do PNLD.

Em “A Sociologia no Ensino Médio e sua Articulação com as Concepções de Cidadania dos Professores”, a autora Fabiana Lima (2012) reflete, através de uma pesquisa com os professores de Recife-PE, que há duas categorias de entendimento dos professores acerca da sociologia no ensino médio. Uma seria a sociologia contributiva para a “harmonia social”, para o bom convívio entre as pessoas. Esta é a categoria das relações interpessoais. Por outro lado, há a categoria “coisas do mundo” que ajudaria os estudantes no entendimento das estruturas sociais. Nos casos desta pesquisa, a sociologia que mais ganha ênfase, dentro das categorias de Lima (2012), é a das relações interpessoais. A Sociologia compreendida por tais professores parece ser, desse modo, o lócus dos temas transversais. Embora pareça arbitrário, arrisco dizer que se anseia na Sociologia um caráter mais moral do que científico e, conseqüentemente, se espera que o livro didático de sociologia tenha um caráter mais instrutivo com base em valores do que reflexivo.

4.3 Os usos do livro didático como instrumento para o ensino de sociologia: sutilezas nas práticas cotidianas

É no tempo ordinário da sala de aula que podemos perceber como se dá a utilização dos livros didáticos. Pensando de acordo com o Guia do PNLD, o bom uso do livro didático envolve a criatividade e o compromisso do professor, pois ele é o

condutor, quem dá sentido à política pública educacional do livro didático. Para o Guia, o professor é central no trabalho de convencimento com os estudantes, posto que é ele quem dá utilidade e pertinência ao livro didático (BRASIL, 2014b).

Pois é justamente esse papel que ele desenvolve legitimamente. Não com o mesmo raciocínio oficial, mas com táticas não objetivadas pelos elaboradores da política para o livro didático. Vejamos alguns argumentos das falas de uma entrevistada, semelhante as de outras entrevistas, acerca da sua forma de adoção do livro didático: “O livro é para o aluno, não para os professores”; “Devemos exercitar a autonomia no ato de lecionar, e o livro didático engessa”; “O livro didático (sumário) é importante para registro de cadernetas”; “O livro didático não é tão atual como a internet” (Professora, formação inicial em Geografia, modalidade de ensino Educação regular).

Destaco inicialmente este último argumento. Os professores entrevistados costumam muito utilizar outros materiais didáticos e a internet é muito facilitadora disso. O argumento é que se pode pegar um fenômeno social que está sendo discutido na mídia e trabalhar o tema dentro das aulas de sociologia, dado que é o espaço de preparação para a cidadania. Fala-se também do teor resumido que a internet disponibiliza, “sem ardeios” como alega uma entrevistada: “*A internet condensa as informações e já deixa mastigadinho e no tempo limite para se trabalhar em uma aula semanal. Professor não pode perder tempo*” (Professora, formação inicial em Geografia, modalidade de ensino Educação regular).

Os dois primeiros argumentos – que o livro didático é para o aluno e da autonomia do professor – demonstram o quanto o cotidiano da sala de aula escapa às pretensões das legislações. É comum, nos discursos, o professor utilizar a aula para que o aluno leia e resolva os exercícios, sem necessariamente ter preparado aquela aula. Outra tática é pedir que leiam em voz alta os tópicos dos livros e falem o que entendem. Estes dois métodos são defendidos com o argumento de que a leitura do livro é na linguagem para os alunos, e que são eles que devem estudar o livro e não o professor. Com relação às sugestões didáticas, os professores tendem a rejeitá-las pela falta de tempo da aula, planejamento e estrutura da escola. Por isso “*eu uso o livro como eu quero, e não como mandam*” (Professora, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação Profissional Integrada e Concomitante).

O último argumento, talvez o mais inusitado, seja o do registro de aulas na caderneta através do sumário do livro. Essa tática é reveladora de como os livros têm sido utilizados em suas práticas cotidianas. Muitas vezes foi colocado como dica: “*Aí*

você pega o sumário, divide as unidades e registra as aulas. É uma mão na roda. Né isso que eles querem? E não é obrigado você trabalhar desse jeito na sua aula. Muitas vezes tenho que ficar 5 semanas com o mesmo tema, às vezes o bimestre. Por isso o livro ajuda muito, por que na verdade me colocaram aqui sem condições de lecionar a disciplina” (Professora, formação inicial em Geografia, modalidade de Educação Regular).

Nota-se, então, que as estratégias dos usos do livro didático pelos professores na ativa são bem inusitadas e escapam aos ideais das prescrições oficiais. A inventividade e as engenhosidades ultrapassam as previsões e demonstram outra lógica norteadora.

A diretora chegou pra mim e falou: ‘Eu pensei em você, inclusive não vou nem levar ofício dizendo que precisa de professor de Sociologia, que eu acho que se encaixa perfeitamente em você’. Aí foi muito que jogado assim. A primeira vez que fiquei com Sociologia ela disse: ‘O livro de Sociologia é esse’. Eu disse: ‘Vou fazer o que com isso?’. Era um laranjinha. Eu gosto demais dele. Nessa primeira fase ele ajudou demais porque me deu um norte. Depois que eu fui ficando mais familiarizada e passei a usar as coisas do dia a dia, as coisas mais práticas. Por exemplo com o tema bullying. Então assim eu terminei criando autonomia pra juntar com outras coisas, sair do livro de sociologia e trazer as questões de direito, por exemplo, e funcionou bem. Primeiro ano eu era cega. ‘Meu Deus do céu como eu vou dar isso?’ Completamente desorientada. Eu disse: ‘Meu Deus esses meninos são minhas cobaias. O que é que eu vou ensinar pra esses meninos?’. Risos. (Professora, 37 anos, formação inicial em História/Direito, modalidade de ensino EJA).

Para essa docente, o livro foi utilizado, de fato, como um guia num primeiro momento: (in)formando, apresentando sugestões didáticas, norteador sobre temas sociológicos, etc. No entanto, ao passo que se sentia mais íntima com a disciplina de Sociologia, ia desenvolvendo o que ela mesma chama de autonomia, que a distanciou, cada vez mais, do uso do livro didático em sala de aula.

Trago muito alguma coisa que eu acho interessante, tiro cópia em casa e trago pra eles. Por que é uma dificuldade trabalhar com o livro. Além de eu não gostar muito do livro, a questão dos meninos da noite, principalmente da EJA, eles trabalham o dia todo e eles vêm direto pra escola. Então você exigir ‘Amanhã todo mundo com o livro!’, aí um traz e o outro não traz e diz ‘Como é que eu vou passar o dia todinho trabalhando e voltar carregando um livro?’. Então é uma dificuldade. Mas teve um tempo que eu disse ‘Traga os livros que eu fico com os livros de vocês na escola’, porque fica melhor. Aí fiquei com os livros presos na escola. Este ano ainda não fiz isso, mas é bem provável que eu venha a fazer isso, por que é uma dificuldade pra esses meninos trazerem os livros, Eu digo que eu não gosto muito, mas tem tema que

é interessante. Eu gostava mais do livro do ano passado. Mas não tem como fugir do livro, ele é um guia, mesmo que você não goste muito. (Professora, 37 anos, formação inicial em História/Direito, modalidade de ensino EJA)

Embora reconheça que se sente mais à vontade em trabalhar conteúdos de seu domínio profissional, a docente reconhece a importância do livro didático para alguns momentos de sua prática, mesmo tendo diminuído seu uso. Porém um ponto demonstra a distância entre a docente e o livro didático, quando ela relata que o livro utilizado anteriormente – “o laranjinha” (TOMAZI, 2010) – era utilizado por ela e ela gostava mais. Esse apeço pode se dever ao fato de que ele teve um significado nesse processo de adaptação à nova realidade de lecionar a disciplina nova. Entretanto, ao dizer que não gosta do novo livro, passa despercebido que o livro adotado pela escola é o mesmo, em nova edição: Sociologia para o Ensino Médio (TOMAZI, 2013). Isso demonstra o quanto o livro é muitas vezes utilizado para suprir aulas não planejadas. Um dia, antes da entrevista, por exemplo, ao ter o primeiro contato com a professora, ela copiava no quadro trechos do livro de Sociologia, cuja referência ela não soube informar no dia seguinte na entrevista. Outro relato ilustra a mesma ideia:

Eu gosto de reunir em grupo e lemos uma parte do que traz o livro, depois elaboro questões sobre a leitura. Às vezes também pego o texto e faço uma aula expositiva lendo o assunto. Ler os tópicos é importante, porque ajuda o aluno a dar valor à leitura e o professor pode dar uma amarrada no assunto” (Professora, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação Profissional Integrada e Concomitante).

Ler trechos do livro ou copiá-los parece, então, uma tática muito utilizada para suprir a falta de planejamento.

Vale destacar as diversas outras formas de adoção relatadas nas entrevistas, que ilustram essa inventividade. Embora a criatividade e autonomia sejam destacadas pela política pública do PNLD, são surpreendentes e chegam a escapar às possibilidades previstas.

4.4 Descrevendo alguns usos do livro didático

A docente 2 (Professora, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação Profissional Integrada e Concomitante) utiliza, além do livro didático, alguns

textos que contém temas transversais ausentes nele, selecionados em jornais e revistas (escritos ou falados). Muitas vezes a professora manda pesquisar e trazer temas para discussão em sala de aula. Gosta do estudo em grupos com os livros didáticos, pois isso ajuda na socialização. Utiliza, assim, rodas de diálogo que demonstrem a visão do aluno sobre alguns temas como violência. A professora diz que os livros ficam na escola e, quando precisa, manda os alunos pegarem para fazer atividade. Alerta, ainda, que muitos temas não estão nos livros, que são “repetitivos”. Por isso alega sempre se utilizar de textos de outros livros, revistas e internet, cujas ideias de aulas brotam quando os lê.

No CEJA, o professor (49 anos, formação inicial em História, modalidade de ensino Exame de Certificação Estadual/Supletivo,) explica que o sistema de ensino é outro. Por ser supletivo o professor não ministra aulas diretamente, apenas orienta e tira dúvidas. Nesse caso o sistema funciona da seguinte maneira: a) o aluno se matricula; b) pega o livro e estuda os conteúdos; c) ao encontrar-se capacitado, marca a prova que dá o certificado de conclusão do ensino médio, que pode ser completo ou parcial. O docente explica seu esquema de aulas funciona com a chegada dos estudantes no CEJA. O governo do Estado disponibiliza uma apostila que contém resumidamente os assuntos que devem ser estudados para a prova. Como a apostila de Sociologia é mais resumida e elaborada para esses casos, o professor prefere a utilizá-la ao invés do livro didático adotado pela escola. Sendo assim, divide os sete capítulos presentes no livro para as quatro avaliações. Os três primeiros são conteúdos da primeira prova (“A sociologia enquanto ciência”, “Os principais pensadores da sociologia”, “Os conceitos básicos”), os dois seguintes são conteúdos da segunda prova (“Estratificação Social”, “Status Social e papel social”) e os dois últimos são os conteúdos da terceira e quarta prova (“Desigualdade Social”, “Instituições, População, Comunidade e Meio Ambiente”).

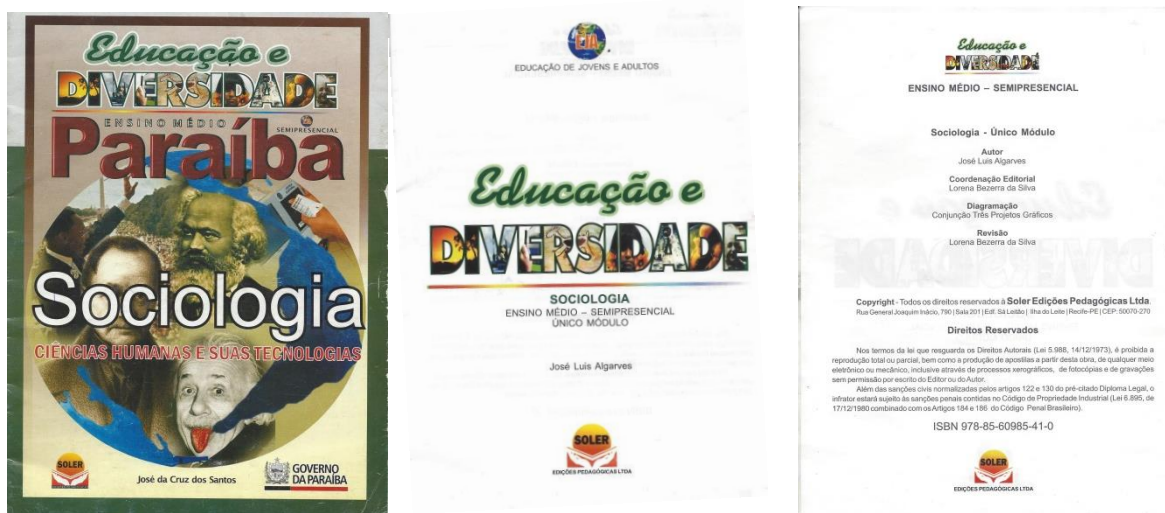


Figura 3: Apostila organizada pelo Governo do Estado para EJA semipresencial

São aplicadas quatro provas e o estudante pode ir à escola nos dias de aula do professor para tirar suas dúvidas, caso não se sinta seguro ou apto apenas com a leitura. O professor diz que é costume olhar as unidades, ver os conteúdos e dividir os conteúdos das provas, que ele mesmo elabora, por capítulos. Destaca que, como não teve orientação dos documentos sobre a Sociologia no ensino médio, e foi obrigado a lecionar a disciplina, fez o seu planejamento sozinho com base na sequência do livro didático. Método esse legítimo e previsto quando não executado de forma mecânica e/ou superficial, o que não parece ser o caso. O próprio contexto induz o professor a se munir de técnicas que supram os problemas que envolvem sua profissão de professor, mais especificamente de Sociologia: sua falta de formação na área, seu pouco tempo de estudos remunerado, a “obrigação” em lecionar a disciplina, etc.

A docente 3 (formação inicial em Geografia, modalidade de ensino Regular) diz estimular os alunos a trazerem o livro pra escola, mas eles não costumam fazê-lo. Embora não trabalhe muito com o livro, e justifica isso pelo fato de só ter uma aula semanal, quando o usa gosta de fazer leituras acompanhadas. Sobre o livro adotado pela escola “Sociologia em Movimento”, ela destaca que os exercícios e os “instrumentos jurídicos” apresentados por ele, ao final de cada capítulo, são facilitadores das suas aulas.

Essa docente usa muito a internet para auxiliá-la. Segundo ela, a Sociologia é uma disciplina de atualidades e a internet é mais atualizada que o livro didático. Assim, geralmente discute temas que estão em pauta na mídia, tais como greves e movimentos

sociais. Assim, o uso do livro depende muito do intento da aula. Quando quer que o aluno faça atividades, ou estude sem a necessidade maior de sua orientação, usa o livro didático. Segundo ela, o livro tem linguagem para o estudante e possui uma sequência de raciocínio que ele pode dar conta. Mas, em suas aulas expositivas, se fundamenta na internet e destaca que o livro é importante para o planejamento curricular e registro de aulas.

Ao falarmos sobre os conceitos, temas e teorias propostos pelas OCNEM (BRASIL, 2006) ela diz: *“Os conceitos são bons pra serem utilizados nas aulas introdutórias, pois explicam o que é a Sociologia e para que serve, os temas devem ser tratados sempre os da atualidade e as teorias não cabem no ensino médio, devido a profundidade e complexidade”* (Professora, formação inicial em Geografia, modalidade de ensino Regular).

Vemos nessa fala o quanto são importantes políticas de formação para os professores que lecionam Sociologia. Sem as teorias sociológicas, qual o diferencial da disciplina no ensino médio? Será que ela não poderia ser substituída por qualquer outra? Caso esse modo de encarar a Sociologia se perpetue, os questionamentos acerca da pertinência dela tendem a aumentar. Desse modo, não basta que a disciplina seja lecionada nas escolas, ela precisa cumprir seus objetivos na educação básica. Mas será que esses objetivos estão claros até mesmo para os formuladores das políticas públicas educacionais? Parece-me que não. Isso reflete-se nas realidades em salas de aula, como esta. Da mesma forma, não basta uma política eficiente de distribuição dos livros didáticos, pois ela por si só não garante o seu uso.

O docente 6 (Professor, 34 anos, formação inicial em Filosofia, modalidade de ensino PROEMI) diz que a obra *“Sociologia em Movimento”* escolhida por ele possibilita o uso e a abordagem das três áreas das Ciências Sociais. Destaca que costuma fazer uso do livro pelos instrumentos que ele oferece. Por ter sido conselheiro editorial da Editora FTD, como revisor conceitual, e ter sido um dos autores da matriz do ensino da Filosofia da Rede Marista Nacional, o professor atribui, em seu discurso, muita importância ao livro didático. Diz que gosta das teorias da administração e as usa em sala de aula. A teoria da resposta ao item (TRI) – que, superficialmente falando, consiste em resposta a questionários – é citada como um elemento importante a ser usado pelos professores ao fim de cada aula. Para ele a fixação do conteúdo é importante e exercitar isso com o instrumento que o livro didático oferece é primordial.

O docente 8 (PRONATEC EJA, 70 anos, Direito/Psicologia/Teologia) diz que utiliza pouco o livro didático. Argumenta que não segue a programação proposta pelo livro didático porque ele não tem funcionalidade. Para o professor “não adianta o livro didático com toda pompa, se o aluno não acompanha os conteúdos”. Faz uma proporção que mostra a necessidade de diminuir os conteúdos: “De 200 eu dou 12 durante os três meses. A realidade é essa”. Isso porque o PROEJA funciona com 4 ciclos de 3 trimestres. Ou seja, em um ano o aluno tem que ter passado por todas as discussões previstas. Para ele isso é impossível. Desse modo o professor faz apostilas e se utiliza de outros recursos didáticos que, para ele, facilitam a apreensão do aluno. Vejamos alguns recursos utilizados por ele.

Escola Estadual Prefeito Oswaldo Pessoa
 Conjunto Emani Sátyro - João Pessoa PB
 Professor: _____ - _____ **SETEMBRO / 2015**

Aluno(a): _____ Nº ____ Turma: _____ Período: _____

EXERCÍCIO DE VERIFICAÇÃO - SOCIOLOGIA

1) A SOCIOLOGIA é uma ciência que estuda:

2) A Sociologia finalmente volta a ser disciplina no ensino médio, e também ocorreu a sua profissionalização:

| | |
|----------------------|----------------------|
| a) Na década de 1960 | c) Na década de 1970 |
| b) Na década de 1980 | d) Na década de 1990 |

3) Os Sociólogos utilizam as ESTATÍSTICAS como método de estudo, e a partir delas. Descrever:

| | |
|---|-------------------------------------|
| a) O comportamento da sociedade perante determinado assunto. | b) As consequências de uma mudança. |
| c) Campanhas “virais” criadas por marqueteiros de forma rápida e de conhecimento da população sobre tal empresa e/ou produto. | |
| d) Todas as respostas estão corretas. | |

4) Considera-se como IMIGRAÇÃO:

| | |
|--|--|
| a) Grupo de pessoas sai do Estado ou país, para ir viver em outro local. | b) O movimento de entrada, pessoas com ânimo permanente ou temporário e com a intenção de trabalho ou residência de um estado ou país. |
| c) Grupo de pessoas que chega em nossa cidade ou Estado para turismo. | |
| d) É o Programa do Governo com a intenção de trabalho ou residência junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que busca a reforma agrária. | |

5) Cite o nome de dois principais Sociólogos estudados em sala de aula.

Figura 4: Materiais didáticos utilizados pelo professor do PRONATEC EJA

Em muitos momentos, percebi o esforço dos professores em tentar demonstrar que utilizam outros recursos didáticos como elementos diferenciais para a sala de aula. No entanto, tais recursos foram colocados como os únicos possíveis dentro do pouco tempo disponível para preparação das aulas, já que são mais resumidos, menos profundos e trazem menos teorias – exigindo, assim, menos do professor que não as conhece. São ainda, segundo as categorias analíticas de Certeau (1998), táticas para driblar a falta de formação, planejamento, tempo, etc. Não questiono, com isso, a legitimidade dessas táticas, mas é importante reiterar que as políticas públicas devem ser pensadas em conjunto. Apenas a política do PNLD não resolve questões provocadas por um cotidiano intenso, múltiplo e imprevisível.

4.4.1 Os casos especiais

Algumas modalidades de ensino requerem métodos e recursos específicos para o ensino. É o caso das modalidades de Educação Especial e Educação em prisões, que requerem modos específicos de adoção dos livros didáticos de Sociologia.

4.4.1.1 Educação especial

Para a educação especial nas escolas, há todo um aparato que tenta possibilitar ao estudante a inclusão nas escolas regulares. A escola escolhida para representar a educação especial foi a EEEM Olivina Olívia devido ao grande número de matrículas de deficientes visuais no ensino médio. A referida escola dispõe de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e de SRM (Sala de Recursos Multifuncionais) para o atendimento das variadas possibilidades de necessidades especiais.

O AEE é feito pela bióloga, que também tem especialização em Psicologia da infância e da adolescência. Sua função é “facilitar o trabalho do professor e favorecer o aluno para o sucesso dele” (Responsável pelo AEE). Há cinco anos trabalha na escola neste setor e desenvolve a sensibilização com os professores e também nas salas de aula.

Nessa escola há um total de quatorze alunos atendidos na AEE: sete cegos (seis no 2º ano e um no 3º ano), um com problemas auditivos – mas que ainda ouve –, um deficiente auditivo e intelectual, uma surda, três deficientes intelectuais e um com

deficiência motora. Entretanto, o foco da pesquisa foi para os deficientes visuais e para o material didático disponível pra eles e, nesse caso, o livro de Sociologia.

A escola dispõe de apoio da FUNAD (Fundação de Apoio ao Deficiente), Instituto dos Cegos e do Centro de Apoio Pedagógico e Atendimento ao deficiente visual. Esses órgãos ajudam na confecção dos materiais didáticos, tais como o livro em braile para os estudantes. Embora a escola disponha de uma impressora em braile, a responsável pelo AEE diz que ela está quebrada e que precisaria de uma pessoa específica para trabalhar na produção de materiais didáticos, dado que o trabalho do AEE vai muito além disso.

Foi providenciado, portanto, o livro didático de Sociologia em braile para cada um dos estudantes cegos. A obra transcrita foi “Tempos modernos, tempos de Sociologia”, que era a obra da escola antes do PNLD 2015. Apenas alguns capítulos e trechos foram impressos, devido à grande mão de obra que consiste na transposição de um livro para braile, além da grande demanda e poucos setores responsáveis.

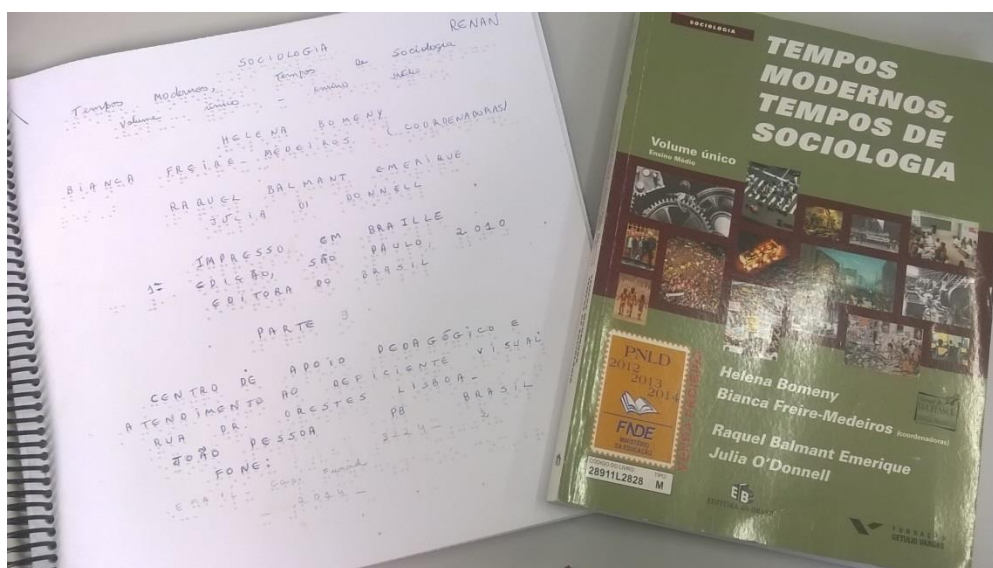


Figura 5: Livro em braile e obra de referência do PNLD 2012

Além da possibilidade de transcrever os livros para braile, à nível local, o FNDE também tem o novo “Projeto Livro Acessível”, que consiste em uma parceria com o PNLD e PNBE (Programa Nacional da Biblioteca Escolar) a fim de disponibilizar livros acessíveis aos estudantes com deficiência visual matriculados. Nessa escola encontramos o Mecdaisy, que é um livro em áudio e faz parte do Sistema de Informação Digital Acessível. De sociologia o livro adotado pela escola “Sociologia em

Movimento” tem sua versão em Mecdaisy, porém não o tem na quantidade atual, pois sempre enviam materiais na quantidade do censo anterior, que eram dois deficientes visuais.

A professora diz não ter muitas dificuldades com os estudantes com deficiência visual. Estes costumam fazer pesquisas, gravam aulas, copiam o que ela dita, e utilizam o livro em braile, mesmo que não seja o atual, garantindo que a pesquisa e leitura são válidas. Geralmente ela passa atividades e encaminha para que o AEE os acompanhe. Diz ainda que, quando necessário, recomenda a utilização do Mecdaisy, que está no acervo da biblioteca.

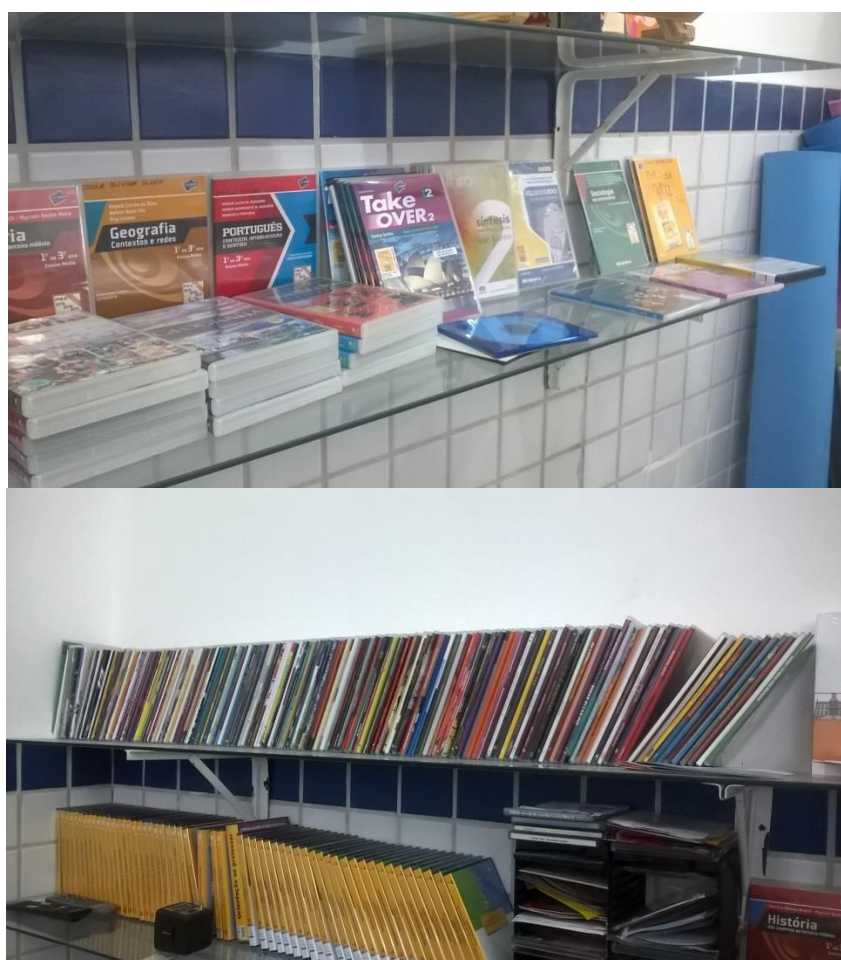


Figura 6: Livros didáticos e paradidáticos em Mecdaisy

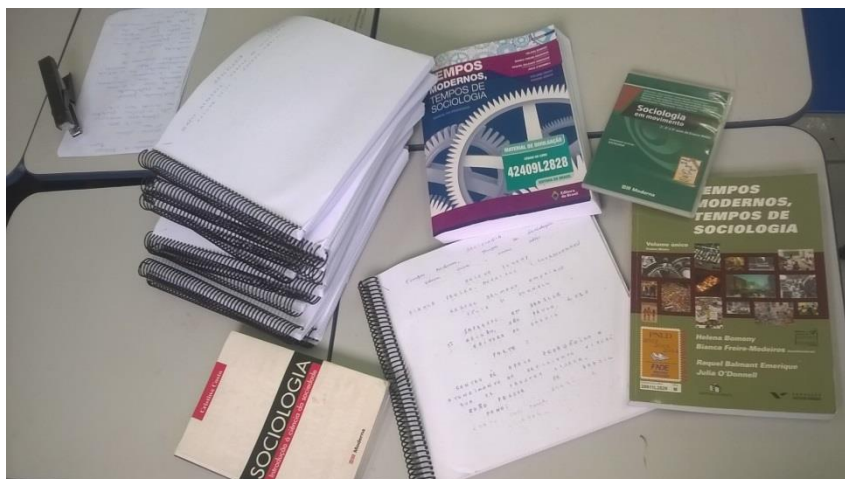


Figura 7: Recursos didáticos de Sociologia no AEE

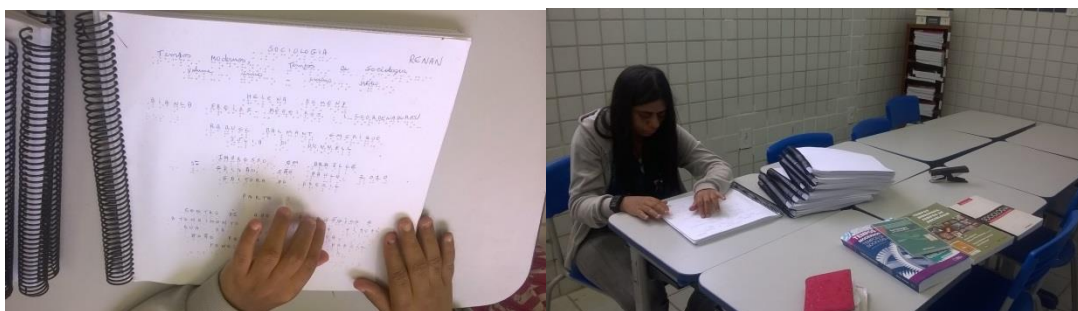


Figura 8: Estudante deficiente visual lendo o livro de sociologia em braile

4.4.1.2 Educação em prisões

“Primeira vez que eu entrei aqui, eu me senti em ‘Vigiar e Punir’. Inclusive eu tô fazendo diário de campo, porque vai chegar uma hora que eu vou naturalizar” (Professora, 28 anos, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação em prisões). Sensação relatada por uma docente de sociologia em uma escola dentro de um sistema socioeducativo paraibano.

Na modalidade de ensino Educação em Prisões, além da ligação com a SEE, a escola está vinculada a FUNDAC (Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente), o que a torna bastante peculiar, e tornam bastante peculiares também os usos dos recursos didáticos.

A unidade masculina da Escola Almirante Saldanha, pesquisada neste trabalho, tem uma dinâmica diferenciada. Os professores tem o apoio de três agentes, um no

corredor, um na sala e um na porta. Às vezes o agente não sente segurança para trazer o interno para escola, por perceber a agitação e os prováveis riscos. Por exemplo, como houve rebelião no ano de 2015, os internos ficaram em quarentena e, nesse período, a escola ficou sem aula. Outro ponto importante é que alunos do ensino médio, no CEJ (Centro Educacional do Jovem), que têm mais de 18 anos, não são obrigados a assistir aulas. Mas eles geralmente vão, mesmo tendo televisão em todas as celas.

Pra mim é mais seguro do que em outras escolas, porque lá eles assistem aulas drogados, armados, aqui não. E aqui eles estão querendo, por incrível que pareça. Aqui “eles não têm o que fazer”. Aí a única maneira de eles terem alguma coisa diferente é a sala de aula, a escola. Aí pra eles acaba sendo um passeio (Professora, 32 anos, formação inicial em Filosofia, modalidade de ensino Educação em Prisões).

Anteriormente já foi relatada a atenção e a cautela necessárias com os conteúdos veiculados nesta modalidade de ensino. Embora não tenham especificado após meus questionamentos, ficaram nas entrelinhas temas que viessem a incitar a rebeldia, ou que ponderassem sobre o poder do Estado. Além disso, em vários outros aspectos a escola tem uma especificidade que precisa ser discutida. E isso influencia, inclusive, a produção de materiais didáticos.

A entrevista com as docentes dessa escola funcionou quase como um grupo de discussão, pois em quase todo o seu decorrer tive presentes as duas docentes e a diretora. Acompanhemos, portanto um diálogo que demonstra a necessidade de preocupação específica com esta modalidade de ensino.

Eu fiz parte do PIBID, justamente do grupo de pesquisa do livro didático, durante três anos. Então a gente pesquisou o livro didático. Quando a gente ia pra sala de aula, e como nosso currículo não é fechado e nem termos acordo teórico, eu partia do princípio de conhecer os alunos pra depois pensar ‘aqui vou trabalhar tais conteúdos’. Era o José Lins do Rêgo, uma escola excelente. A gente ficou lá no José Lins justamente quando passou a receber a estadual, então na verdade lá passou a ser a universidade estadual com aulas de ensino médio. Por que funcionava de manhã e de noite universidade e de tarde ensino médio. Aí a gente ficou indo pra lá. Nas salas tinha data show, aparelho de som. Aqui uma das coisas que eu cheguei que perguntei foi ‘O que é que eu posso usar? Eu posso usar filmes? Eu posso usar música?’. Pra eu passar um filme eu tenho que pedir uma autorização, à escola não, tem que pedir uma autorização ao diretor da unidade. Mas isso é muito estranho dentro de uma dinâmica escolar. Como é que eu vou pedir pra passar um filme dentro da minha sala de aula? Eu não tenho autonomia. É a instituição dentro da instituição. É

complexo! (Professora, 28 anos, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação em prisões)

A mais experiente na escola, então, toma a fala:

Na verdade autonomia nós temos, mas por isso a importância do plano de curso. Você tem que avisar. Se estiver naquele dia, naquela hora no seu plano de curso já vai estar inclusive lá pronto o material, só é utilizar. Por isso é importante avisar com antecedência. Mas se você quiser chegar assim hoje, sem avisar, não tem como. Tem a diferenciação entre a escola e a prisão, mas aqui nós não somos iguais como lá fora, então é interessante que haja uma satisfação ao chefe da unidade. Não que ele interfira de maneira direta, mas é a importância do contato. Não é questão de autorizar e sim de comunicar, porque afinal de contas nosso público de repente pode levar uma caneta pra cela. Até pra nossa própria segurança é importante essa dinâmica. (Professora, 32 anos, formação inicial em Filosofia, modalidade de ensino Educação em Prisões).

Na verdade a Almirante Saldanha precisa, e a gente tá lutando, não sei se é pras futuras gerações (risos) porque desde que eu entrei aqui como professora, fiquei como interventora, estou como diretora eleita, nós precisamos necessariamente, urgentemente de uma modalidade específica para medidas socioeducativas. Nós nem atendemos as diretrizes do ensino regular, nem atendemos todas as diretrizes da Educação de Jovens e Adultos. A gente tem as diretrizes da secretaria de educação, nós somos educação, mas estamos dentro da medida, e dentro da medida a gente tem que se adequar a isso aqui. As avaliações, o tempo de aula, a clientela, as certificações. Uma vez o professor foi cobrado porque não conseguia alfabetizar uma turma de quatro alunos, ou seja, desconsideram o histórico do perfil de nosso aluno. O professor tem que estar preparado pra encantar, pra motivar, pra ele novamente sentar numa sala de aula e escutar o professor. Aí o professor tem que ter várias atividades, com caça palavras com qualquer coisa. É dificuldade! Mas como bem fala um professor nosso 'É a melhor escola pra dar aula. Foi aqui onde me senti verdadeiramente professor. É onde o aluno olha você como professor, onde ele te escuta (Diretora da EEEFM Almirante Saldanha).

Repensar as políticas é um exercício indispensável na educação. A educação em prisões envolve muitas peculiaridades e está dentro de vários sistemas. Nesse caso é modalidade educação em prisões, Educação de jovens e Adultos, obedece as diretrizes operacionais para o funcionamento das escolas da rede estadual paraibana, mas está dentro de um sistema socioeducativo que, por sua vez, tem outras regras próprias de funcionamento. Assim, é necessário que os recursos didáticos dentro dessa lógica também sejam reavaliados, bem como toda sua estrutura.

4.5 Os livros digitais

Dois pesquisadores levantaram a questão da necessidade dos livros acompanharem as tecnologias digitais em um ritmo mais condizente com o ritmo que as tecnologias avançam. Curiosamente o primeiro que levantou essa questão foi o professor do PRONATEC EJA. Advogado e professor, com 70 anos, ele sugere que se fossem entregues CDs e DVDs aos alunos, em substituição ao livro didático.

O tablet, segundo ele, seria melhor e muito mais útil que o livro didático impresso. Calcula que um livro em preto e branco custa em média R\$ 25,00, do estilo do livro que recebemos custa por volta de R\$ 75,00. *“É um gasto desnecessário. Os livros impressos raramente são abertos. Além do gasto do Estado é dispendioso carregar todos aqueles livros todos os dias. O livro didático impresso não tem futuro, é andar pra trás. Veja o Japão!”* (Professor, 70 anos, formação inicial em Direito/Psicologia/Teologia, modalidade de ensino PRONATEC EJA).

A questão levantada por ele é muito interessante, pois reflete que outros interesses movem a produção de livros. Nesse aspecto, retomamos a discussão do livro didático como mercadoria, em torno do qual rondam muitos interesses.

Assim, sua sugestão é que os livros impressos sejam substituídos imediatamente por CDs ou Ebooks, pois estes gastariam menos e teriam mais utilidade. Além disso, um livro digital seria mais utilizado em casa, e por ser uma TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) possibilita mais interatividade, podendo ser utilizado até pelo celular.

Resgatar a entrega dos tablets – que fora iniciada pelo governo do estado da Paraíba em 2013, mas cessou por problemas de manutenção – seria interessante, segundo o professor. Um tablet serve para todos os anos, para todas as disciplinas. Além disso, serve para ampliar o conhecimento do aluno através do entretenimento, de jogos, consultas, etc (Professor, 70 anos, formação inicial em Direito/Psicologia/Teologia, modalidade de ensino PRONATEC EJA).

Precisamos dar um salto na tecnologia. O ensino a distância, por exemplo, é o futuro. Os professores continuarão tendo seu espaço de mediador, mas serão tutores. Por isso devemos nos adequar às mudanças e necessidades dessa nova sociedade digital. Se não nos adaptarmos, ficaremos para trás (PRONATEC EJA, 70 anos, Direito/Psicologia/Teologia).

Outra docente, que concorda com o posicionamento deste professor, coloca que os livros digitais possibilitam tornar o livro um instrumento realmente interativo, onde o estudante possa usar de fato o livro didático. Por exemplo, ela tem proposto a produção de infográficos digitais, criando hiperlinks e outras possibilidades inovadoras que realmente funcionam com os alunos. Além disso, o livro digital evitaria o transporte de muitos livros, estimulando o hábito do uso pelo aluno.

* * *

A autonomia e a criatividade requeridas pelo Guia do PNLD (BRASIL, 2014b) vão além do que ele propõe. Conforme demonstrado neste capítulo, as práticas pedagógicas de utilização do livro didático demonstram mais perspicácia e conduzem a uma reflexão sobre a concepção da política pública educacional para o livro didático no Brasil. O capítulo seguinte apresentará essa reflexão com mais detalhes.

5 O PIOR LIVRO É MELHOR QUE A MELHOR APOSTILA”: considerações sobre a adoção do livro didático de Sociologia

A adoção dos livros didáticos pelos docentes de Sociologia no ensino médio adquire contornos bem específicos de acordo com as formas de apropriação que o professor adota em sua didática de ensino. Isso é de fundamental importância para compreender o lugar que tal componente curricular vem ocupando nas escolas básicas e, por conseguinte, o alcance das políticas no foco da sua execução. A hipótese levantada no início desta pesquisa fora a de que ora o professor centralizava e ora o professor secundarizava o livro didático em suas aulas de Sociologia. No caso da adoção do livro como recurso principal para o professor, a pesquisa focou no entendimento dos sentidos atribuídos ao livro: os critérios de escolha, as didáticas de condução e utilização, e outros aspectos que são destacados pelo guia do PNLD de Sociologia (2015), como desafios da mediação didática, os conceitos e teorias das ciências sociais, a contemplação das três áreas das ciências sociais, e a neutralidade na opção por abordagens teóricas. No caso da não adoção foi relevante identificar as razões que levam o professor a secundarizar ou rejeitar tal instrumento de ensino, seja por considerar o livro como fraco, insuficiente ou inadequado; seja por não estar munido de conhecimento teórico específico suficiente; ou outra razão aqui não pressuposta.

Em ambos os casos, o intuito foi localizar possíveis entraves para a efetivação do livro didático enquanto política pública resultante de amplo investimento pelo PNLD. Desse modo, ao passo que a pesquisa foi se desenvolvendo, a hipótese foi sendo aprimorada, e novas reflexões ganharam o centro do debate. Por exemplo, a questão da existência de uma boa ou uma má adoção do livro didático permeou minhas entrevistas, num contexto em que todo aparato estatal, voltado para a execução de uma política pública, choca-se com a realidade de sua efetivação.

O relatório do IPEA (2007) destaca três elementos que devem ser relevantes para considerar a execução do PNLD como eficiente pelo governo: a qualidade pedagógica dos livros, a compra pelos menores preços, e a compra nos estados ou regiões nas quais serão distribuídos. Nesta pesquisa, entende-se que no âmbito local, a distribuição dos livros por si só não garante a efetivação dessa política pública. Há outros elementos fundamentais presentes na adoção do livro didático que podem revelar se a política pública é realmente efetiva na realidade escolar ou não. Entre esses elementos, que podem revelar possíveis entraves, ou “formas impróprias de adoção”,

estão a não adoção, que faz com que os livros permaneçam plastificados na escola ou inutilizados nas residências dos estudantes. No caso da adoção, os entraves podem estar na condução ou apropriação inadequada do livro didático. A efetiva adoção na escola, por sua vez, pode estar localizada justamente na criatividade e compromisso do professor que tem potencial para fazer do livro didático um “instrumento de estímulo à curiosidade e ao conhecimento de nossos alunos” (BRASIL, 2014b).

Este estudo revelou várias problemáticas relacionadas com adoção do livro didático. Relatos resultantes da pesquisa realizada com professores de sociologia de cada modalidade de ensino da 1ª Gerência Regional de Ensino demonstram questões específicas que podem ser pensadas para a execução da política para o livro didático nas escolas básicas públicas no Brasil. Eis as reivindicações mais recorrentes.

5.1 Os documentos orientadores

Caso exista uma maneira ideal de adoção do livro didático, essa maneira teoricamente pode ser encontrada nos documentos orientadores elaborados pelos governos federal e estadual para a condução da disciplina no ensino básico, tais como: LDB, PCNEM, PCN+, OCNEM, DCNEM; e mais especificamente no Guia de Livros Didáticos do PNLD. Estes norteiam os professores sobre uma suposta condução ideal da disciplina ‘Sociologia’ no ensino médio: contextualizam o ensino de Sociologia, sugerem abordagens, indicam temas, refletem sobre discussões pertinentes, etc.

É no lócus de execução da política pública que identificamos sua efetividade, ou as possíveis falhas na sua implementação. Na política do Programa Nacional do Livro Didático, localizam-se algumas pretensões demonstradas através de algumas indicações e instruções para a adoção dos livros pelos professores. Nítidos são os seguintes objetivos de adoção criativa: fundamentação em estudos com o livro didático e suas indicações – paradidáticos, filmes, artigos, obras originárias –, inspiração pelo manual do professor e, ao mesmo tempo, autonomia. No entanto, poucas dessas metas conseguem atingir sua concretização no dia a dia das escolas públicas.

Ocorre que o cotidiano escolar difere muito das expectativas encontradas nas recomendações dos documentos oficiais e legislações. Relatos identificados nesta pesquisa revelaram a incompatibilidade entre o que se espera para o ensino básico público e o que realmente se encontra na prática.

A própria falta de conhecimento ou desinteresse dos docentes por tais documentos – resultantes da rotina prática, objetiva, cheia de dificuldades inerentes à prática docente – gera um contexto com pouco incentivo à leitura desses documentos ou mesmo sem sua divulgação para os professores que, em sua maioria, possuem sobrecarga horária, talvez de outras disciplinas também. Outro elemento identificado para a dificuldade de acesso e conhecimento dos docentes à legislação é o tempo de carreira. Quanto maior o tempo de carreira, menor o conhecimento a respeito da legislação. É como se, para o cotidiano da docência, essas instruções fossem utopias irrealizáveis.

Nessa linha de raciocínio, os professores demonstram, por meio das entrevistas, que a realidade cotidiana não permite seguir as recomendações das orientações, muito bem formuladas, mas descontextualizadas com a prática docente. Tal contexto “obrigaria” os professores a não seguirem à risca o que se espera do ensino de Sociologia nos documentos oficiais. Com relação ao livro didático, poucos demonstraram interesse numa escolha detalhada, baseada em uma análise dos livros que foram aprovados pelo PNLD (QUADRO 4). Na verdade, poucos sabiam da quantidade de livros aprovados ou do guia de livros didáticos. Geralmente, a escolha era feita de maneira arbitrária. A própria chegada do guia impresso nas escolas muito tempo após a escolha e até mesmo à distribuição dos livros já revela uma falha no Programa Nacional de Livros Didáticos.

Desse modo, os professores da escola pública tendem a adotar uma postura mais independente com relação à adoção do livro didático. De fato, a autonomia citada tantas vezes no guia de livros didáticos do PNLD toma uma forma cada vez mais concreta, repleta de inventividade e criatividade.

5.2 Questões de formação

Neste quesito, encontramos um entrave crucial na efetividade da política pública para que o livro didático seja utilizado de maneira “adequada” (se é que ela existe), que é a problemática da formação docente. Sem formação, a adoção do livro didático fica aquém do esperado. Não me refiro aqui apenas aos mais citados dilemas da formação inicial, ou seja, não se fala aqui apenas dos professores de Sociologia que não têm graduação em Ciências Sociais, mas também da falta de formação continuada de docentes, sejam estes professores da área de Ciências Sociais ou não.

Com relação à formação inicial, os professores entrevistados reclamam da ausência de direcionamento prático na graduação específica. Com relação à formação continuada, esta parece ser uma das principais lacunas que deveriam ser pensadas para que a política do livro didático alcançasse efetividade, dado que os professores demonstram uma carência no acompanhamento das atualizações pensadas nas políticas educacionais, como se observou no caso do livro didático de Sociologia.

Não se pode negar, no entanto, que se não fosse permitido, por exemplo, que professores de outra formação acadêmica lecionassem disciplinas que não são de sua incumbência – como é o caso da resolução Nº 101/2008 do Conselho Estadual de Educação que permite isso na Paraíba – existiriam ainda muitos problemas relativos à questão formativa, mas questões básicas, como a abordagem ou não da teoria sociológica, em aula seriam minimizadas. Assim, ao invés de tornar legal lecionar sem formação, o ideal seria a realização de concursos públicos, ou estágios de iniciação à docência pelo próprio governo do estado.

5.3 Os usos inusitados do livro didático

O fato de o livro didático ser utilizado com autonomia pelo professor tem suas vantagens e desvantagens. Caso totalmente desviante dos objetivos previstos, torna-se preocupante devido ao amplo investimento do Estado com o PNLD. Por outro lado, a inventividade e a criatividade mostram que no cotidiano do professor muitas coisas são difíceis de acontecer conforme pensa a legislação. A realidade cria outro plano em que a experiência do professor ganha destaque para vencer os obstáculos da sala de aula.

Para um professor entrevistado o livro didático é *“um dentre outros instrumentos de trabalho. Serve para orientar, desenvolver, tirar dúvidas, elaborar exercícios, trabalhos, atividades da disciplina, etc. Mas não é o único. Consigo fazer o mesmo com outros recursos didáticos, depende do que eu pretendo”* (Professora, Formação inicial em Geografia, modalidade de ensino Regular). Nesse sentido, cabe aqui uma discussão lançada por Pessoa (2009): *“Nos modelos atuais de formação, que objetivam principalmente que os professores construam conhecimento sobre ensino e aprendizagem, será que há espaço para o livro didático ou deveria o professor criar os seus próprios materiais?”*. Muitos entrevistados fazem isso, apontando diversas

problemáticas que impedem o uso do livro didático, ou os defeitos que impedem uma adoção mais profunda (QUADRO 5)

Não se pode dizer que uma boa adoção do livro didático é apenas aquela que segue o manual do professor, ou as instruções do guia do PNLD. Essa engenhosidade que Michel de Certeau (1998) chama de artes do fazer cotidiano – cheias de bricolagem, de reapropriações, astúcias e improvisações – também podem se tornar uma boa adoção, embora que não prevista pelas recomendações, pois “essas práticas volta e meia exacerbam e desencaminham as nossas lógicas no acaso da circunstância” (CERTEAU, 1998).

Para Certeau (1998) o cotidiano tem várias maneiras de se inventar. Essas invenções é o que ele chama em um dado momento de “caça não autorizada”. Essa “caça” se efetiva nos usos cotidianos que se faz das regras, produtos, leis, etc, que são determinados pelos órgãos de poder. Tais caças se configuram nos modos de adoção que os usuários fazem. O autor explica que o consumo é astucioso e dribla “maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (CERTEAU, 1998).

O consumo é dotado de procedimentos cotidianos criativos, procedimentos populares cercados pela arte da bricolagem, a arte do “faça você mesmo”, como demonstrado no exemplo a seguir:

[...] os indígenas *faziam* das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir; seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder [...] A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção original e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização (CERTEAU, 1998).

Tais processos, segundo Certeau, são munidos de performance e criatividade. A criatividade é, por sua vez, dispersa, tática e bricoladora; envolve também improvisação, antidisciplina, astúcia e o que ele chama de ações de “metamorfose da lei”, posto que tais leis são reapropriadas por aqueles que a põe em prática no cotidiano.

No tópico “A marginalidade de uma maioria” Certeau (1998) coloca que esses procedimentos de consumo, ou esses usos – como prefiro chamar – são heterogêneos, consequentes de contextos específicos. Tratam-se de táticas dos fracos.

[...] articulam conflitos e volta e meia, legitimam, deslocam ou controlam a razão do mais forte. Elas se desenvolvem no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então uma politização das práticas cotidianas [...] tem que jogar constantemente com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos, onde combina elementos heterogêneos, mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião (CERTEAU, 1998).

Essa relação se assemelha muito com as relações entre o professor e o livro didático identificadas nesta pesquisa. Certeau coloca que essas engenhosidades refletidas em sua obra são dedicadas ao “homem ordinário”, ao “herói comum”. Comparação que se casa muito bem com os professores da educação básica, em especial aos professores de sociologia, que dentro das condições impostas pelo cotidiano, figuram como esses heróis.

Esta análise, no entanto, não pode ser ingênua ao ponto de achar que as táticas dos professores não são motivadas por interesses pessoais. Obviamente seus discursos se tratam também de justificativas para encobrir lacunas formativas ou de planejamento, por exemplo. Mas isso não implica dizer que sejam questões a serem resolvidas por uma conscientização dos professores no campo do privado, como muitas vezes foi colocado por gestores educacionais em formações que participei. Trata-se mais de negligência do Estado e é dele que devem ser cobradas outras ações a fim de que as intenções de suas próprias políticas sejam efetivas.

5.4 A política para livros didáticos sob a ótica do Estado

Muitas insatisfações foram destacadas como reflexo de supostas incompatibilidades do livro didático com a realidade cotidiana dos professores. Assim como também foi questionado o Programa Nacional do Livro Didático devido algumas

lacunas, resultantes de um cotidiano escolar variado e inesperado, que tal política não atinge. Neste tópico, por sua vez, apontarei o contraponto que faz da política do livro didático algo que ultrapasse interesses puramente mercadológicos, mas que fortalece a educação pública em muitos aspectos.

O próprio Estado, através do MEC, reconhece também que o ambiente da sala de aula, o número excessivo de alunos por turma, a quantidade de classes assumidas pelos professores e os controles administrativos assumidos no espaço escolar contribuem para a escolha de práticas educacionais que se adaptem à diversidade de situações enfrentadas pelos docentes. Geralmente, isso significa a adoção ou aceitação de um livro, um manual ou uma apostila, como únicos materiais didáticos utilizados para o ensino (BRASIL, 1998 apud SILVA, 2012).

Embora o Guia do PNL D 2015 (BRASIL, 2014a) alerte que nele contém os critérios e reflexões fundamentais das áreas de conhecimento do ensino médio, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) – que são de responsabilidade da educação –, ele reconhece que não pretende ser um roteiro completo. O guia do PNL D se reconhece enquanto um jogo que tem suas regras (BRASIL, 2014a), mas admite que apresenta limites.

Adotar uma coleção – ou um livro, no caso de Artes, Sociologia e Filosofia – é usá-la criticamente e, assim, ser capaz de fazer uma nova escolha, quando for o caso. Mas não é só. O Programa Nacional do Livro Didático é um programa nacional; portanto, de grandes proporções e extremamente complexo, com todas as vantagens e desvantagens dessa envergadura. Isto quer dizer, entre outras coisas, que a escolha do livro didático não é – nem pode ser – um ato idêntico ao de encomendar um livro didático em uma livraria. Daí a necessidade de conhecimento de regras básicas que organizam o funcionamento desse Programa, para garantir o sucesso mais próximo do desejado (BRASIL, 2014a).

Conforme a colocação acima há um resultado desejado pelo MEC com a política do livro didático, que vai desde o processo de escolha aos seus usos nas salas de aulas brasileiras. Mas muita coisa que está nesse entremeio dificulta a concretização da referida política conforme a sua formulação. Além das táticas inusitadas dos professores motivadas pelos diversos cotidianos escolares, cabe retomar a indagação levantada por Pessoa (2009) sobre o espaço que tem o livro didático nos modelos educacionais atuais. Essa questão é pertinente tanto no aspecto que destaca a tendência do professor como construtor do conhecimento, produtor de seus materiais de aula; como na mudança do

significado do livro enquanto principal elemento de pesquisa, como fora no meu tempo de estudante de nível médio.

Diferentemente da definição de Silva (2007), que diz que o livro didático “em grande parte das salas de aula, tornou-se instrumento indispensável ao andamento das disciplinas e o único material de leitura que adentra diversos lares brasileiros”, hoje, em meio às novas tecnologias, e à emergência de novas metodologias de ensino e aprendizagem, essa definição não parece mais se adequar. O livro não é mais o único material de pesquisa e acesso ao conhecimento escolar, e arrisco dizer que pode nem mais ser o principal. Mais fáceis, dinâmicos, interativos, diretos, são os sites de pesquisa, as vídeo-aulas, os blogs, até mesmo as redes sociais, que se tornaram um canal importante de difusão de saberes. Assim vale questionar: é viável uma política de tamanha dimensão, tamanho dispêndio para a distribuição de livros didáticos que podem nem ser usados nas aulas?

Entretanto, após muitos problemas apontados com os livros didáticos pelos professores, resolvi inquiri-los sobre qual o significado do livro didático para eles:

Um norte. Embora eu use muitas coisas fora, que eu trago das redes sociais, que eu trago da internet, porque os nossos alunos estão antenados com essas coisas. É um norte. Não dá pra dizer ‘eu vou trabalhar e toca fogo no livro’, é um guia. Até porque o aluno recebe, eles tem o livro em casa, tem que ser usado, não dá pra ficar engavetado. Eu olho, vejo se tem uma coisa interessante, então ‘vamos trabalhar pessoal, vamos ler todo mundo aqui e vamos discutir’, então eu considero um norte (Professora, 37 anos, formação inicial em História/Direito, modalidade de ensino EJA).

O pior livro é melhor que a melhor apostila, porque o livro didático potencializa o saber. Não gosto quando o professor descarta o livro didático porque deprecia a produção de alguém, Nós temos é que ensinar nossos alunos a usar o livro (Professora, 57 anos, formação inicial em Ciências Sociais, modalidade de ensino Educação especial).

Segundo a responsável do Setor de Recursos Didáticos da Secretaria do Estado da Educação “o livro não é muito amado, mas quando não tem faz falta” (Coordenadora do Setor de Recursos Didáticos, SEE). De fato, a presença e importância do livro didático na escola são indiscutíveis. No entanto, para chegar ao nível de distribuição excepcional que chegou aos dias de hoje, a política passou por diversas fases problemáticas.

Nesse período o livro didático era, de fato, insubstituível, por ser o único recurso didático de pesquisa e estudos que chegava às mãos dos estudantes da educação básica.

Mas para chegar ao nível de descentralização, democratização, avaliação de obras e distribuição integral nas escolas públicas – que são as bandeiras mais levantadas em defesa do programa – muitas fases problemáticas se desenvolveram.

Nas fases mais indispensáveis do livro didático nas escolas eles não eram distribuídos a todos os níveis de ensino, nem sequer no período necessário para o seu uso durante todo o ano letivo. Passando pela Comissão Nacional do Livro Didático, em 1938, que estabelecia condições para a produção, importação e utilização do livro didático no Brasil; depois agregando a Fundação Nacional de material escolar (Fename); em seguida o Instituto do Livro Didático com o Programa do Livro didático (Plid), Programa do Livro didático para o Ensino Fundamental (Plidef), Programa do Livro didático para o Ensino Médio (Plidem), Programa do Livro didático para o Ensino Superior (Plides) e Programa do Livro didático para o Ensino Supletivo (Plidesu); o Estado foi assumindo cada vez mais o papel de financiador desses livros. O MEC chegou a ser coeditor dos livros didáticos, mas depois passou a ser comprador e chegamos, em 1985, ao PNLD (Hofling, 2000).

Nesse ínterim a política foi reformulada até que se respeitassem os preceitos básicos educacionais que fundamentam o livro didático nas escolas públicas. São eles:

[...] considerando ser o acesso ao livro um direito constitucional do educando; considerando a importância da participação do professor e profissionais da educação no processo de escolha das obras no âmbito dos Programas do Livro; considerando que o processo de escolha deve ser realizado de forma transparente com vistas a assegurar ao aluno o acesso a um material didático de qualidade, que contribua para o seu pleno desenvolvimento e para o exercício da cidadania; considerando que, em função das diversidades sociais e culturais que caracterizam a sociedade brasileira, bem como do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a escolha dos livros deve ter como base o conhecimento da realidade do aluno e da proposta pedagógica que norteia o trabalho da escola; considerando a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação das formas de divulgação dos livros e demais materiais pelos Titulares de Direitos Autorais, no âmbito dos Programas do Livro; considerando, ainda, o disposto no caput do artigo 37 da Constituição Federal e na Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, que versa sobre os atos de improbidade administrativa, resolve instituir normas de conduta para o processo de execução dos Programas do Livro (BRASIL, 2007).

Segundo Amaral (2012), para o MEC o livro didático é um dos principais insumos da instituição escolar, e por isso o Estado deve atentar detalhadamente à sua política, economia, gerência e pedagogia visando à melhoria da questão educacional

brasileira. Isso porque formular uma política consistente para o livro didático, com ênfase no aspecto qualitativo, foi demorado.

Voltemos a alguns problemas lançados pelos professores, para que assim seja apresentada a versão do Estado sobre as políticas para o livro didático. Tais ponderações têm por base a entrevista que foi realizada com a coordenadora do setor de didáticos da SEE, como contraponto às questões refletidas anteriormente:

- Acesso ao guia do PNLD no período da escolha
- Período de escolha das obras e acesso às obras aprovadas
- Recepção de obras não escolhidas
- Ausência de livros digitais

Iniciemos, então, pelo acesso ao guia de livros didáticos em que constam todas as instruções – dicas, sugestões, análise de obras – para a escolha do livro didático, bem como reforça e esclarece para o professor a importância dele nesse processo e apresenta os passos para os procedimentos técnicos da escolha do livro escolhido para lançamento no sistema do MEC. Todavia, conforme já foi dito, o guia impresso só chega à escola muito depois da escolha ter sido realizada e, inclusive, recebida pelas escolas. A escolha e a entrega ocorrem de meados para fins do ano anterior à validade inicial do livro, e o guia tem chegado a meados do ano que o livro didático já tem entrado em vigor. Porém há a possibilidade de acesso ao guia digital pelo site do MEC, mas ocorre que ainda não é hábito majoritário o acesso às orientações educacionais, como foi indicado também na presente pesquisa, em que nenhum professor realizou a escolha após consulta ao guia, bem como poucos tinham conhecimento do teor dos parâmetros e orientações curriculares para o ensino de sociologia na educação básica.

O guia digital tá lá disponível no site do FNDE. Às vezes a escola não acessa o Guia e culpa o livro didático, mas o que ocorre na verdade é que não houve interesse. Porque os professores não se reúnem pra escolher, porque as coordenações não instruem os profissionais das escolas a fazerem uma análise de qualidade. É preciso que os gestores escolares também façam sua parte (Coordenadora do Setor de Recursos Didáticos, SEE).

A coordenadora do Setor de Recursos Didáticos (SEE) explica ainda que a demora a chegar o guia impresso às escolas tem uma justificativa. Depois de elaboradas as resenhas sobre os livros aprovados, realiza-se uma licitação pelo FNDE para que seja

escolhida a editora que vai fazer a impressão desses guias, pois não pode ser feito arbitrariamente sem esse procedimento burocrático. Ainda há, segundo ela, a possibilidade de uma obra não aprovada pelos avaliadores do PNLD entrar com um mandado de segurança para reavaliação, e isto gerar problemas quando o guia já está impresso.

A segunda questão levantada é sobre o período de escolha das obras e acesso às obras aprovadas para análise. Das entrevistas realizadas para este trabalho, nenhum docente alegou ter analisado todas as seis obras de sociologia aprovadas. Isso pode ocorrer por dois motivos principais: um é a própria falta de acesso ao guia, que divulga a quantidade de livros que deveriam ser analisados, e segundo é pela não chegada uniforme de todos os livros aprovados em todas as escolas públicas no tempo hábil para análise.

Embora haja uma mediação das secretarias estaduais, não é de sua competência possibilitar que todas as escolas da rede estadual tenham acesso às obras aprovadas, posto que isso pode romper a neutralidade do Estado no processo de escolha do professor e abrir brechas à corrupção e privilégios. Assim, segundo a Portaria Normativa nº 7, de 5 de abril de 2007, apenas a editora pode mandar os livros para as escolas, e após a emissão do guia virtual nenhuma editora pode entrar na escola, apenas enviar pelos correios ou transportadora. Assim, apenas o Núcleo de Materiais Didáticos da Gerência Operacional de Assistência ao Estudante do governo pode fazer o assessoramento e orientação no processo de escolha, sem permitir interferências externas. Por esses motivos, muitas vezes, as obras não chegam à escola, ou quando chegam é perto do período de envio da obra escolhida ao FNDE. Como exemplo há a fala da docente que alega ter analisado o livro de Sociologia no dia da reunião de envio do pedido ao FNDE:

Eu mesma tive que escolher sozinha porque a outra professora não tinha chegado ainda. Espero que você não me condene, eu escolhi pelas gravuras. Imagina uma professora que não é da área, pegar dois livros e escolher pelas imagens. Dá até vergonha, mas foi isso. Os de história não, eu já tinha habilidade. Mas escolher o de sociologia no impulso foi mais difícil (Professora, 37 anos, formação inicial em História/Geografia, modalidade de ensino EJA).

Segundo a coordenadora do Setor de Recursos Didáticos da SEE, as editoras que tem mais vantagem nesse processo de divulgação são as que tem distribuidora na região. Quando não, mesmo com as listas de endereços das escolas, fornecidas pelas

secretarias de educação, é difícil atender a demanda. Por exemplo, as editoras teriam que enviar para as 385 escolas funcionam com o Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino no ano de 2015, distribuídas nas 14 Gerências Regionais de Educação, nos 223 municípios paraibanos.

Outra constante reclamação é sobre a recepção de obras não escolhidas pelos professores no processo. Não foi o caso dos relatos sobre os livros de Sociologia, até porque a maioria dos pesquisados não participou da escolha do livro didático de Sociologia para o triênio 2015-2017, mas muitos relataram que esse acontecimento é uma constante nos processos de distribuição pelo PNLD.

A coordenadora do Setor de Recursos Didáticos alerta que o PNLD é muito sério com relação às escolhas dos professores, por ser um princípio fundamental do programa. *“O PNLD respeita a escolha do professor. Não há casos de questionamentos registrados sobre isso, mas caso ocorra não há como sanar. O professor continua sendo protagonista, ele deve se virar com outros recursos”*.

Caso aconteça de não vir nem a primeira, nem a segunda opção do docente a entrevistada justifica por três possibilidades. A primeira é o assédio das editoras, afinal se trata de um programa de magnitude gigantesca, que envolve milhões de reais. A segunda possibilidade que existe é a do roubo da senha. A inscrição das obras é feita pelo site por meio de uma senha, cujo segredo é compartilhado pelo gestor com uma pessoa de confiança. Porém, sujeito ao mesmo interesse mercadológico, existe o risco de esse roubo ocorrer e vir para a escola um livro que não foi escolhido pelo professor. Nesse caso, sugere-se o registro de um boletim de ocorrência. A terceira possibilidade envolve erros básicos, como erro de digitação do código da obra no site. Eventualmente ainda é possível que a escola não cadastre as obras escolhidas dentro do prazo. Quando isso ocorre o FNDE manda a obra mais escolhida no estado/município, ou equilibra os contratos com editoras, pois há um limite mínimo de compra (Coordenadora do Setor de Recursos Didáticos, SEE).

Explica-se ainda que a ausência de uma política específica para os livros digitais se deve ao fato da dificuldade em fazer a manutenção de equipamentos entregues aos estudantes. Esses aparelhos precisam de uma vida útil mais longa e, conseqüente, de um contrato maior com a assistência técnica. No caso da Paraíba, a vida útil dos tablets distribuídos para as escolas foi curta, dado um número considerável de pedidos de manutenção em pouco menos de dois meses, além da comercialização ilegal que se fez dos produtos. Além disso, segundo a coordenadora do Setor de Recursos Didáticos

(SEE), o Estado brasileiro não teve condições de efetuar a compra dos livros digitais aprovados no PNLD 2015 sob a justificativa de recursos esgotados.

Outra crítica bastante frequente é sobre a protagonismo do professor na elaboração de seu material didático, justificada no Guia do PNLD pelo protagonismo no processo de escolha. Remeto à crítica de Amaral (2012) que diz: “o MEC define o que deve conter o livro didático e estabelece um pseudo-processo de escolha, visto que o professor nada mais faz que referendar as escolhas já realizadas por pareceristas e avaliadores contratados pelo MEC” (AMARAL, 2011). A coordenadora do Setor de Recursos Didáticos da SEE justifica que o programa precisa manter sua credibilidade e alto nível, posto que para fazer análise técnica e análise pedagógica dos livros didáticos no PNLD o nível de formação mínimo exigido é o mestrado. *“É pra assegurar que o programa tenha um alto nível. E isso não anula o professor não. É ele que tá na linha de frente, é o protagonista. Isso não o diminui”* (Coordenadora do Setor de Recursos Didáticos, SEE).

Acresço aqui mais uma colocação, feita por um dos docentes entrevistados, que questiona o sistema de devolução de obras didáticas dentro do período de vida útil dos mesmos, que é trienal. Reivindicação incomum, mas cujo raciocínio interessante fez com que incluísse no debate.

Se eu fosse autoridade não permitiria o livro passar pra outro aluno. Já que é impresso, o aluno deveria se apegar, riscar, tomar propriedade, empoderar, ter no livro uma relação de proximidade. Só nesse sentido o livro didático impresso tem vantagem sobre o digital, que é a questão do apego, mas isso não é possível pela contenção de gastos do programa (Professor, 70 anos, formação inicial em Direito/Teologia/Psicologia, modalidade de ensino PRONATEC EJA).

A esta colocação, a SEE responde com a impossibilidade de manutenção orçamentária de um programa de tamanho alcance. São vários ciclos que o programa deve sustentar integralmente: Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio, EJA, Biblioteca na Escola. “Nos intervalos das compras integrais, são feitas reposições, por extravios ou perdas, e complementações, por acréscimo de matrículas” e tudo isso entra no orçamento do programa (BRASIL, 2008).

De fato, o programa para livros didáticos é de grandes proporções e conseguiu se estabilizar garantindo a distribuição de livros didáticos para todas as escolas do Brasil, assegurando o princípio constitucional que é possibilitar às escolas públicas o acesso ao

livro didático. Obviamente, devido à sua dimensão, muitos erros são inevitáveis. Mas muitas qualidades merecem ser destacadas, como demonstram as declarações a seguir acerca do PNLD sob a ótica do Estado:

O PNLD não permite erros das coleções. Quando há erros gramaticais ou de impressão, estes são corrigidos. E os erros de preconceito e discriminação não são tolerados (Coordenadora do Setor de Recursos Didáticos, SEE).

O Programa Nacional do Livro Didático tem apoio no Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) com um acervo riquíssimo selecionado pelo MEC para a escola e pro professor também (PNBE do professor). Tem também o PNBE de paradidáticos de literatura, o de dicionários que enriquece a escola. Então se não usa, vai ser um planejamento criterioso jogado no lixo praticamente. Por isso que eu defendo o programa demais (Coordenadora do Setor de Recursos Didáticos, SEE).

Portanto, nas políticas do livro didático há erros de planejamento inegáveis, mas também há muitas qualidades que precisam ser referendadas pelos usuários. Sposito confirma isso ao dizer que “uma parcela de autores de livros didáticos que se posicionou contrariamente à avaliação, posteriormente compreendeu a seriedade, a qualidade e a validade do processo, incorporando mudanças a partir das críticas feitas pelo Guia do Livro Didático às suas obras” (SPOSITO apud SILVA 2007).

Corroboro, assim, com a importância do livro didático para o ensino público no Brasil. Sua elaboração, avaliação e distribuição fazem dele um item de qualidade incomparável para os estudantes da rede pública, dado que é uniforme e integral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como intenção indicar os possíveis entraves para a efetivação da política do PNLD, a partir da investigação na Paraíba, e contribuir na identificação do que se precisa fazer em âmbito local, destacando o professor como protagonista, uma vez que tem o potencial de conduzir os usos do livro didáticos. Tal utilização se destaca aqui com bastante criatividade e, como diria Certeau (1998), astúcia dos docentes para desviar das questões problemáticas que envolvem a educação básica pública. Aponta também possíveis focos de reconsideração que o PNLD deve refletir em sua política de distribuição dos livros didáticos. Esta que é mais do que uma política distributiva: envolve preocupação com a construção de um currículo, com a formação de professores, acompanhamento pedagógico, dentre outros.

A distribuição integral dos livros didáticos oferece elementos que possibilitam aos estudantes – dos mais variados espaços socioambientais, variadas classes sociais, diferentes culturas e hábitos de leitura – o acesso, de maneira igual, a uma forma legítima de difusão de um conhecimento, que é fruto de pesquisas e debates teóricos dos componentes curriculares. Ou seja, o conhecimento que é produzido nas universidades é traduzido e difundido – ou “rotinizado” como diria Meucci (2007) – para estudantes da educação básica de todo Brasil.

O Estado determina, no edital do PNLD, as características que devem compor os livros didáticos, tais como: “As obras didáticas deverão incluir referências a outras disciplinas da mesma área e também de outras áreas de conhecimento, bem como conduzir os alunos a atividades de experimentação e situações reais para consolidação da aprendizagem” (Edital de Convocação 01/2013 – CGPLI). Determina também, no Guia do PNLD, as formas de escolha adequadas: “que seja considerada, pelo coletivo de docentes atuantes na escola, a mais adequada ao tipo de trabalho que a equipe desenvolve, evitando o impasse do simples confronto de opiniões pessoais” (BRASIL, 2014a). Define ainda as formas de uso que se espera do livro didático: “o professor deve fazer do livro didático um estímulo à curiosidade e ao conhecimento de nossos alunos [...] um trabalho de convencimento com alunos, adolescentes, jovens e adultos da utilidade e pertinência do livro, cujas expectativas são tão legítimas quanto a de todos nós” (BRASIL, 2014b).

Entretanto, também como qualquer outra política pública, não consegue alcançar todos os seus objetivos de forma absoluta e, por isso, recebe críticas e reivindicações, como as dos professores aqui pesquisados.

O livro didático que figurara como “portador quase que exclusivo destes saberes e objeto privilegiado – pela sua própria força cultural e sua existência material – ao menos no caso brasileiro, para desvendar o ensino real das disciplinas escolares” (GATTI JR, 1997) não é mais exclusivo. A importância do Programa Nacional para o Livro Didático é inegável. O programa avançou, chegou a um nível de quase excelência em termos de alcance e distribuição, mas os tempos também mudaram. Talvez seja necessária agora uma nova concepção de livro didático. Para isso, o Estado precisa romper com alguns interesses – como os mercadológicos, por exemplo – ou reinventá-los.

Segundo Gatti Jr (1997) essa discussão sobre a utilização dos livros didáticos é importante, pois ele é um objeto legítimo da cultura escolar. Estudá-lo, então, como foi a intenção daqui, nos ajuda a compreender como se encontra o ensino das disciplinas escolares, bem como as relações sociais, intra e extra escolares (GATTI JR, 1997).

Percebe-se, com esse estudo, a emergência de novos modos de encarar o cotidiano escolar, a docência, os recursos didáticos, etc. Contingente este já apontado por Gatti Jr desde sua obra em 1997:

Em 1984, a Câmara Brasileira do Livro, caracterizava o novo livro didático como sendo um produto editorial com, "(...) altas tiragens e preços baixos; gradação de dificuldades em atendimento ao novo tipo de professor; o emprego dominante de atividades no livro em atendimento à tendência do uso de técnicas dinâmicas do ensino; o uso generalizado de ilustrações em atendimento às modernas técnicas pedagógicas; a possibilidade de agilização e melhoria do processo de correção dos exercícios escolares, muito dificultado pela grande sobrecarga de trabalho do professor. Esta caracterização não deve ser generalizada para além do período em que se situa, porém revela-nos de modo transparente uma tendência nacional, gestada desde meados dos anos sessenta, de tomar o livro didático como um paliativo para as questões postas pela realidade educacional brasileira, especialmente à problemática da qualidade e das condições do trabalho docente. Ao professor sobrecarregado, nada de mais tempo para preparação de aulas; ao invés disso a implantação de um instrumento didático, que agradando alguns setores socioeconômicos bem definidos, agilizará seu trabalho. Esta utilização do livro didático como paliativo para problemas educacionais crônicos coaduna-se com uma pseudo-forma de atacar a crise de leitura com a qual o país convive há muito: acredita-se que apenas com a distribuição de livros e algum treinamento de professores iríamos revolucionar a educação brasileira.

A ausência de uma política cultural mais efetiva parece uma marca constante dos diversos regimes de governo que ocuparam o poder nas últimas décadas (GATTI JR, 1997).

Essa necessidade de repensar os livros didáticos e as políticas de produção e distribuição dos mesmos, já refletida há décadas, ainda soam hoje como novas demandas, novas reivindicações, visto que merecem constantemente novas reflexões e reavaliações. Mas isso não deve, nem pretendeu, soar aqui como uma ofensiva à seriedade do programa, e sim ao reconhecimento dos seus limites no *locus* da execução: a sua adoção no cotidiano escolar.

Se hoje a qualidade dos livros didáticos é criticada, dentro e fora do circuito acadêmico, a utilização deste instrumento nas salas de aula parece não sofrer questionamentos mais incisivos. Incorporado ao sistema educacional brasileiro, segundo o próprio Ministério da Educação (MEC) sua utilização tem uma boa aceitação dos mais diversos agentes (SILVA, 2012).

Diferente de Silva (2012) esta pesquisa mostrou que há grandes problemas de adoção, isso se olharmos literalmente de acordo com as recomendações do PNLD. Porém, se ponderarmos, veremos que o cotidiano escolar possibilita novas práticas, formas inusitadas de adoção, táticas. Imprevistos que “em todo caso, nesta estrutura clivada, observável em muitas administrações, obriga a repensar todas essas táticas até aqui tão negadas” (CERTEAU, 1998).

Desse modo, cabe sugerir que o “princípio da livre escolha” do professor se expanda para além da pura escolha do livro didático, mas atinja também o processo avaliativo das obras didáticas. Isso porque se faz preciso que “a singularidade do professor e do Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola sejam considerados no processo de escolha dos livros didáticos” (AMARAL, 2011). Assim o Guia de Livros Didáticos, por exemplo, funcionaria mais do que um documento que regula a escolha do professor, mas sim como fruto de uma política que viria da base, onde os executores também se tornariam os formuladores.

Além disso, é importante que o livro didático de sociologia assuma com propriedade sua função de (in)formação dos professores, mediador didático e de currículo, para além das funções de mercadoria e política pública. E que, além disso, sejam pensadas políticas paralelas específicas de formação de professores, de didatização e de um currículo para a disciplina, sem que o livro didático seja sobrecarregado com essa responsabilidade.

Por fim, discorrer sobre os usos do livro didático foi e é instigante pra mim, visto que sempre houve uma relação de intimidade com o livro didático em minha vivência estudantil na educação básica. Como docente e como estudante do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio (FUNDAJ), a experiência foi totalmente diferente. A peculiaridade e significância do ensino médio na formação de uma pessoa, fez com que minha formação acadêmica tivesse muita relevância na minha prática profissional, e vice versa. A preocupação e atenção em relação às muitas questões que envolvem o livro didático tornaram-se recorrentes em ambos os ambientes.

É possível criar novas perspectivas acerca do estudo do livro didático de sociologia, tais como: a sua compreensão e adoção pelos estudantes, as políticas públicas para os livros digitais, a produção de materiais didáticos pelo professor, entre outros, que poderão ser objeto de estudo a partir desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALGARVES, Jose Luis. Sociologia: Ciências Humanas e suas Tecnologias. **Educação e Diversidade**. Ensino Médio semipresencial. Governo da Paraíba. Paraíba: Soler Edições Pedagógicas, 2012.

ARAÚJO, Silvia Maria [et al]. **Sociologia**. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

AMARAL, Sandra Regina. Políticas Públicas para o Livro Didático a partir de 1990: o PNLD e a regulamentação das escolhas do professor. Apresentação Oral. Eixo: Políticas educacionais: níveis e modalidades. **Anais...** Londrina, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/politicaseducacionais/politicaspUBLICAPARAOLIVRODIDATICO.pdf>>

BOMENY, Helena e MEDEIROS, Bianca. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei n. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 38**, de 15 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4256-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38,-de-15-de-outubro-de-2003>>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio, na área de ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Módulo: Programas do Livro - PLi / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância. 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008.

BRASIL. Guia Pronatec de Cursos FIC. **Portaria MEC nº 899**, de 20 de setembro de 2013. 3ª Ed. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/fic/pdf/2013_guia_cursosfic_port_899.pdf>

BRASIL. Edital de convocação 01/2013. **CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático PNLD 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais>>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos**. PNLD 2015: Apresentação: Ensino Médio. Brasília, 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos**. PNLD 2015: Sociologia: Ensino Médio. Brasília, 2014b.

BRASÍLIA. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: **Ministério da Educação**, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FREYRE, Gilberto. Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios. São Paulo: **É Realizações**, 2009.

GATTI JR, Décio. Livros Didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar primeiras aproximações. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas: 29-50, set, 1997.

HANDFAS, Anita. Os livros didáticos de Sociologia. **Revista Coletiva**, n. 13, 2014. Disponível em:
<http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=140:os-livros-did%C3%A1ticos-de-sociologia>.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, Abril/2000.

HORIKAWA, Alice Yoko; JARDILINO, José Lima. A formação de professores e o livro didático: avaliação e controle dos saberes escolares. **Revista Lusófona de Educação**. São Paulo: n. 15, p. 147-162, 2010.

IPEA. Compras governamentais para o Programa nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo. Texto 1307. Brasília, 2007. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1307.pdf>

MACHADO, Igor José de Renó et al. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

MEUCCI, Simone. A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. **Dissertação de mestrado**. Campinas, UNICAMP, (março) 2000.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações**, Londrina, v. 12, N. 1, p. 31-66, jan/jun 2007.

MEUCCI, Simone. Pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia: um balanço. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...**, 2013, Salvador. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 02, n. 03, Jan/Jun 2014.

MORAES, Amaury. Desafios para a implantação do ensino de sociologia na escola média brasileira. **NUPPS-USP**: São Paulo, 2010.

MUNAKATA, Kasumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**: v. 23, n. 3 (69), p. 51-66, set./dez 2012.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

PARAÍBA. Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba. Secretaria do Estado da Educação, **SEE**. Paraíba, 2015. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/12/Diretrizes-Operacionais-SEE-PB-2015.pdf>>

SANTOS, Mario Bispo dos. A sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Unijuí, 2004.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do Livro Didático no Brasil. *Educ. Real*. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set/dez 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

SILVA, Afrânio [et. al]. **Sociologia em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2013.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o ensino médio**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o ensino médio**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WIKIPÉDIA. Escola Estadual Presidente João Goulart. 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Estadual_Presidente_Jo%C3%A3o_Goulart>

ANEXO 1**Roteiro de Questionário****DADOS PESSOAIS**

Nome: _____

Idade: _____

Sexo:

 Feminino Masculino

Renda pessoal:

 Até 1 salário mínimo De 1 a 3 salários mínimos Maior que 3 salários mínimos

Religião: _____

Cor: _____

Estado civil/conjugal: _____

Possui filhos? _____

Caso sim, quantos? _____

DADOS ACADÊMICOS

Formação Ensino médio:

 Escola Pública Escola Privada

Qual? (Localidade

Formação Ensino Superior:

 Escola Pública Escola Privada

Curso de formação:

Possui pós graduação? _____

Caso sim, em que? _____

DADOS PROFISSIONAIS

Cargo: _____

Função: _____

Escola de lotação: _____

Escolas em que leciona: _____

Disciplinas que leciona: _____

ANEXO 2

Escolas pesquisadas por modalidades de ensino da 1ª Gerência Regional de Ensino da Paraíba

- A. Educação Profissional e Tecnológica
 - a. Ensino Médio integrado e concomitante: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO JOÃO GOULART
 - b. PROEJA/REGULAR: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO CINEASTA LINDUARTE NORONHA
 - c. PRONATEC EJA: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PREFEITO OSVALDO PESSOA
- B. Educação de Jovens e Adultos
 - a. Ensino Médio EJA: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO COMPOSITOR LUIZ RAMALHO
 - b. Exame de certificação estadual (Supletivo): CEJA
- C. Educação Especial: EEEFM Profa Olivina Olívia Carneiro da Cunha
- D. Educação em prisões: EEEFM Almirante Saldanha
- E. PROEMI: EEEMI Líllosa de Paiva Leite

ANEXO 3

Questões entrevistas

1. Como se deu a escolha do livro didático de sociologia?
 - 1.1 Teve contato com quantas obras?
 - 1.2 Teve contato com livros digitais?
 - 1.3 Como foi o processo de escolha?
 - 1.4 Quais foram os critérios de escolha?
2. Utiliza o Livro Didático?
3. Como utiliza o livro didático?
4. Importância da sociologia na escola
5. O livro didático contempla a função da sociologia?
6. O livro ajuda na sua formação?
7. Lê o manual do professor?
8. Livro didático pra você é ...
9. Lê os documentos orientadores?
10. O livro ajuda no seu planejamento?
 - 10.1 Como prepara seu planejamento?
 - 10.2 Planejamento anual
 - 10.3 Planos de aulas
11. Destaca conceitos, temas ou teorias no livro didático?
12. Conteúdos que você acha que o livro deveria ter e não tem?
13. Conteúdos que tem no livro didático e que você acha adequado?